

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

João Coelho da Rocha Neto

A língua portuguesa no Brasil e os elementos históricos representativos da
identidade do homem nordestino em Vidas Secas de Graciliano Ramos

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO
2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

João Coelho da Rocha Neto

A língua portuguesa no Brasil e os elementos históricos representativos da
identidade do homem nordestino em Vidas Secas de Graciliano Ramos

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para a obtenção do título
de MESTRE em Língua Portuguesa pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
sob a orientação do Prof. Doutor Jarbas Vargas
Nascimento

SÃO PAULO

2008

Banca examinadora

AGRADECIMENTOS

ao pesquisador, amigo e orientador Dr. Jarbas Vargas Nascimento, pela confiança e ensinamentos importantes no curso e em minha vida profissional;

à minha mãe que, do sertão do Piauí, me direcionou para a vida;

à pesquisadora Dra. Maria Célia Paulillo pelas sugestões, ensinamentos e auxílios na análise do documento e no exame de qualificação;

ao pesquisador amigo Dr. Luiz Antonio Ferreira pela atenção durante o curso e no exame de qualificação;

ao amigo Márcio Aventino da Silva que colaborou para a finalização deste trabalho;

à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo pelo subsídio concedido para que este trabalho se realizasse.

Nenhum homem pode ser totalmente feliz, enquanto não se unificar, sintonizando sua vida com o Deus do mundo de Deus.

Humberto Rohden

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o estudo da relação língua, história, identidade e condição social tomando como objetivo de análise o romance *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, produzido na configuração de pequenos contos de 1937 e publicado em 1938 como romance. Refere-se, por conseguinte, uma pesquisa que visa ao estudo da língua portuguesa em uso no Brasil na década de 30 no que se refere às marcas histórico–sociais manifestadas como recursos expressivos no romance selecionados.

Nossa pesquisa fundamenta-se na Historiografia Lingüística, nas perspectivas apontadas por Konrad Koerner, pois, entre outros aspectos, contempla as relações que a Lingüística estabelece com a História para observação da língua. Nesse sentido, a pesquisa objetiva examinar na amostra selecionada como, no século XX, a língua em uso no Brasil dá conta de retratar o homem garantindo-lhe uma identidade sócio-histórico-lingüística ao mesmo tempo em que permite identificar, na dimensão interna do documento, a condição sociocultural do homem brasileiro do sertão nordestino.

Vidas Secas é tomado como documento não somente por estar inserido num contexto histórico-cultural, mas também por conter informações lingüísticas, políticas e sociais de uma época. A década de 30, na História do Brasil, pode ser considerada crítica do ponto de vista político e social, pois há uma tensão ideológica entre socialistas e reacionaristas da ditadura Vargas. Assim sendo, o drama de Fabiano e sua família, em *Vidas Secas*, expressa, na verdade, a comovente fatalidade da sociedade brasileira de então.

ABSTRACT

This dissertation has as theme to study the issue of the relationship: language, history, identify social condition and take as objective analysis "*Vidas Secas*" from Graciliano Ramos, produced in the configuration of small stories in 1937 and published in 1938 as a novel. It is therefore a search to the study of the Portuguese language in use in Brazil in the 30's with regard to the historical a social mark that manifest as expressive features in the novel we have selected.

Our research is based on the Linguistics Historiography, in the perspectives identified by Konrad Koerner, because, among others aspects, contemplates the relationship that Linguistics establishes with the history for observation of the language Accordingly, the research aims to examine the sample selected as, in the twentieth century, the language in use in Brazil tells portrayal of the man, assuring him an identity socio-historical-linguistics at the same time as identifying in size internal document, the social-cultural condition of the native Brazilian man from northeastern of backwoods.

"*Vidas Secas*" is taken as a document not only to be inserted in a historical context-cultural, but also contains information by linguistic, political and social of a time. A decade of 30, in the history of Brazil, can be considered critical from political a social point of view, because there is an ideological tension between socialists and reactionary of the dictatorship Vargas. Thus, the tragedy of Fabiano and his family, in "*Vidas Secas*", expressed, in fact, the moving fatality of Brazilian society since then.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: PRINCÍPIOS DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA.....	5
1.1 – A Lingüística e a História.....	5
1.2 – Mudança e inovação lingüística.....	10
1.3 – Antecedentes da Historiografia lingüística.....	13
1.4 – A Historiografia lingüística: concepção, princípios e procedimentos.....	22
1.5 – O documento em Historiografia lingüística.....	31
1.6 – Identidade histórico-lingüística e cultural do homem nordestino.....	33
CAPÍTULO II – AS SECAS E OS DESGASTES SOCIOECONÔMICOS NO NORDESTE	40
2.1 - Secas no Nordeste: um problema histórico, econômico, político e social.....	40
2.2 – A migração do homem nordestino: a evidência do desaparecimento de uma identidade histórico-social.....	54
CAPÍTULO III – AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE VIDAS SECAS.....	59
3.1 – O Modernismo no Brasil.....	59
3.2 – O manifesto regionalista: a defesa dos valores nacionais e regionais...	64
3.3 – O romance de 30: um documentário de reivindicação política para o desenvolvimento regional brasileiro.....	68
3.4 – A língua portuguesa no Modernismo brasileiro.....	71

CAPÍTULO IV – A LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL E OS ELEMENTOS REPRESENTATIVOS DA REALIDADE E DA IDENTIDADE DO HO-MEM NORDESTINO	78
4.1 – Apresentação de Vidas Secas enquanto documento histórico-lingüístico.....	78
4.2 – A metalinguagem literária.....	81
4.3 – A compreensão dos principais aspectos de Vidas Secas.....	83
4.3.1 – O documento Vidas Secas e o Modernismo literário.....	83
4.3.2 – Seleção lexical.....	102
4.3.3 – A Constituição lingüística de Fabiano.....	109
4.3.4 – A expressividade lingüística de Fabiano.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	126
ANEXO.....	134

A – O Manifesto Regionalista

INTRODUÇÃO

O romance, de acordo com os apontamentos de Schüller (1989), retratou desde o seu surgimento conflitos individuais e a vida cotidiana. Todas as formas de conhecimento cabem no perímetro do romance, assim transformado numa espécie de síntese ou de superfície refletora da totalidade do mundo. Além de passar o tempo, o romance expressa a percepção da realidade sociocultural e que o romancista se propõe a retratar. Por ser globalizante, apresenta as várias faces das experiências humanas, conforme aponta Moisés (2002). Nesse sentido, o romancista é um conhecedor da realidade histórico-social, representa-a por meio desse gênero e a disponibiliza ao leitor. O romance tem a função de entreter e mostrar o funcionamento de uma determinada realidade sociocultural.

Moisés (2002) afirma, ainda, que, por um mecanismo natural de substituição, o aparecimento do romance advém da morte da epopéia clássica que ocorre no século XVIII. O romance constitui o que Hegel (apud Moisés, op.cit.:458) denominou de *a epopéia burguesa moderna*. Essa narrativa herdou da epopéia a visão totalizante das coisas e se particulariza por apresentar uma realidade pragmática no que se refere aos acontecimentos, assim como à figuração dos personagens e seus destinos. *Vidas Secas*, por exemplo, traça o papel característico do espaço e do homem nordestino e Fabiano resume a tendência coletiva contra o individualismo opressor. Assim, pode-se afirmar que o romance é um gênero épico caracterizado pela ruptura insuperável entre o herói e o mundo (Goldmann, 1976).

Tomado como documento histórico-lingüístico, o romance *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, escrito na década de 30 do século XX, serviu-nos como amostra para realização dessa pesquisa histórico-lingüística, pois nele estudamos a língua portuguesa em uso no Brasil e sua dialogia com a história e o tempo. Essa pesquisa refere-se, portanto, a um estudo da língua no que concerne às marcas histórico-culturais consideradas relevantes para a concretização de nossos objetivos.

Apresentamos como objetivo geral de nossa pesquisa o exame, no romance *Vidas Secas*, da língua portuguesa em uso na década de 30, a relação língua, história, a reapresentação e a condição do homem nordestino. Para isso, levamos em consideração o suporte teórico da Historiografia Lingüística para analisar e compreender a relação língua e realidade sociocultural. A Historiografia Lingüística nos possibilitou um foco específico, na proporção em que se ampliou a perspectiva de observação de *Vidas Secas* com base no princípio da metalinguagem. Esse campo da Lingüística nos facultou observar as permanências e as mudanças histórico-lingüísticas ao longo do tempo. Nesse sentido, o diálogo entre a Lingüística e a História resultou-se como de fundamental importância e como justificativa para melhor compreender os dados lingüísticos materializados nesse documento.

O objeto língua em nosso trabalho é visto como uma prática social. Assim sendo, a língua muda porque a sociedade também muda. O dinamismo é uma característica peculiar da língua e da cultura. Uma mantém-se em função da outra. A cultura está na língua assim como a língua está na cultura. Constitui-se uma relação dialógica, de forma que a mudança numa implica mudança na outra. Esse movimento é histórico. Com isso, qualquer estudo que se faz na língua é histórico, pois, segundo Coseriu (1979; apud Souza, 2003:2) a língua se faz e a sua construção é histórica e se insere num quadro de permanência e continuidade.

Ao lado dos princípios básicos de análise da Historiografia Linguística – a contextualização, a imanência e a adequação teórica -, selecionamos para operacionalizar, em nossa pesquisa, a metalinguagem, que a entendemos como a linguagem por meio da qual nos remetemos à linguagem-objeto (*Vidas Secas*). Com esse recurso, podemos identificar e descrever produções lingüísticas passadas pelo modelo de representação atual, sem que haja desvios do valor original do documento. Assim sendo, tomamos a metalinguagem como recurso que nos dá suporte para a descrição das realizações histórico-lingüísticas manifestadas em *Vidas Secas*.

O uso desse recurso, de acordo com os apontamentos de Nascimento (2005), pode ser um refreador de distorções ou inferências não autorizadas no momento de análise do documento, além de ser um recurso científico indispensável ao tratamento da língua. Por isso, esse recurso tornou-se de extrema importância para a descrição da materialidade lingüística em *Vidas Secas* que representa o homem, a língua em uso, a identidade e sua condição sócio-histórica no momento de sua produção.

Nossa Dissertação está organizada em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, tratamos da Historiografia Linguística e suas implicações teórico-metodológicas. Focamos a importância da *relação interdisciplinar* que se faz necessária entre a Lingüística e a História, destacando a importância desse vínculo para a execução dessa pesquisa historiográfica. Buscamos compreender ainda o tratamento dado à concepção de documento em Historiografia Linguística, bem como o estudo dos aspectos identitários, histórico-culturais do homem brasileiro do Nordeste.

No segundo capítulo, buscamos compreender, numa visão histórica, a seca como agente natural que caus(a)ou o desgaste socioeconômico e cultural do Nordeste, que, como resultado disso, formou-se uma corrente migratória incessante do homem nordestino rumo às outras regiões do país e, com isso, uma crise e reflexão de sua identidade e de seu papel histórico.

No terceiro capítulo, enfatizamos o contexto social, político, cultural e lingüístico que abrange a produção de *Vidas Secas*, enquanto documento histórico-lingüístico do Modernismo literário brasileiro, além de apresentar o manifesto regionalista como *um grito do Nordeste* que reivindicou ações da comunidade nordestina no sentido de representar e divulgar os valores e a importância histórica da cultura nordestina no cenário brasileiro, resistência à xenofilia que era muito estimada naquele momento. Apontamos também um estudo da norma lingüística do Modernismo literário.

No quarto capítulo, por fim, realizamos a análise e interpretação de *Vidas Secas*. (Com)provamos por meio de marcas lingüísticas as conseqüências - o fracasso de Fabiano, a secura econômica, corporal, de atuações, afetiva, lingüística e ambiental – causadas pela seca enquanto agente natural vivo que ameaça uma identidade sociocultural historicamente consolidada. Posto isso, entendemos *Vidas Secas* como uma produção lingüística que reivindica o fortalecimento e o equilíbrio da identidade do homem nordestino, frente à seca assustadora.

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA: PRINCÍPIOS DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA

1.1 – A Lingüística e a História

Com base nas idéias de Robin (1973), neste capítulo, compreendemos que pesquisas científicas contemporâneas, cada vez mais, buscam uma valia na interdisciplinaridade. Essa prática tornou-se um passo fundamental em direção a uma nova compreensão da realidade, articulando conhecimentos de disciplinas específicas. Essa associação realiza-se, sem dúvida, como uma realidade necessária para a execução de pesquisas científicas, já que as disciplinas dialogam entre si com a troca de informações de caráter científico. Além disso, busca-se o conhecimento que vá contra o saber fragmentado, conforme destaca Morin (1996).

É com esse propósito de encontro de regionalidades científicas diferentes que destacaremos nesta temática os pontos de encontros possíveis entre a Lingüística e a História. Embora seja ainda cedo para avaliarmos uma relação tão recente e que ainda se encontra em período de constituição, apontaremos as entrecruzilhadas conceituais que uma e outra implicam. Mas podemos assegurar que a Lingüística e a História são por natureza interdisciplinares. Para legitimar conceitos, recorreremos em específico às idéias de Robin (1973).

A Lingüística definiu-se como o estudo científico que visa a descrever ou a explicar a linguagem verbal humana. O objeto de estudo da Lingüística é a linguagem verbal, oral ou escrita. Para Mussalim & Bentes (2003:19), hoje

a Lingüística constitui um campo vasto, heterogêneo, multidisciplinar que consolida seus domínios e constrói seus objetos de estudo a partir de influências interdisciplinares e de uma complexa, mas muito

produtiva, rede de relações com outros lugares de construção do conhecimento.

A linguagem, por sua vez, é compreendida como o maior empreendimento conjunto do ser humano. Por isso, ela não pode ser estudada apenas num aspecto, mas em todas as suas manifestações histórico-culturais. A Lingüística analisa, por assim dizer, todos os problemas que dizem respeito aos aspectos formais e estruturais, processos comunicativos e interativos, cognitivos e sócio-históricos que envolvem o ser humano em suas atividades diárias. O objeto de estudo da Lingüística é a língua como uma prática sociocultural, ou seja, como uma totalidade organizada. É nesse sentido que consideramos a língua como um guia para a compreensão da realidade social. Ela nos fornece dados sobre os problemas e os processos sociais. Por isso, entender um documento histórico-lingüístico significa compreender plenamente a vida de uma comunidade, tal como ela se encontra na materialidade lingüística.

A História, assim como outras formas de conhecimento da realidade, investiga os fatos sociais. O conhecimento que a História e outras disciplinas representam jamais é completo ou acabado. É um conhecimento que está sempre em processo de produção, ou melhor, em fase de constituição, de acordo com a realidade presente. O estudo histórico tem como objeto a observação do homem nos tempos presente e decorrido. A História expressa o esclarecimento, a explicação e a informação de um fato concreto. Nesse sentido, compreende-se que ela contribui, de certa forma, para expressar e interpretar o passado e até mesmo o momento em que vivemos. A difusão da história é de intensa importância, pois, além de explicar a realidade, ela, ao mesmo tempo, fornece subsídios para modificá-la.

Atualmente, percebe-se que, cada vez mais, há uma tendência de os historiadores buscarem explicações para os momentos e situações que atravessam as sociedades em que vivem. Observa-se, ainda, que os historiadores estão, mais do que nunca, atentos à realidade atual, preocupando-se com questões sócio-históricas do momento. Essa tendência consolida-se como uma tentativa de entender um

momento histórico concreto, presente ou proximamente passado. Nesse sentido, não se procura mais conhecer uma realidade atemporal, mas a realidade específica em que se vive, a de um determinado tempo e um determinado espaço. Por isso, há uma preocupação explícita com a verdade materializada em documentos histórico-lingüísticos e em outras fontes históricas.

É nesse sentido de buscar entender o desenvolvimento das atitudes individuais e sociais, presentes ou passadas, que a relação da Lingüística com a História torna-se, cada vez mais, uma realidade necessária e de crucial importância para o entendimento desses acontecimentos. Por isso, parece-nos ser de alta relevância o fato de o historiador interessar-se com freqüência pelos estudos lingüísticos concretos, pois, na substância lingüística, esses dados mostram o homem em seu momento, em seu espaço. É de certa forma cada vez mais freqüente a busca no âmbito da linguagem pelos múltiplos meios que possibilitam entender o homem em suas diversas relações socioculturais, por meio de documentos escritos.

O homem é um ser lingüístico, temporal, espacial, finito e histórico. Isso indica que a relação Lingüística-História proporciona ao pesquisador diferentes olhares em relação às práticas sociais e as diferentes formas de construção de sentidos que são constituídos nas práticas humanas. As fronteiras que delimitam os objetos de estudo, tanto da língua quanto da História, são instáveis e movediças.

Além disso, o conhecimento dos mecanismos e dos desenvolvimentos históricos das línguas é de extremo valor para a compreensão da realidade sócio-histórica. A linguagem é considerada o guia de simbolização de uma cultura. Por isso, a Lingüística tem se mostrado um campo fértil e de grande auxílio para a História no que diz respeito ao estudo dos fenômenos sociais. A língua materializa os fenômenos sociais e as experiências humanas no percurso da história.

Robin (op. cit.:21) avalia o vínculo que a Lingüística mantém com a História e vice-versa na possibilidade de lhe ser atribuído o mesmo papel e a mesma função que a

Estatística tem em relação à Economia. Enquanto a Estatística fornece para a Economia dados e índices que são significativos para a demonstração dos fatos econômicos, a Lingüística, por sua vez, fornece elementos, dados lingüísticos necessários para que a História possa compreender o homem em determinados momentos e espaços definidos. Na verdade, essa relação significa a consolidação de um aparelho formalizado de cientificidade incontestável, ou seja, é um imenso progresso no que se refere aos estudos descritivos da realidade sociolingüística, histórica e cultural de experiências humanas pretéritas.

Numa relação lingüista-historiador, o historiador não se manifesta sobre a questão linguística, nem o da relação das realizações lingüísticas com as práticas não lingüísticas. O que o historiador pede ao lingüista são recursos e métodos, que lhes permitam organizar, de forma coerente e racional, os dados expressos no documento escrito. O historiador assume suas prerrogativas no momento de interpretação, em que, em função de suas hipóteses, de suas pesquisas e dos resultados fornecidos pela análise lingüística, proporá resultados da pesquisa realizada. O historiador, além do mais, conseguirá revelar a rigor o que a leitura instrumentada do documento lhe havia sugerido. A Lingüística não possui uma função de descoberta, e regulariza, normaliza, formaliza e ordena os dados, as idéias materializadas no documento.

Todo documento histórico-lingüístico conduz uma ordem do mundo que lhe é específica, uma estrutura a ser decodificada pelo pesquisador. É constituído por noções extraídas da cadeia falada que, por sua vez, está situada no tempo e emana de autores engajados em meios sociais precisos. O documento testemunha índices de comportamento do homem num espaço e tempo determinados.

A língua é, por natureza, um documento social, que expressa uma visão do mundo, uma cultura ideológica e, também, a expressão direta dos aspectos mais manifestos de uma cultura. Nesse sentido, língua, cultura e realidade sócio-histórica são formulações que exprimem as relações entre as línguas e as culturas no sentido mais amplo do termo. A cultura está documentada na língua, assim como a língua

está documentada na cultura. A língua é o meio de expressão e documentação de uma sociedade.

As fontes ou documentos não são um espelho fiel da realidade, mas são sempre representações de parte ou momentos particulares do objeto em questão. Segundo Borges (2003:61) *um documento representa, muitas vezes, um testemunho, a fala de um agente, de um sujeito histórico-lingüístico e deve ser sempre analisado como tal.*

A Lingüística e a História juntas buscam compreender o funcionamento da língua como objeto de representação de uma determinada realidade, de uma determinada prática social, relacionando-a com as condições sócio-históricas de sua produção. A Lingüística descreve o documento, diz precisamente o que existe nele, no seu arranjo interno. Ela ordena a sua ideologia, mas o que significa socialmente a ideologia está fora de seu campo de análise. O significado dessa ideologia é objeto de análise da História e a materialidade na qual se manifesta o sentido ideológico torna-se um compromisso da Lingüística.

A Lingüística trata de mostrar aos historiadores que a leitura de um documento manifesta problemas, tais como a produção de sentido, que certas regiões da Linguística podem ser-lhes de grande auxílio, desde que não se tornem superposição, aplicação pouco razoável ou falsa interdisciplinaridade. A Lingüística apresenta aproximações, métodos e interrogações que constituirão um instrumento precioso de análise, na possibilidade de os historiadores terem uma formação linguística e os lingüistas, por sua vez, uma formação histórica.

A Lingüística realizou-se por muito tempo como ciência guia, como ciência dirigente das ciências humanas. Ela impôs seus modelos de análise, seus conceitos e suas teorias. Atualmente é, portanto, cada vez mais freqüente o uso de métodos da Lingüística por outras áreas do conhecimento, assim como é freqüente na Lingüística o uso de métodos de outras áreas do conhecimento. Por isso, dissemos que a relação da Lingüística, não somente com a História, mas com outras áreas está cada

vez mais regular. Dito isto, conclui-se que a interdisciplinaridade na época atual apresenta-se como meio necessário para a compreensão da realidade em sua globalidade.

1.2 – Mudança e inovação lingüística

O fenômeno da mudança lingüística é um fato inevitável em qualquer língua. A língua não é um objeto estático; ao contrário, ela é, por excelência, um utensílio dinâmico. O seu arranjo estrutural se altera continuamente no tempo. As línguas estão em constante movimento. Para Faraco (2005:14) elas mudam, mas continuam atualizadas, oferecendo aos seus falantes os recursos necessários para a circulação de significados.

Língua e sociedade são dois objetos indissociáveis. A língua na maioria das vezes muda porque a sociedade muda. Ela vive em função de seus falantes e qualquer alteração no seu sistema social automaticamente acarretará mudança no sistema lingüístico. Controlar ou manter a detenção de uma delas exige que detenhamos e controlemos a outra, uma tarefa que só pode ter êxito muito limitado. A mudança lingüística é imprevisível e também inevitável. A língua é um sistema que se mantém em estado de equilíbrio enquanto as mudanças ocorrem dentro dele. É o que denominamos de variação na invariação. A variação constitui, portanto, um processo contínuo de fluxo e refluxo sem que haja o desequilíbrio em sua plenitude semiótica.

Para Coseriu (1979), a língua é entendida como um conjunto de modos sistêmicos, sistemáticos que só podem mudar, renovar-se sistematicamente com base na sua funcionalidade. Entende-se que as mudanças lingüísticas são exclusivamente funcionais e culturais. Coseriu (op.cit.:50) afirma que funcional é:

O sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de um falar compreensível numa comunidade a norma em

troca é um sistema de realização obrigatória consagrada social culturalmente: não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz na sociedade considerada. O sistema abrange as formas ideais de realizações de uma língua (...) a norma em troca corresponde a fixação da língua em moldes tradicionais; e neste sentido precisamente a norma representa a todo momento o equilíbrio sincrônico externo e interno do sistema.

Coseriu (op.cit.:19) confirma ainda que *a língua não pode ser isolada dos fatores externos, ou seja, de tudo que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes.*

No que diz respeito à mutabilidade das línguas, Coseriu destaca que a mudança é um efeito da necessidade racional. As línguas, para ele, mudam, porque não estão feitas, mas porque se constituem continuamente pela atividade lingüística de seus falantes. Isto quer dizer que as línguas mudam porque são faladas. Neste sentido, o falar é visto como uma atividade criadora e o falante é o criador e estruturador de sua expressão dispondo-se da língua adaptando as suas necessidades expressivas.

As línguas mudam porque é inerente à natureza das línguas que elas mudem, pois fatores extralingüísticos exercem influências sobre elas. Se as línguas não mudassem, elas estariam fadadas a uma estabilidade eterna já que apenas línguas abstratas¹ não mudam.

Na visão de Coseriu, a mudança lingüística se origina no diálogo, na troca dos modos lingüísticos de falar dos interlocutores. Quando o modo lingüístico de um deles se afasta dos modelos lingüísticos da língua em uso, origina-se a inovação. A

¹ Entende-se por língua abstrata a língua compreendida fora de suas situações de uso, imutável, conforme os princípios da gramática normativa.

aceitação dessa inovação pelo ouvinte, chama-se adoção e a difusão ou generalização dessa inovação constitui a mudança lingüística.

Várias são as formas por meio das quais as mudanças lingüísticas podem se efetuar: ou por economia isofuncional. Não se trata de uma casualidade; existe, portanto, uma regularidade no processo de mudança lingüística. Ela não ocorre de modo accidental; há uma determinação consistente por trás da mudança nas línguas.

Coseriu (1979) sustenta que as mudanças lingüísticas são necessariamente individuais, mas as inovações adotadas e difundidas correspondem certamente às exigências expressivas interindividuais. Essas necessidades expressivas atuam de forma diferente em cada falante e nem mesmo a documentação de que a história lingüística pode ser suficiente para explicar como isso atuou em cada falante. E muitos falantes, sem perceberem, terão adotado o modo de falar como os outros, isto é, por razões culturais, extralingüísticas.

Coseriu destaca, inclusive, que as mudanças lingüísticas só podem ser justificadas por termos funcionais e culturais, porém não como causas de mudanças, mas sim como fatores passivos, circunstâncias de fala e determinações históricas de liberdade lingüística como selecionadores das inovações, como condições e limites da liberdade lingüística, motivadas por uma necessidade exterior, ou causa nos fenômenos culturais por uma necessidade interior ou finalidade. A linguagem pertence ao domínio da liberdade e da finalidade, e os fatos lingüísticos não devem ser interpretados e explicados em termos causais.

O pensamento de Coseriu (op. cit.:175-176) destaca que:

a mudança lingüística tem, efetivamente, uma causa eficiente, que é a liberdade lingüística e uma razão universal que é a finalidade expressiva (e comunicativa) dos falantes.

1.3 – Antecedentes da Historiografia Lingüística

A compreensão dos princípios teóricos e metodológicos da Historiografia Linguística é neste capítulo conduzida pela interferência das idéias de Koerner (1996), Almeida (2003), Nascimento (2005), autores que apresentaram e divulgam a HL como paradigma científico, ao lado de outras áreas de estudos dos fenômenos lingüísticos. Nesse sentido, A Historiografia Lingüística (HL) tem como objeto de estudo a língua em sua modalidade escrita em documentos. A HL entende o objeto língua como expressão da cultura de um povo, um *processo e um produto de uma atividade histórica do homem* (Nascimento, 2005:11). Entende-se por esse transcurso o fato de que a dinamicidade é um fator de essência da língua, ou seja, a dialogicidade que existe na língua na relação do presente com o passado é uma realidade evidente. De certa forma, para a constituição da língua, é necessária uma relação dialógica entre uma memória lingüística do presente em diálogo com a memória lingüística do passado. A língua é, neste sentido, resultada de um processo sócio-histórico e, por essa característica, é objeto de análise de um estudo historiográfico. A língua é também um produto social muito abrangente, pois, perpassa e avança em todas as atividades e experiências humanas. Na verdade, há na língua a manifestação de diversos fenômenos sociolingüísticos que são descritos por diferentes áreas da lingüística.

A HL, segundo Nascimento (op.cit.:11), se *conceitua de uma maneira de reescritura de fatos da história da língua por meio de princípios*. Compreende-se essa realização como um ato, uma atualização e compreensão de fatos histórico-lingüísticos do passado. E para a realização desse empreendimento, a Lingüística, como ciência da linguagem humana, até o Estruturalismo lingüístico apresentava apenas princípios teóricos e metodológicos para descrição sincrônica dos fenômenos lingüísticos. Com o declínio do paradigma estruturalista, a Lingüística buscou uma relação interdisciplinar com a História para que juntas pudessem dar conta de estudos históricos e culturais materializados em documentos escritos. Diante disso, a

Lingüística, a partir da década de 60, como ciência da linguagem não conseguiu mais se impor como ciência teórica autônoma. Ela passou a manter relações interdisciplinares com várias áreas do conhecimento.

Em virtude dos inúmeros fenômenos sociais que se manifestam na língua, surgiram várias disciplinas teóricas que destacam a língua como instrumento histórico, sociocultural de comunicação e interação entre indivíduos e povos do presente numa abordagem sincrônica e também num limite diacrônico, numa relação de povos do presente em diálogo com povos do passado por meio de documentos escritos. É nessa conjunção que se insere a HL. Diante disso, buscamos compreendê-la em sua constituição, acentuando a sua importância na descrição dos fenômenos histórico-lingüísticos.

Com um objetivo de olhar a língua como uma instituição que representa, incorpora e combina fatos da realidade sócio-histórica, a HL se constitui como disciplina em avanço no âmbito da Lingüística, ciência que é considerada por excelência interdisciplinar atualmente. O desenvolvimento da HL deu-se com a expansão dos estudos lingüísticos, sobretudo com a Lingüística histórica do século XIX. Por essa razão, faz-se necessário um entendimento da seqüência histórica das idéias lingüísticas até a consolidação da HL como paradigma, destacando os principais momentos, autores e obras lingüísticas para que possamos compreender melhor a formação da Lingüística enquanto ciência que investiga os fenômenos lingüísticos e sociais.

O homem, ao longo da história, sempre manteve uma inquietação no que se refere ao entendimento de seu espaço circundante. Buscou conhecer a razão de materialização dos fenômenos naturais, histórico-sociais e também lingüísticos. Durante milhares de anos, em diferentes sociedades, houve preocupações constantes em estudos a respeito da linguagem. Hoje conhecemos, pelos estudos de historiadores das idéias lingüísticas, que os primeiros povos a fazerem isso foram os hindus e os pensadores gregos que, de certa forma, revelaram um interesse em

entender os mecanismos de funcionamento da linguagem. Essa preocupação com a linguagem foi abordada antes da era cristã, mais precisamente nos séculos IV e III. Na tradição hindu, destaca-se a conhecida gramática de Panini, do século IX a.C. E na Grécia antiga destaca-se o célebre diálogo de Platão, o *Crátilo*, que dá testemunhos dessas discussões filosóficas sobre a linguagem. Além disso, destacam-se, no pensamento grego sobre a linguagem, as célebres gramáticas de Dionísio da Trácia (téchne grammatiké, a primeira gramática do ocidente) e Apolônio Díscolo (*Instituto Gramaticae*) (Neves, 2005: 125-130).

Podemos considerar, neste período da Antiguidade Clássica, a fase embrionária da Lingüística moderna. Essa tradição da gramática foi transmitida aos romanos pelos gramáticos alexandrinos. A realização dessa contribuição deve-se a contribuição de Crates de Malos, que foi embaixador em Roma enviado do rei Átalo. Além disso, Crates foi professor de gramática e fundou nesse período a escola dos gramáticos romanos (Kristeva, 1969:124). Foi, também, nesse período que se deu a consolidação do pensamento lingüístico romano, destacando-se os mais célebres gramáticos romanos, entre os quais destacam-se: Varão I a.C. (*De língua latina*), Quintiliano I a.C. (*Instituto Oratoria*), Donato 350 d.C. (*De partibus orationis Ars minor*) e Prisciano 500 d.C. (*Institutiones gramaticae*), quando a gramática latina chega ao seu mais alto grau. O modelo gramatical de Prisciano tornou-se o modelo de todos os gramáticos na Idade Média.

Na Idade Média, em seqüência a tradição lingüística romana, a língua foi descrita como objeto que significa o mundo, refletindo-o como um espelho: *speculum* (Kristeva, 1969:144). Durante esse período, as especulações lingüísticas referem-se a língua latina. Os eruditos apenas comentavam os textos de Donato e de Prisciano, ou decifravam a Vulgata. Há apenas uma atividade lingüística importante da Idade Média que merece ser destacada. Trata-se do trabalho de Isidoro de Sevilha denominado *Etimologiae*, amplo tratado enciclopédico composto de vinte livros. Nesse trabalho, Isidoro dá informações sobre a língua ou os usos lingüísticos de sua época.

Foi somente no final da Idade Média que se apresentou uma constante preocupação de elaborar gramáticas apropriadas às línguas nacionais. Surgiu, então, nesse período a primeira gramática francesa de Walter de Bibbesworth *L'aprise de la Langue francaise, e do Leys d'amor*. Somou-se a esse fato a fala de Dante Alighieri em defesa do italiano em *De vulgare eloquentia*. Assim, no final da Idade Média, os interesses lingüísticos deslocaram-se para as línguas nacionais. Iniciaram-se então as concepções lingüísticas do Renascimento. A gramática de Port Royal (1660) desse período é um exemplo clássico da preocupação humana em entender os fenômenos lingüísticos.

Após o século XVIII, marcado pela gramática da Enciclopédia, surge, no século XIX, quando se estudam os *processos de mudanças das línguas no tempo* (Gabas Jr., 2004:77), a Lingüística Histórica que é considerada o suporte-base para a formação da HL na década de 60 do século passado. A mudança de paradigma no estudo da língua no século XIX deve-se a William Jones, um juiz inglês acolhido na Índia, onde fez estudos consideráveis e comparativos sobre o sânscrito, o grego e o latim. Jones afirmou que essas línguas eram semelhantes entre si. Essas descobertas despertaram a atenção de especialistas e em todo o mundo, pois esse acontecimento tornou-se o marco que provocou procedimentos de estudos a respeito das línguas, suas origens e semelhanças. Desse princípio, concluiu-se que toda língua falada no mundo está em processo constante de evolução.

Para Gabas Jr. (2005:77), um dos propósitos da Lingüística Histórica foi a classificação genética entre línguas e sua reconstituição. Essa ação classificatória deu-se por critérios de ordem fonético-fonológicos, gramatical e correlação entre elementos lingüísticos. No que diz respeito a reconstrução lingüística, os lingüistas do século XIX, fazendo uso do método comparativo, buscaram a reconstrução da língua-mãe, o que eles denominam de indo-europeu, a partir de documentos escritos existentes na época.

Os trabalhos comparativos de Sr. Willian Jones foram pioneiros para o estabelecimento do método comparativo nos estudos histórico-lingüísticos no século XIX. Após Jones, surgiram vários outros estudiosos que deram seguimento aos estudos comparativos, entre eles, temos: Schlegel (1772-1829) que reforçou as afirmações de Jones, afirmando que o parentesco entre o sânscrito, o grego e o latim realizou-se pelos traços morfofonológicos; e F. Bopp (1791-1867) com quem houve de fato a verdadeira divulgação do parentesco entre as línguas.

A pesquisa autenticamente histórica do século XIX consolidou-se de forma efetiva com os estudos de Jacob Grimm (1785-1863) *que em 1819 interpretou a existência de correspondência fonética sistemáticas entre as línguas como resultado de mutações regulares no tempo* (Faraco, 2004:32). O que determinou realmente o trabalho de Grimm como histórico-comparativo foi a forma como ele lidou com os dados lingüísticos. Grimm, ao contrário de Jones, Schlegel e Bopp, não se preocupou apenas com um momento histórico da língua. Ele recolheu e comparou fontes documentais por uma seqüência cronológica de quatorze séculos e pôde então dessa forma assegurar e demonstrar a herança histórica das formas que estava comparando. A partir desse trabalho, concluiu-se que a comunicação entre as línguas tinha a ver com o censo histórico e com a freqüência dos procedimentos de mudança lingüística.

Ainda na seqüência do método histórico-comparativo, surgem, na metade do século XIX, os estudos do alemão A. Schleicher (1821-1867) que, seguindo a teoria evolucionista de Charles Darwin, demonstrou a língua em seus trabalhos como um organismo vivo. O seu trabalho pode ser considerado de maior importância histórica no campo da Lingüística comparativa do século XIX. Ele foi além dos seus antecessores, voltando-se para o estudo da forma de um hipotético idioma fonte (indo-europeu) e para o estudo sistemático entre esse idioma e seus procedentes concluídos. Para Schleicher, a linguagem foi analisada como um organismo natural e, assim sendo, deveria ser tratada segundo os princípios das ciências naturais. Nas justificativas de Schleicher, a linguagem insubordinada aos arbítrios dos falantes

estendia-se nos estágios de desenvolvimento, maturidade e declinação; por isso ela podia ser analisada como uma *espécimen viva*.

Relaciona-se, também, com esse período da Lingüística Histórica, ainda que de forma questionadora a respeito dos tradicionais métodos da prática histórico-comparativa, a teoria de um grupo de lingüistas denominados neogramáticos vinculados a universidade de Leipzig, na Alemanha, grupo ao qual esteve associado Ferdinand de Saussure. Para esses lingüistas, a linguagem foi vista como uma atividade orgânica, supra-individual dotada de vida própria como abordou Schleicher. Os significativos representantes desse grupo foram Hermann Osthoff (1847-1909) e Karl Brugmann (1849-1919). Os postulados do grupo a cerca da linguagem foram constituídos a partir da visão de que a linguagem só tem existência nos indivíduos que constituem uma comunidade de fala e sustentou-se nesse momento o princípio de que as mudanças ocorridas na linguagem eram resultadas da mudança de hábitos individuais. Por isso, na visão dos neogramáticos, a linguagem foi estudada primeiramente como meio de expressão individual. A mudança lingüística resultava do trabalho consciente dos indivíduos e também era reflexo de sentimentos nacionais. Assim, de acordo com as idéias lingüísticas desse período, os fatores estéticos também eram considerados como um dos principais estímulos das inovações lingüísticas.

Após esse movimento de idéias histórico-comparativas, no início do século XX, marca-se o surgimento da Lingüística moderna com a publicação do Curso de Linguística Geral de Ferdinand de Saussure (1857-1913), em 1916. Com o *Curso* de Saussure, a Linguística adquiriu o *status* de ciência. A partir desse momento, os estudos lingüísticos tomam nova orientação. O conceito de linguagem abordada por Saussure é analisado como imanente, ou seja, a língua é vista como autônoma, independente do falante. Com Saussure, abrem-se os estudos lingüísticos em várias posturas metodológicas no trabalho com a língua. Essas abordagens estão intrinsecamente marcadas pelas famosas dicotomias saussurianas: sincronia vs diacronia, língua vs fala, paradigma vs sintagma. Levando-se em consideração os

princípios lingüísticos de Saussure, a Lingüística, no século XX, tornou-se sincrônica no que diz respeito ao tratamento dado aos fenômenos lingüísticos. Essa nova posição teórica, abordada nos estudos lingüísticos, encabeçada por Saussure recebeu a denominação de Estruturalismo.

Segundo Nicola Abbagnano (2003: 377-378), o Estruturalismo lingüístico manifestou sua contestação a três frentes que predominaram no século XIX: o historicismo, o idealismo e o humanismo. A aversão ao historicismo diz respeito ao Estruturalismo levar em consideração uma visão longitudinal da realidade lingüística e não horizontal como fizeram os comparatistas. Vale dizer, nesse sentido, que o Estruturalismo destacou a realidade lingüística como um sistema relativamente constante e uniforme de relações. Em oposição ao idealismo, o Estruturalismo confirmou a objetividade dos sistemas de relações, que, mesmo quando concebidos como modelos conceituais, ou seja, como construções científicas, não se reduzem a um ato ou função subjetiva, mas tinha a função fundamental de explicar o maior número de fatos constatados. Em oposição ao humanismo, o Estruturalismo privilegiou o sistema lingüístico, as estruturas sociais, e a organização econômica e política, negando o homem, as escolhas e atitudes lingüísticas individuais. No Estruturalismo, a língua é concebida, antes de mais nada, como um sistema que deve preservar a identidade de suas unidades e cuja a função primordial é comunicar informações da maneira mais econômica possível.

Robins (1983:162-163) acentua que a contribuição lingüística de Saussure pode ser dividida em três partes: a primeira coube a ele formalizar e tornar explícito as duas dimensões ou perspectivas metodológicas, fundamentais e indispensáveis ao estudo da linguagem: a dimensão sincrônica e a dimensão diacrônica. Na dimensão sincrônica, a língua é considerada tal como existe e funciona num dado ponto da linha temporal. E na dimensão diacrônica há uma focalização em mudanças pelas quais passam a língua no curso do tempo. Com essa distinção metodológica - sincronia e diacronia -, cada um desses princípios possui seu campo de

investigação, seus métodos e princípios de análise. Por essa razão, eles devem ser obrigatoriamente discutidos num adequado curso de Lingüística.

Na segunda parte, Saussure separou a competência lingüística do falante dos fenômenos ou dados lingüísticos reais (enunciados), dando-lhes respectivamente os nomes de *langue* (língua) e *parole* (fala). A *parole*, conforme o autor, representa os dados imediatamente acessíveis ao observador, porém o objeto próprio da Linguística é a *langue* de cada comunidade: o léxico, a gramática e a fonologia que são interiorizados por cada indivíduo e que lhe permitem falar e entender a língua da sociedade em que foi educado.

Na terceira parte, Saussure mostrou que a *langue* deve ser sincronicamente considerada e descrita como um sistema de elementos lexicais, gramaticais e fonológicos inter-relacionados e não como um aglomerado de entidades autônomas. Para Saussure, cada elemento lingüístico define-se em função dos outros e não de modo absoluto. Essas inter-relações se manifestam nas duas dimensões fundamentais do plano sincrônico: o eixo sintagmático, ou da ordenação seqüencial dos elementos no enunciado, e o eixo paradigmático, ou eixo dos sistemas de categorias ou elementos contrastivos.

Câmara (1986:185) destaca que Saussure focalizou um problema de linguística geral, manifestando-se a respeito da natureza da linguagem. Saussure encarou a língua como um sistema de signos, um objeto que se apresentava como a realização mais elaborada e mais completa do homem e sua capacidade de operar com signos. Para ele, o ensinamento de Saussure também valorizou na língua tudo aquilo que é sistemático, sincrônico e relegou a fala. Diante disso, o método sincrônico acabou fixando-se, em oposição ao diacrônico, em primeiro plano, numa posição de vanguarda científica nos estudos lingüísticos.

Em meados do século XX, surgiu um novo modelo de análise lingüística que rompeu com os postulados lingüísticos saussurianos. Referimos-nos ao Gerativismo

desenvolvido por Noam Chomsky. Os estudos gerativistas fundamentaram suas teorias de mudanças na concepção imanetista de língua. No fundo, o objetivo da gramática gerativa era *construir um mecanismo computacional capaz de formar e transformar representações que simulem o conhecimento lingüístico de um falante de uma língua natural, registrado em sua mente/cérebro* (Borges, 2004:97). O Gerativismo Chomskiano deu avanço ao pensamento estruturalista acerca da língua, desconsiderando, em suas reflexões lingüísticas, o falante e as questões históricas e sociais.

A partir da década de 60, tem-se uma nova mudança nos estudos lingüísticos. Nesse período, dá-se ênfase ao estudo da variação lingüística. Os aspectos históricos, sociais e culturais passam a ser objetos constantes de pesquisas e atenção dos estudiosos da linguagem. Vê-se ressurgir uma ênfase nas relações entre os aspectos históricos, sociais e lingüísticos, ou seja, podemos afirmar que há, a partir de então, um destaque na relação intrínseca entre linguagem e sociedade nos estudos lingüísticos.

Essa mudança de método nos estudos lingüísticos está estabelecida nas diversas disciplinas teóricas da linguagem que destacam o papel da língua como instrumento histórico-sócio-cultural de comunicação e interação entre indivíduos e povos. Essas disciplinas estudam a linguagem levando em consideração o sujeito falante e os fatores contextuais na produção de sentido. Tais disciplinas lingüísticas são: Historiografia Lingüística, Sociolingüística, Dialetoлогия, Semântica, Psicolingüística, Pragmática, Análise da conversação, Neurolingüística, entre outras. São áreas de conhecimento que possuem teoria e método de análise do sistema lingüístico.

Nessa perspectiva, nas tendências realizadas pelas análises históricas da linguagem, compete-nos acentuar algumas indagações para entender a ciência que nos fornece suporte teórico-metodológico para a concretização desse trabalho. Trata-se de uma referência à HL que destacaremos a seguir num estudo de seus

princípios, sua atuação e importância na análise dos fenômenos histórico-lingüísticos.

1.4 – A Historiografia Linguística: concepção, princípios e procedimentos

A linguagem humana expressa a realidade histórico-social de uma comunidade lingüística quando é usada ou vivenciada no fluxo das práticas sociais. Dito isto, para se compreender uma língua, deve-se levar em consideração os ingredientes a ela entrelaçados: os aspectos históricos, antropológicos, sociológicos e cognitivos. Esses fatores estão relacionados às experiências humanas e costumes de uma comunidade lingüística, históricos e culturalmente estabelecidos.

Com o declínio do Estruturalismo, a língua como objeto de estudo alcançou significativa importância que impulsionou o aparecimento de múltiplas abordagens, ampliando o campo da Lingüística, de forma interdisciplinar, com outras ciências, entre elas a História, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, entre outras. Com essa relação, o objeto língua é observado como resultado de uma ação interativa entre o passado e o presente em seu contexto sociocultural. Considera-se ainda que esse processo ocorre no fato de reatualização do passado por meio de documentos lingüísticos.

É nessa situação de rompimento com o Estruturalismo que surge, na década de 60, a HL e procura descrever fatos históricos materializados em língua por meio de documentos escritos. A HL se constituiu, antes de mais nada, como uma disciplina que tem o objetivo, de acordo com seus princípios, de interpretar documentos escritos. Nesse sentido, afirmamos que a HL é uma disciplina inovadora a que busca estudar os fenômenos lingüísticos numa visão multidisciplinar, a partir da qual se pode fazer uma relação com diversas áreas do conhecimento, valorizando, dessa forma, os fatores determinantes da produção lingüística. Assim, a HL procura estudar o homem por meio da língua. Ela explica e descreve fatos histórico-lingüísticos, de

forma que, a partir de dados do passado, haja no presente a construção de novos conhecimentos.

Para Nascimento (2005:11) a HL se *conceitua como uma maneira de reescritura dos fatos da história da língua, por meio de princípios*. De certa forma, pode-se ampliar esse conceito, pois, sendo a HL o resultado da relação interdisciplinar entre a Lingüística e a História, apontamos que a HL compreende a reescritura de fatos históricos representados em documentos escritos. Isso compreende o estudo da língua em uso em documentos escritos em tempos e lugares diferentes nas diversificadas áreas do conhecimento.

A HL apresenta-se em avanço no domínio da Lingüística. Ela se constituiu em oposição às idéias estruturalistas e valoriza os dados históricos que aos estudos lingüísticos do século XIX, com o método histórico-comparativo. Daí dissermos que a HL nasceu em decorrência da evolução da Lingüística Histórica. Isso se constituiu da seguinte forma: tem-se a constituição de um novo paradigma que se manifesta pela recusa às idéias estruturalistas e com a revalorização das idéias históricas que são anteriores ao Estruturalismo. Determina-se que é um paradigma valorizador do falante, da história, da língua e de tudo que a ele está associado. Marca-se que, desse modo, temos um estudo da língua conectado aos elementos históricos e sócio-culturais apresentados de forma regular e ordenados.

Nascimento (op.cit.:15) afirma que a HL tende a romper o dogma reducionista de mera descrição dos fenômenos lingüísticos. A HL ocupa-se das relações complexas que a Lingüística e a História organizam entre si de forma convergente no tratamento da língua. Ainda segundo Nascimento, a HL nasce com o propósito de inserir a língua no universo humano, não para isolar, mas para situá-la nesse universo, para integrar e fazer convergir a ela os elementos que a envolvem. Dito isto, a relação Lingüística e História colabora de forma eficiente para a consolidação da pesquisa em Historiografia Lingüística.

Tendo-se em vista o fato de que a HL estuda a língua como um imenso documento histórico-cultural, um meio que difunde e expressa dados históricos e culturais passivos de uma pesquisa historiográfica, a HL busca compreender o passado numa sucessão de atualização de dados registrados em documentos escritos. O retorno ao passado é importante para que possamos de fato compreender a fonte primária e, a partir daí, podemos compreender o social e produzir uma interpretação do homem e de seu passado, bem como a língua em uso no período observado. A HL permite-nos entender dados do passado por meio de uma ordenação lingüística, convertendo-as em memória, ao mesmo tempo em que se abre ao homem para reconstituir os fatos do passado por meio de documentos escritos.

Se considerarmos o fato de que o organismo que vive é algo que dura, podemos expor que, de certa forma, o passado dessa organização se prolonga integralmente em seu presente e nele permanece operante. Manter-se é conservar-se na corrente da vida. Nesse sentido, é que podemos compreender a língua em sua historicidade. Ela é uma continuidade de mudanças resultadas do dinamismo social. Mesmo assim, como afirmamos antes, ela mantém no presente o passado, de forma real, verdadeira e dinâmica.

Para Almeida (2007:1), a natureza do ser está na verdadeira duração que apresenta o novo progresso, o novo que faz progredir incessantemente. A língua é o elemento primordial da consciência do falante. É pela língua que o falante se insere na comunidade em que vive e constitui a sua identidade. Na proporção em que toma consciência de sua ação por meio do conhecimento histórico, ele naturalmente toma conhecimento de sua própria duração. O falante do presente é a projeção do falante do passado e o do futuro a projeção do presente. É por conta disso, e pelo processo de duração que o homem evolui por meio da criação do novo a partir de elementos pretéritos. E a HL propõe-se a explicar e a descrever esses fatos em sua constituição e evolução. Ela aponta a herança dos fatos marcantes que são visíveis por meio da língua em sua vitalidade.

A HL busca a reconstituição do passado fixado em documentos escritos por meio da prática linguística e explicação de elementos do devir da língua. Nele, essa disciplina busca compreender os fatos históricos da forma mais completa possível. E para essa realização tornam-se necessárias as relações com outras ciências a fim de apropriar elementos lingüísticos pertinentes pela HL para a realização de uma referida análise. Por conta disso, a interdisciplinaridade, como um paradigma relevante de pesquisa científica na atualidade, desloca-se em auxílio à HL para cientificar, de maneira mais abrangente possível, os fatos da língua em sua evolução histórica. Assim sendo, uma pesquisa historiográfica é um trabalho pluridisciplinar que requer do historiógrafo um preparo de extrema expressividade.

Pelo seu caráter de buscar entender os fenômenos lingüísticos em múltiplas dimensões funcionais, a HL define-se como disciplina que tem como propósito retratar e expor a maneira como a experiência lingüística é adquirida, formulada, comunicada e como se desenvolve através do tempo. Essa disciplina também se preocupa com a descrição e explicação de conteúdos semânticos, envolvendo os contextos socioculturais de produção de documentos escritos. Assim, a HL busca compreender as causas de fatos lingüísticos por meio de módulos, técnicas e princípios de análise em documentos escritos. Posto isso, vemos que a referida disciplina se preocupa com o exame exaustivo de fontes históricas de gêneros diversos, ou seja, ela abarca o estudo de múltiplos gêneros de produção lingüística e suas respectivas condições de produção.

A HL não se restringe ao registro histórico da língua. Ela busca entender esse registro de fatos históricos em documentos escritos. A partir disso, não se reduz apenas a descrição histórico-lingüística. Interessam-lhe os fatos, a concretude das realizações e a diversidade no tempo e não apenas os acontecimentos determinados cronologicamente e que se deixam catalogar. Ela permite ainda a apreensão e o conhecimento do objeto língua em sua mobilidade, mas alicerçada na estabilidade do presente. A partir disso, afirmamos que os procedimentos de análise em documentos são histórico-sociais.

Segundo Almeida (2003:63) a língua é, para a HL, expressão e veículo de dados histórico-culturais. É considerada processo e produto desses fatos sociais. Dado o dinamismo em que a língua é tomada para estudo, o estabelecimento de dados do passado lingüístico é quase sempre visível, cujas razões devem ser explicadas, bem como mudanças ou possíveis descontinuidades.

De acordo com Koerner (1996), um documento não pode ser considerado fora de seu contexto de produção. Ao ser analisado, podem ser aplicados os princípios de análise defendidos por Koerner: contextualização, imanência e adequação teórica. A aplicação adequada desses princípios de análise, para o autor, evita alterações do conteúdo semântico veiculado pelo documento; por isso, prima-se pela coerência no que diz respeito a desvelação da complexidade dos fatos em investigação. Isso quer dizer que o documento lingüístico não deve ser considerado dissociado da realidade histórica em que foi produzido.

Por se preocupar com o desenvolvimento do saber lingüístico no tempo, a HL destaca a compreensão desse conhecimento pelo recurso da metalinguagem. De acordo com os registros de Koerner (1996) e Almeida (2003), essa disciplina opera com a prática lingüística. Para esse exercício, a metalinguagem é um elemento inerente a ela, pois fornece subsídios para a atualização de idéias do passado, sem que, de certa forma, no presente, haja uma distorção de conteúdo semântico no documento em sua originalidade.

Antes de abordarmos a referência e a importância de cada princípio para a percepção adequada de dados lingüísticos registrados no documento, apontaremos uma observação sobre o recurso experimental da metalinguagem, um recurso de relevância e presente em qualquer estudo científico, seja do objeto língua ou qualquer outro objeto de estudo científico.

A metalinguagem, sem fugir do conceito corrente das funções da linguagem, é vista como uma linguagem utilizada para descrever idéias passadas (linguagem-objeto) pela própria linguagem. É entendida como um processo dialógico da língua voltado para a descrição da materialização das estruturas lingüísticas. Entende-se a língua por si mesma. Koerner (1996) declara que esse termo foi proposto pela primeira vez pelo lógico e filósofo polonês Stanislaw Lesniewsk. De fato, ao considerarmos essa afirmação, constata-se que o vocábulo é de safra positivamente recente no campo da Lingüística, embora o fato de a linguagem ser um referente, ou melhor, um objeto de análise pela própria linguagem seja um fato antigo que se remete aos filósofos gregos quando passaram a investigar sobre a realidade circundante.

Do processo de instigação de conhecer a realidade, a língua não escapou desse anseio. Por esse motivo, compreender a língua em seu funcionamento, como veículo de comunicação, tem movido pesquisadores em diferentes épocas com várias hipóteses e diferentes resultados e conceitos obtidos a respeito de sua importância para organização e manutenção de uma estrutura social. Com isso, quando buscamos compreender a metalinguagem na história da Lingüística e discutimos teorias do passado, estamos, de certa forma, tornando-as acessíveis ao leitor do presente sem distorcer a intenção do autor em seu sentido original.

Em ampliação às idéias de Koerner no que diz respeito aos princípios teóricos e metodológicos da HL por ele proposto, Almeida (op. cit.: 91-130) propõe uma subdivisão da metalinguagem em: metalinguagem científica, metalinguagem de uso, metalinguagem de apropriação, metalinguagem literária, metalinguagem crítica ou de formas.

A **metalinguagem científica** é entendida pela autora como uma linguagem científica empregada para os estudos da linguagem, sobretudo aquelas mais distantes ou distintas dos empregos atuais. É em reconhecimento aos seus recursos que se faz a diferença de termos lingüísticos inseridos em determinado documento, com função ou objetivo específico, seja de análise ou de interpretação. Esse recurso é de

singular importância para a HL, porque, de acordo com Koerner (1996), evita-se uma análise equivocada dos fatos lingüísticos em questão.

Na **metalinguagem de usos**, há uma compreensão centrada na técnica do questionamento da linguagem, principalmente, da palavra na estrutura. Nessa metalinguagem, as referências apontam para si próprias e tornam explícita a descrição da língua como objeto. Esse fato denomina-se autodesignação, auto-referência ou mesmo auto-reflexão. A linguagem possui, pois, uma característica que lhe é peculiar: ela possui uma dinamicidade de referir para si mesma na designação, na análise, na crítica, na abordagem de suas propriedades ou características, ou então na própria necessidade ou possibilidade de tornar a própria linguagem como referente ou objeto de análise.

Já a **metalinguagem da apropriação** é entendida pela autora a partir da noção de desvio, em relação de aproximação: paráfrase e estilização, e conjunto de diferenças: paródia e estilização. Em relação à paráfrase, tem-se uma correlação com o texto fonte, e a estilização, por sua vez, marca um desvio tolerável. Na paródia, há uma inversão de significado que tem sua realização na apropriação. A paráfrase pode ser considerada uma quase autoria, enquanto a apropriação revela uma força crítica. Em lugar de reprodução, ela pode ser considerada produção de um novo texto. Essa metalinguagem não foge a noção estabelecida por Koerner no que diz respeito ao argumento de influência. Refere-se, em vista disso, à criação de um novo documento lingüístico a partir de dados anteriores denominados por Almeida de uma criação por desvios, por meio da manipulação da realidade anterior, ou seja, é uma releitura do passado, constituindo, dessa forma, uma nova realidade no presente.

A **metalinguagem literária** procura abrir perspectivas que são questionadoras do real, bem como uma preocupação voltada para referências do que se toma por convencional e por não-convencional na configuração da linguagem literária. É uma metalinguagem que, na verdade, se remete, em sua totalidade, à preocupação com a

linguagem literária. Isso quer dizer que na literatura a linguagem reflete, até certo ponto, o processo de construção do texto, incluindo nele denotadores de efeito artístico-literário. Constitui, por assim dizer, uma maneira de figurar a essência da arte, quer por vocábulo, que a ela se remetem, quer por mecanismos sintéticos ou outros mecanismos de elaboração da arte literária.

A **metalinguagem crítica ou de formas** atua no âmbito do objeto artístico. Opera com o código, como processo de definição, mas o faz pelo tema, por recursos visuais ou sonoros, explorando a peculiaridade morfofonológica do código, examinando todos os recursos expressivos e estilísticos. O processo de representação atribuído a essa metalinguagem caracteriza-se por um caráter multi e pluri criador de realidades atribuídas por um sistema funcional conotativo. Posto isso, podemos assegurar que a expressão artística é reveladora de verdades, ainda que essas verdades estejam subjacentes à própria arte. O certo é que toda expressão artística ou não é manifestadora de uma experiência vivenciada; é, por conseguinte, uma representação do mundo exterior, de forma subjetiva, criadora e artística.

A metalinguagem é um elemento de expressiva relevância para os estudos realizados pela HL. Ela proporciona um suporte para o entendimento do passado da língua nas suas diferentes manifestações. Diante disso, essa ampliação de conceitos relativos à metalinguagem proposta por Almeida (2003) apresenta uma contribuição de valor inegável para o estudo dos fatos da língua no passado, pois a língua na sua essência é representativa e veiculadora de idéias historicamente organizadas.

Em nossa análise, ao invés de serem aplicados os princípios da contextualização, da imanência e da adequação teórica, propostos por Koerner (1996), optamos pelo uso apenas do recurso da metalinguagem literária, uma vez que o documento de análise, *Vidas Secas*, é um documento histórico do Modernismo literário brasileiro, período de reflexão e representação da realidade brasileira. Como a linguagem literária manifesta situações dúbias de sentido, o uso da metalinguagem literária pode esclarecer as condições lingüísticas imprecisas, muito freqüentes na linguagem

literária. Com isso, o conteúdo do documento pode ser analisado de forma mais exata.

Para Nascimento (2005:22), entre o passado e o presente há diferenças substanciais que não podem ser confundidas pelo pesquisador em HL. É nessa dinamicidade entre o presente e o passado, feita pelo recurso da metalinguagem, que podemos instrumentalizar os princípios de análise em HL proposto por Koerner que visa a colocar o passado em relação ao próprio passado e em seguida transportar esses dados do passado para a atualidade, de forma fiel ao conteúdo original do documento, *a fim de que o historiógrafo da língua possa compreender no documento aquilo que o produtor revela, ou seja, as influências implícitas e explícitas advindas do contexto em que o documento foi produzido, para que, no processo de interpretação, considere de fato o momento sociocultural e a partir dele faça aproximações com a atualidade* (Nascimento, 2005:17). Os princípios apontados por K. Koerner (1995; apud Nascimento, 2005: 23) são: o princípio da contextualização, o princípio da imanência e o princípio da adequação teórica.

Princípio da **contextualização** diz respeito ao processo de atribuição de sentido ao documento. Isso quer dizer que o documento reflete seu tempo de produção. Diante disso, neste princípio, o historiógrafo da língua faz um levantamento do ambiente social levando em consideração o espaço e o contexto de produção desse registro histórico. Trata-se, nesse sentido, do levantamento da concepção de mundo considerada pelo homem neste momento. Ao contextualizar um documento, o historiógrafo deve observar todas as informações que podem de toda a forma atribuir sentido ao documento. Nenhum documento é destituído da realidade material. Qualquer que seja a sua natureza, ele aponta, pois, os dados sócio-culturais, as concepções lingüísticas, sociais, políticas e econômicas em curso no instante de sua realização.

Princípio da **imanência** refere-se ao modo de compreensão intensiva do documento. Tem-se nesse princípio uma espécie de rodeamento do documento sem

interferências de concepções históricas, sociais e lingüísticas do presente. Para Nascimento (2005:23), trata-se de um modo de recuperação de dados presentes nesse documento. Sendo assim, Nascimento acrescenta também que para compreender o documento é preciso apreendê-lo em todos os seus ângulos expressivos de forma simultânea. Deve-se refazer a sua trajetória, investigar os fatores vigentes nos acontecimentos históricos dando-lhe atualidade e vida integral novamente. Em vista disso, neste princípio, temos a reconstrução e compreensão do pessoal, uma vez que esse documento já se encontra composto, mas aberto a novas possibilidades de construção de sentido no futuro.

Princípio da **adequação teórica** diz respeito ao processo de interpretação do documento, ajustando-o às nomenclaturas e conceitos atuais de forma que o documento não perca o seu valor original. Refere-se ao processo de renovação de dados contidos no documento para que o homem atual consiga percebê-lo com maior facilidade e também seja capaz de extrair conhecimentos produtivos e essenciais para os empreendimentos humanos presentes.

1.5 – O documento em Historiografia Lingüística

Uma pesquisa historiográfica visa à busca de informações de épocas passadas e também do presente a respeito de uma realidade sociocultural. Como sem documentação não há história, o pesquisador, ao iniciar numa investigação historiográfica, uma ocorrência torna-se fundamental e, muitas vezes, dificultosa para a realização de seu estudo. Trata-se da localização de fontes documentais. A história é registrada com base em documentos, seja ele escrito ou de qualquer outra natureza representativa. Diante disso, a memória histórica só há para os povos que fazem uso da escrita como forma de registro de suas experiências coletivas.

Documento histórico é toda comunicação registrada em suporte material, possível de se valer para consulta, estudo e pesquisa, pois ele comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar. Assim

sendo, pode-se declarar que todo documento é uma fonte de informação e prova científica de dados do passado.

No mundo moderno, com o desenvolvimento da tecnologia e ampliação das atividades humanas, as funções que o homem desenvolve faz com que haja a emissão ou recepção de uma grande quantidade de informações registradas em suporte material. Trata-se de documentos históricos de diversos gêneros com diferentes propósitos comunicativos. Essa formação não constitui um fim em si mesma. Ela atende, antes de mais nada, a uma necessidade de informação que permite ao homem agir, decidir, atestar e analisar retrospectivamente os fatos e ações humanas passadas.

Documento histórico pode ser entendido, também, como escrito produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades. Esses documentos constituem-se como fonte de informações. Eles formam um conjunto orgânico refletindo as atividades a que se vinculam, representando os atos de seus produtores no exercício de suas atividades. Na verdade, a razão das origens dos documentos escritos ou a função pela qual são produzidos é que determina a sua condição de documento e não a natureza e suporte de seu formato.

Os documentos históricos de arquivos públicos, em particular, são todos os documentos de qualquer gênero, suporte ou formatos produzidos ou recebidos por um órgão governamental na condução de suas atividades. Incluem-se também no domínio desses documentos aqueles produzidos ou recebidos por instituições de caráter público e por entidades privadas responsáveis pela execução de serviços públicos.

O documento escrito re(a)presenta dados quantitativos da realidade histórico-social na qual foi produzido. Por essa característica, ele pode apresentar um número mínimo de informações concretas que viabilize de fato o trabalho científico, de forma

que haja uma garantia de validade aceitável pela comunidade científica. Isto quer dizer que os resultados de uma pesquisa histórico-lingüística não devem apresentar determinações sem características de atribuições científicas.

Um documento histórico não é um registro neutro e indeterminado. Ele conduz a visão de mundo de quem o escreveu, inserido numa observação de determinados valores sociais do momento e local em que foi escrito. Retrata inclusive a herança cultural de um povo: as relações sociais, econômicas e culturais de um momento específico. Por conta disso, as informações materializadas no documento devem ser analisadas tendo como direcionamento o entendimento do homem nas relações sociais. Isso explica que, por meio do documento escrito, pode se fazer uma reconstituição histórica de um país, estado, município ou até mesmo de uma vida familiar específica.

Segundo Koerner (1995) o trabalho do historiógrafo da língua é uma atividade de detetive em busca de informações por meio da leitura de registros legados pelos homens em diferentes momentos e que lhe são cabíveis para a realização de seu trabalho científico, atuando de forma cuidadosa na leitura e transcrição de informações encontradas. Pesquisar em documentos escritos requer, portanto, do historiógrafo, como acentuou K. Koerner (1995:95-124), um vasto domínio de conhecimento de mundo, técnicas de leitura e até mesmo conhecimento de Paleografia.

1.6 - Identidade histórico-lingüística e cultural do homem nordestino

É inquestionável o fato de que a língua pode ser considerada um dos fatores de determinação da identidade étnica de um indivíduo e de uma coletividade. A identidade cultural é o legado mais representativo e mais precioso de um povo. Um nativo carrega consigo uma expressão de orgulho e sentimento de pertencer a um determinado grupo étnico, ou seja, em particular, aqui em foco, a questão de relevância à identidade nordestina. O homem nordestino tem orgulho de pertencer ao

Nordeste, ainda que combatendo vários problemas seculares de ordem ambiental (seca) que conseqüentemente o afetam em suas atividades sócio–econômicas.

Uma das marcas características de identidade do nordestino pode ser observada no uso lingüístico. A norma lingüística do nordestino manifesta-se de maneira particular em comparação às outras normas lingüísticas regionais no Brasil. Pode-se afirmar que essa característica lingüístico-regional é histórica. Na maior parte, a identificação do nordestino pode ser observada pela base articulatória. A partir disso, salientamos que a identidade de um povo pode estar na língua. A língua revela seu papel na formação da identidade de um indivíduo e de uma coletividade. Ela mantém a coesão de um grupo. De acordo com Mey (2002:74; apud Durando, 1993) o *sentimento de pertencer a um grupo étnico é uma identificação étnica gerada por um sistema específico de produção cultural, cimentada por uma língua comum entre os membros de um grupo.*

Com base nessa afirmação de Mey, destacamos que a língua está intrinsecamente relacionada com o ambiente sócio-histórico e cultural de um grupo social. Ela expressa os anseios humanos de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. Nesse sentido, afirmamos que a língua é dialética no sentido de que ela está baseada em fatos indubitáveis de realidades políticas e econômicas que condicionam o nosso viver.

Nesse trabalho, o nosso propósito é mostrar a relação entre língua e sociedade e a importância dela como forma de constituição da identidade de um grupo. A estrutura dinâmica da língua serve-nos para uma arquivagem da realidade extralingüística e para a hierarquização do mundo. Por meio da língua, certificamos que o mundo é realmente ordenado. Ela contribui para a tentativa de tornar consciente a formação e organização do mundo restrito. Por isso, é pertinente a afirmação de que essa estrutura se identifica com a língua. Conhecimento, realidade e verdade são aspectos da língua e esses aspectos podem ser analisados pela Historiografia Lingüística. As lexias são unidades lingüísticas significativas que representam os

elementos do mundo. Por esse motivo, há uma relação de identidade entre a organização do mundo e a organização da língua.

O historiógrafo da língua, ao utilizá-la, faz uso dela em busca de conhecimento da realidade e da verdade histórico-social. Ao identificarmos a linguagem como representação dessa realidade, destacamos o conceito de língua como aparência histórico-social. Nesse sentido, por meio da HL, há a possibilidade de conservar em parênteses os conhecimentos conservados no curso da história, deixá-los em pendência, como que disponível para futuras experiências; daí nos aproximarmos da língua despidos desses conhecimentos de mundo por ela veiculados. A identidade da língua em relação com a estrutura do mundo é assim evidente para qualquer leitor.

A língua é caracterizada, em sua imensa riqueza expressiva, como instrumento mais perfeito que herdamos de nossos antepassados. É nesse processo de herança que constituímos a nossa identidade. A identidade de um povo é constituída na/por meio da língua em dialogia com a herança sócio-cultural transmitida por ela.

Na língua, manifesta-se uma multiplicidade de variação. Isso existe de fato e expressa a relatividade das categorias do conhecimento. Há variações lingüísticas porque a realidade social é diferente. Qualquer língua possui dois horizontes: os dados brutos que tendem a realizar-se nela e os intelectos que nela pensam. Com isso, o estudo da língua é possivelmente a única pesquisa legítima do universo humano concebível.

Na perspectiva de que a identidade de um grupo é formada a partir da língua, consideramos que *a identidade social de um grupo é uma construção simbólica que envolve processos de caráter histórico e social que se atualizam no ato individual de atribuição* (Penna, 2002:92). Em particular, a caracterização da identidade homem nordestino é marcada pelo processo engajado de construção coletiva do nordeste como região que possui valores sociais, históricos, acadêmicos, artísticos e culturais

de extrema importância na formação da cultura nacional. Nesse sentido, o nordestino é um agente social, concreto, com referências espaciais e histórico-lingüísticas próprias e diferenciadas comparadas às de outras regiões do país. Isso é o que de fato constitui a identidade do nordestino, um ser em busca de sua atribuição e afirmação em seu próprio espaço e historicamente negado por problemas ambientais e por práticas políticas repressoras, marginalizadoras e preconceituosas, direcionadas por uma elite política, acadêmica e burguesa do próprio Nordeste e do centro-sul do país.

Na atribuição da identidade do homem nordestino, Penna (1992) destaca como fator constitutivo dessa identidade a naturalidade, a vivência, a cultura e a auto-atribuição. Na perspectiva da autora, não há nenhuma referência direta ao aspecto lingüístico como forma de atribuição da identidade do nordestino, ainda que o aspecto lingüístico seja resultado de um processo sócio-cultural e elemento determinante da cultura de um grupo social. Por isso, além da base articulatória, as características lingüísticas do nordestino podem ser percebidas também no léxico, na sintaxe e na tonalidade dura, que é típica de sua expressividade, em particular do homem habitante da zona rural.

Penna (op.cit.:167), em referência a Luiza Erundina, uma bem sucedida migrante nordestina em São Paulo, destaca que a identidade não está na condição de nordestina, de classe ou de mulher, mas sim no modo em que estas condições são apreendidas e organizadas simbolicamente. As marcas de identidade não estão inscritas no real, embora os elementos sobre os quais as representações de identidades são construídas sejam deles selecionados. Estão em pauta, portanto, os processos de apreensão do mundo social: esta apreensão dá-se sempre através de atos de pensamentos e linguagens, cujas coordenadas são geradas social e culturalmente. Isto quer dizer que marcas de referência e autenticidade de uma identidade social são complexas e de difícil entendimento, já que Luíza Erundina considera-se uma nordestina, mesmo com residência e exercício político em São Paulo.

Em referência à auto-afirmação da identidade do homem nordestino que, diante de sucessivas crises econômicas causadas principalmente por problemas ambientais e pelos efeitos da revolução industrial, vê-se afetada por um contínuo processo de migração para as grandes metrópoles, em particular, as do Sudeste do país, surge o discurso regionalista de 30, em plena fase de modernização da cultura brasileira, persuadido por Gilberto Freyre. O elemento central e básico do discurso regionalista é chamar a atenção para os problemas sociais enfrentados pelo homem nordestino, principalmente o homem rural que, para sua sustentabilidade, depende das condições climáticas. Diante desse fato, o discurso regionalista surge com o propósito de homogeneização (simbólica) do espaço nordestino, tecido sobre a idéia de crise.

O discurso regionalista, segundo Penna (1992), é caracterizado por dois elementos fundamentais: a oposição ao sul, enquanto espaço obstáculo por ser privilegiado pelo governo central no que diz respeito ao desenvolvimento da lavoura cafeeira e ao estado, ao qual são dirigidas as reivindicações de um povo que sofre as conseqüências da seca e da crise econômica causada, em específico, pelo declínio do ciclo da cana-de-açúcar na segunda metade do século XIX. Nesse período, principalmente com a grande seca de 1877-1879, o Nordeste, que já apresentava uma economia desestabilizada, chegou ao seu declínio econômico, resultando, por conseguinte, um grande êxodo rural com destino aos grandes centros urbanos do Nordeste, do Sudeste, do Sul e também para o norte do país. Para o Sul e o Sudeste, os migrantes nordestinos eram atraídos pelas ofertas de emprego na região da agricultura cafeeira e na indústria em processo de desenvolvimento. E para o Norte, a migração dos nordestinos era despertada pelo que ficou conhecido como ciclo da borracha. A mão-de-obra era absorvida para a exploração dos seringais que deles era extraído o *látex*, substância da qual era extraída a borracha, que, da região amazônica, era comercializada para diversas partes do mundo.

Esse período de decadência econômica do Nordeste, secas e fluxo muito grande de migração do homem é conhecido como a época mais catastrófica da história do Nordeste. A seca de 1877–1879 resultou a morte de quase a metade da população dos sertões. Devido a esse efeito calamitoso, houve, nesse momento, uma verdadeira comoção nacional, devido às condições angustiantes em que se encontrava a população do Nordeste. Pode-se afirmar que, a partir desse momento, quando as políticas centrais do governo federal estavam direcionadas para o desenvolvimento da região Sudeste, o discurso da seca, de caráter científico e literário, é abraçado pelos regionalistas nordestinos.

Esse discurso regional atingiu relevância nos principais veículos de comunicação e também na literatura. A determinação dos regionalistas, por meio dessa expressividade, foi despertar a atenção das autoridades políticas para o sofrimento do homem nordestino, em particular, o homem agrário. O objetivo dessa manifestação foi conquistar meios, subsídios e melhores condições de vida para que o homem sertanejo se fixasse definitivamente em seu espaço de origem, evitando, pois, a migração em massa para os grandes centros urbanos que não tinham estrutura para suportar tantas famílias.

O manifesto regionalista, principiado por Gilberto Freyre, constitui uma determinada forma de representação da região do Nordeste caracterizada por um discurso de delimitação de identidade étnica e de espaço. Esse fato resultou a caracterização desse discurso como ideológico por alguns estudiosos por está associado aos grupos de elite que comandavam a política no Nordeste. Esse manifesto guarda as reivindicações de políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste. Freyre no documento ataca o regimento estadualista da República Velha e critica o centralismo de ações políticas que discrimina o Nordeste e favorece os estados das regiões Sul e Sudeste do país.

Penna acentua, ainda, que o discurso regionalista não se construiu e se expressou apenas através dos discursos de políticos, ou através de uma produção intelectual

que fornecia embasamento científico a forma de percepção da realidade social do Nordeste e a reivindicação da classe dominante regional. Na visão de Penna, construiu-se e expressou-se, ainda, por meio de uma produção literária formal de elite, representada por José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Américo de Almeida, entre outros, que, segundo ela, procurava afirmar o Nordeste contra o Sul desenvolvido, buscando identificar traços característicos da região: o agrário, a pobreza, a *secura*, a linguagem. Essa literatura visava, por assim dizer, com o *status* de cientificidade, descrever e redirecionar a história econômica e social do Nordeste.

O Nordeste, antes de mais nada, foi e ainda é, sem dúvida, um espaço significativo que muito tem contribuído para a formação e consolidação da cultura nacional. Essa região é focalizada como região enquanto experiência histórica, cultura e social que se distingue das demais regiões brasileiras por certas marcas de representações identificadas em seus habitantes. Enfatizamos *região* porque de fato ela existe, possui valores relevantes e mantém, desde o Brasil-colônia, uma tradição histórico-cultural que lhe é característica e que constitui a identidade nordestina.

Com base nisso, dissemos que o Nordeste constituiu um discurso ao longo de sua história que é marca característica de representação e da tradição experimental do homem nordestino. Constitui esse discurso um referencial de reconhecer a relação intrínseca que há entre a realidade social e a língua que a representa. Destaca-se ainda que nenhuma outra região brasileira, no percurso da história do Brasil, formalizou um discurso tão expressivo e de importância para a cultura nacional como o discurso constituído pelos intelectuais nordestinos. A língua portuguesa em sua variante nordestina representa uma cultura rica em termos, ritmos e expressões que caracteriza o Nordeste brasileiro. Dito isto, destacamos que a particularização, enquanto identidade característica do nordestino, está atrelada a fatores de ordem de naturalidade regional e lingüística.

CAPÍTULO II

AS SECAS E OS DESGASTES SOCIOECONÔMICOS NO NORDESTE

2.1 - - Secas no Nordeste: um problema histórico, econômico, político e social

Quando se fala em Nordeste, a visão que se tem no imaginário coletivo de outras regiões do país, principalmente na região Sudeste, é a seca devastadora, atroz e uma legião de familiares que se aglomera em ônibus da Viação Itapemirim e de outras companhias em direção às principais metrópoles do país. Sabemos que a realidade não é bem assim, pois, no imaginário sulino, há uma *indução generalizada* de miséria no Nordeste. Não negamos essa realidade. Entretanto, há, também, no Nordeste, áreas de desenvolvimento sustentável com agricultura, indústria, comércio desenvolvidos e com crescente emprego de mão-de-obra. A seca afeta, sobretudo a população habitante da zona rural. E o fluxo migratório para outras regiões tem origem nessa população. Esse(a) moviment(a)ção humano(a) tornou-se constante com periódicas secas ao longo da história do Brasil.

Para que retratemos o percurso histórico das secas no Nordeste, faz-se necessário, antes de mais nada, uma reflexão sobre o que é a seca. Joaquim Guedes Corrêa Gandim (1984:05) interpreta que a seca, no sentido léxico, significa falta de precipitação atmosférica sob a forma de chuva, falta de umidade. Gandim esclarece que a expressão “seca do Nordeste”, além do fenômeno físico por falta de água, o seu verdadeiro significado tem amplitude muito maior e traz à baila fenômenos econômicos que provocam transformações no *habitat* social da região.

É importante analisarmos que a afirmação de Guedes é meritória no que diz respeito aos fenômenos econômicos resultantes das constantes secas. Na verdade, essa realidade é consequência advinda pela não regularidade de chuvas no sertão nordestino. Com as irregularidades das chuvas, não há produção agrícola. O pasto para o gado seca. Os animais não têm como se alimentar e morrem. E sem estrutura preventiva pela falta de recursos para o enfrentamento da seca, ou seja, sem reserva

de alimentos, os sertanejos começam a sentir o aspecto da fome. Submetem-se às condições subumanas. Como consequência, valem-se como solução do êxodo rural. Os sertanejos migram para as grandes cidades a procura de fontes de sobrevivência adequadas. E o governo surge apenas com medidas paliativas emergenciais para as dificuldades do homem sertanejo, o que não alivia em nada a situação dos desgastes causados pelas secas.

Várias ações governamentais e vários órgãos regionais foram constituídos em diversos períodos da história do Brasil para enfrentar os problemas da seca no Nordeste. Entretanto, nenhuma ação foi eficiente a ponto de obter uma solução definitiva para tão forte problema físico que tem como consequência um desajuste social e ambiental calamitoso.

A primeira ação política contra a seca ocorreu só após uma das maiores secas da história do Nordeste ocorrida em 1844-1845 durante o governo imperial de D. Pedro II. Em virtude do fato, D. Pedro II enviou uma comissão formada por cientistas brasileiros de formação naturalista ao Ceará para estudar o problema da seca e apresentar relatório conclusivo e com recomendações de ações a serem executadas. O relatório da comissão aconselhou o governo a executar obras estruturais para o represamento de água, perfuração de poços, construção de rodovias e ferrovias. Entretanto, segundo Antonio Henriques Leal (apud Villa, 2001: 38) nenhuma obra de utilidade pública se realizou.

Além disso, foram constituídos os seguintes órgãos em vários momentos da história do país: Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS (1909), Inspetoria Federal de obras Contra as Secas - IFOCS (1919), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas DNOCS (1945), Banco do Nordeste do Brasil - BNB (1952), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959). Esses órgãos foram formados com a finalidade de combater os efeitos das secas, com ações voltadas para promover o desenvolvimento sustentável do Nordeste no que diz respeito à administração de projetos por meio dos quais houvesse uma progressiva

capacitação técnica e também financeira para os agentes produtivos da região. Entretanto, até a atual realidade histórica brasileira, nenhuma ação política encontrou uma solução eficaz para os problemas sociais e ambientais causados pelas secas no Nordeste.

O drama das secas no Nordeste possui uma extensa história. Nenhum pesquisador até hoje desenvolveu um trabalho de pesquisa tão original e instigante, pela importância que oferece para a compreensão dessas abordagens históricas como Villa (2001) em *Vida e morte no sertão: história das secas do Nordeste nos séculos XIX e XX*. É de acordo com as idéias de Villa que mostraremos a história das principais secas ocorridas no Nordeste, apontando os efeitos calamitosos desse agente natural vivo na vida dos sertanejos e a incúria, a corrupção, as disputas políticas em torno dos problemas da seca.

Sabemos que o pilar de sustentação econômica do Nordeste, desde o Brasil colônia, foi a agricultura e a pecuária de subsistência. A seca caracterizou-se como uma situação climática em que a ausência ou carência de chuva acarretasse graves crises de produtividade agrícolas e criatórias. Na economia regional, ao longo da história do Nordeste, este fato acentuou o abandono da terra e contribuiu para o despovoamento do mundo rural e ao inchaço urbano das grandes cidades brasileiras.

Villa afirma que, antes da chegada dos portugueses, há indícios de intensa movimentação espacial dos indígenas habitantes do polígono das secas. As causas disso podem estar relacionadas com os períodos de estiagem, seca e com a disputa pelas terras com abundância de água.

Fernão Cardim, padre jesuíta, que chegou ao Brasil em 1583 como secretário do visitador Cristóvão de Gouveia, escreveu as particularidades do efeito de uma seca ocorrida nesse mesmo ano em que ele chegou ao Brasil. Mencionou que, em 1585, houve uma seca tão grande na província de Pernambuco que os engenhos não

funcionaram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas secaram, houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco. Milhares de índios apertados pela fome migraram do sertão para o litoral, socorrendo-se aos brancos.

No decorrer do século XVII, Villa afirma que houve seis grandes secas: 1603, 1605 a 1607, 1614, 1645, 1652 e 1692. Estas secas afetaram várias províncias do Nordeste. Devido à primitiva condição de vida do sertanejo e com isso a escassez de meios de sobrevivência, houve o impulso de conflitos entre colonizadores e indígenas. A última seca desse século, a de 1692, acarretou grandes prejuízos aos rebanhos e às populações interiores. Neste período, morreram muitos escravos.

Na proporção em que havia a expansão demográfica e econômica no Nordeste, maior eram os prejuízos causados pelas periódicas secas. Foi o que ocorreu no século XVIII. Das secas ocorridas neste século as mais devastadoras foram as que ocorreram em 1722-1727, 1777, 1791-1793. O historiador Tomás Pompeu de Souza Brasil (apud Garcia, 1984:62) registrou que 1722 foi um ano de grande seca, em que não só morreram numerosas tribos indígenas, como o gado e até as feras e as aves se encontravam mortas por toda a parte. Villa, por sua vez, menciona que esta seca atingiu todo o Nordeste e promoveu desastrosos efeitos econômicos e a migração da população do sertão para as áreas menos afetadas pelo flagelo. Neste período, as águas secaram, a lavoura sem água foi esterilizada; e, sem pastagem, conseqüentemente o gado morreu. Diante disso, aos sertanejos restou apenas a mudança para as margens dos rios para não morrerem ao rigor da sede.

Na seca de 1777, Villa menciona que a pecuária foi atingida de forma severa. Nesse período, os pecuaristas nordestinos perderam o mercado consumidor das Minas Gerais e do mercado açucareiro para o mercado pecuarista do Rio Grande do Sul.

A seca de 1791-1793 foi a maior seca do século XVIII no Nordeste. Em algumas províncias, as águas desapareceram por completo. Como conseqüência disso, morreram o gado, os vaqueiros, muitos fazendeiros, animais domésticos e

selvagens. Villa confirma que, neste período, as estradas que cortavam o sertão ficaram alastradas de cadáveres, famílias inteiras mortas de fome e sede. O interior ficou totalmente deserto. A população encontrava-se em estado de esfomeação e dizimada por doenças em virtude da falta de defesa do organismo em resistir aos agentes patológicos por falta de uma alimentação sustentável. A destruição foi tão assustadora que as pessoas se alimentavam de raízes e frutas agrestes, couro cru torrado ao fogo. Apesar disso, não há registro de antropofagia.

No século XIX, os registros históricos sobre as secas são maiores. Garcia (1984:65-66) afirma que há registro de estiagem em: 1804, 1808-1809, 1814, 1824-1825, 1829, 1830, 1833, 1844-1845, 1870, 1876-1878, 1888-1889, 1898. Dessas contínuas secas ao longo do século XIX, destacaremos apenas os fatos ocorridos em que consideramos de maior relevância para o período. Trata-se dos períodos de 1824-1825, 1844-1845 e 1877-1878. A seca de 1824-1825 aconteceu justamente na época de ocorrência do movimento de independência do Brasil. O sertão nordestino foi agravado por várias epidemias nesse momento, entre elas preponderou a varíola. Este surto de doenças era causado em particular pelas precárias condições de vida dos sertanejos.

É importante considerar que, durante a era colonial, não houve nenhuma ação política voltada para aliviar os sintomas dos efeitos das secas no Nordeste. Villa ressalta que foi apenas no período regencial que o poder central aprovou verbas para enfrentar as conseqüências de uma seca. Em 1833, o ministro do império autorizou a abertura de fontes artesianas no Ceará, na Paraíba e em Pernambuco.

Entre 1844-1845, outra grande seca atingiu grande parte do sertão nordestino. Segundo Guerra (1927) nessa época nem aves se viam nas estradas. A imagem de desertificação era bem expressiva. Ocorreu também a dizimação de quase todo o rebanho. É nesse momento em que há o surgimento de pressões políticas locais. Mantém-se um olhar para os problemas sócio-econômicos do Nordeste. Uma das ações, ainda que paliativa e sem resultado concreto satisfatório, está na criação da

Comissão Científica de Exploração (1856). Essa comissão, conhecida também como comissão do Ceará e pejorativamente como a comissão das Borboletas, quando não de comissão defloradora, fez parte da ação política de intensificação, construção e conhecimento do território nacional. Ela foi criada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o apoio do imperador D. Pedro II. A comissão foi concretizada pela lei do orçamento e despesas de 1857 e 1858. Foi organizada em cinco sessões: Botânica dirigida por Francisco Freire Alemão, um dos mais conhecidos botânicos brasileiros; Geológica e mineralógica, por Guilherme Schuch de Capanema, o adjunto da seção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional desde 1849; Zoológica por Ferreira Lagos; Astronômica e Geográfica por Giacomino Raja Gabaglia, matemático e lente da Academia da Marinha; Etnográfica e Narrativa da viagem pelo conhecido poeta romântico Antonio Gonçalves Dias, professor de História e latim do Colégio Pedro II.

A preocupação da equipe era a busca de recursos materiais de possível uso econômico bem como o estudo da qualidade dos solos agrícolas e das águas em função de encontrar soluções para os problemas causados pelas secas. A expedição científica contou com 14 camelos importados da Argélia. Os dromedários faziam parte de uma ação política, logo frustrada, de aclimatá-los como forma de solução para os problemas de transporte no sertão nordestino. Ainda durante a expedição, os camelos foram trocados por jegues². Os gastos com a importação dos dromedários foram altos. Por fim, a experiência de aclimação desses animais foi um fracasso. Eles não se adaptaram e morreram anos depois.

O certo é que, nas ações políticas brasileiras, a corrupção parece estar sempre presente. Antonio Henrique Leal (apud Villa, 2001:38), historiador e sociólogo maranhense destacou que o trabalho da comissão científica não apresentou nem uma obra de utilidade, nem um poço artesiano, nem um escrito científico sobre

² O mesmo que jumento, animal domesticável utilizado como animal de tração e carga, principalmente no interior do Nordeste.

Botânica geodésia ou finalmente simples descrição que ateste o que de fato estudaram ou observaram.

É válido observar que, na verdade, o Imperador D. Pedro II não estava preocupado com as condições sociais do homem nordestino que sofria com as conseqüências das periódicas secas. O expedicionário mais importante desta comissão era Guilherme de Capanema, especialista em Geografia e Mineralogia. A província do Ceará foi escolhida não em função de ser a mais castigada pelas secas, mas em função das opiniões de que existiam nessa província grandes jazidas de ouro e outros materiais preciosos. O Imperador buscava, de certa forma, a expansão das políticas portuguesas de exploração, ignorando, à vista disso, os problemas sociais dos flagelados das secas. O resultado de tudo isso é que o projeto não ofereceu nenhum benefício social e o governo perdeu todo o dinheiro investido.

Em 1877, a situação no sertão nordestino tornou-se extremamente grave. Mais uma seca voltou a angustiar o sertanejo. Houve poucas e localizadas chuvas e nenhuma safra. O resultado foi um grande êxodo rural em direção às grandes cidades. Caminhavam-se léguas pelo sertão e não se encontrava nenhuma folha verde. O gado morria por falta de água e comida.

Villa apresenta que esta seca foi a maior do século XIX, na qual morreu aproximadamente 5% da população brasileira e acabou transformando o Nordeste em uma região-problema. Há historiadores que mencionam ser essa seca a maior em toda a história do Nordeste. Resultou na morte de quase metade da população dos sertões. Calcula-se que morreram por estimativa 500 mil pessoas neste ano, vítimas dessa apavorante seca. Os efeitos para a economia nordestina foram devastadores. Os historiadores afirmam que o Nordeste nunca mais foi o mesmo de antes. A pecuária não teve mais o prestígio que até então desfrutava na economia regional. O setor primário - a agricultura - foi devastado em virtude do abandono do campo pela população. Houve, então, um insulamento da região nas discussões

políticas, pois, enquanto o Nordeste vivia a ressaca desta devastosa seca, o sul vivia o *boom* do café.

A partir de então, o Sudeste-Sul passou a ser o pólo de atenção das políticas nacionais. E o Nordeste, por sua vez, passou a ser identificada como uma região-problema. Os investimentos do poder central concentraram-se no Sudeste-Sul para o desenvolvimento da cafeicultura e em seguida para o desenvolvimento industrial. Já o Nordeste, sem projeto econômico e social, passou a fornecer mão-de-obra barata para as outras regiões do país. Sem sustentabilidade local, formou-se um fluxo migratório intenso do Nordeste para outras regiões, realidade representada por Graciliano Ramos em *Vidas Secas*.

No século XX, há ocorrências de secas em diferentes momentos. Garcia (1984) expõe que aconteceram secas em 1900, 1903, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951-1953, 1966, 1970, 1976, 1979-1984. É importante frisar que os registros históricos variam de acordo com os historiadores. Em nosso trabalho, colocamos relevância nas secas de 1915, 1932, 1951-1953, 1958, 1970, 1979-1984. Nesse período, as políticas de combate às secas no Nordeste foram constantemente motivos de críticas por técnicos, especialistas e sobretudo por escritores e intelectuais nordestinos que presenciaram de perto as conseqüências tão destruidoras de tal fenômeno natural e regional.

Em 1915, ao contrário das previsões de que no Nordeste haveria muitas enchentes, a região passou por uma grande seca que ficou marcada no imaginário nordestino, por meio da história e da literatura, como a grande seca de 15. Nesse ano, em muitos estados nordestinos, a situação foi desesperadora. Muitas pessoas morreram de fome. Outras migraram para a região litorânea, outras para os centros de maior progresso econômico. A lavoura perdeu-se completamente, o gado definhou e o preço dos alimentos atingiu valores exorbitantes. Entre os sertanejos que migraram, muitos eram pequenos proprietários que venderam suas terras a preço ordinário. Ou, quando não, muitos abandonaram definitivamente suas casas, roçados, criações e

migraram sem um norte certo para resistirem aos efeitos ambientais e manterem-se vivos. Nos processos migratórios, muitos sertanejos morreram de fome e sede. Os pais, muitas vezes, abandonavam os filhos por não ter como alimentá-los. Os flagelados se reuniam em lugares denominados de campo de concentração. Nesse espaço, aglomeravam-se sem a mínima higiene e, como conseqüência, os retirantes, principalmente as crianças, eram vítimas de doenças como varíola, sarampo e disenteria, que causavam a morte dessas crianças, já que não eram assistidas com ações de saúde preventivas pelos órgãos públicos.

Villa menciona que, enquanto os sertanejos migrantes sofriam as conseqüências das secas, as autoridades políticas os desprezavam. Os sertanejos, no discurso das autoridades, eram animais brutos, pois de homens só tinham a fisionomia e a maldade. Eram vistos como os rebotalhos da sociedade. Essa era a visão científica do Evolucionismo do século XIX, ainda muito presente na intelectualidade brasileira.

Com a sucessão de poucos investimentos para o combate dos efeitos do tenebroso enigma nordestino – a seca -, em 1932 o Nordeste é novamente vítima de uma grande seca e, mais uma vez, sem que houvesse investimentos públicos consideráveis para suprimir os resultados da falta de chuvas, o homem sertanejo sofreu com a falta de ações políticas concretas que pudessem resolver tais problemas. Neste período de 1932, há registros históricos afirmando que pequenas cidades ficaram praticamente desertas. O comércio parou. Na zona rural, o quadro foi desolador. O gado definhava e morria de forma assustadora pela falta de pasto e água. Animais eram vistos com apenas o couro sobre os ossos.

Em vários estados do Nordeste, a situação era de calamidade pública. Sem perspectivas de vida, os retirantes debilitados invadiam cidades, perambulavam pelas ruas. Crianças raquíticas com barriga dilatada, as pernas desfiguradas pelas inchações choravam de fome e sede e se recusavam a andar. Diante dessa situação, a ajuda governamental era um fato que não surgia. Sem auxílio, vivendo as conseqüências “áridas da seca” formou-se nesse momento um grande êxodo

constituído de homens analfabetos em direção às terras do Sudeste-Sul, que se transformaram, até hoje, no eldorado mítico do nordestino expulso do semi-árido.

Em 1951, quando Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, o início de seu governo foi marcado por mais uma seca no Nordeste, a de 1951-1953. Este cataclismo atingiu até o Maranhão, estado que não está localizado no polígono das secas. O governo não tinha estrutura nem recursos para planos emergenciais. As pessoas, para escaparem da morte, alimentavam-se de vegetais típicos da região xiquexique, maniçoba, macambira, entre outros. Essa realidade, freqüente em períodos de seca no Nordeste, foi, anteriormente, registrada por Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*. O narrador registra que Fabiano (...) *Chegara naquele estado, com a família morrendo de fome, comendo raízes!* (*Vidas Secas*, 1938:22).

Diante de tanta calamidade causada por tão forte seca e com a melhoria do sistema de transporte rodoviário, a migração que até então se realizava em vapores³ pela costa litorânea tornou-se constante para os estados do Sul e do Sudeste. Nos denominados *paus-de-arara*, muitos nordestinos deixaram seus lares e familiares, em viagem de até 14 dias sem as mínimas condições de segurança até o Sudeste do país. Estima-se que cerca de 350 mil pessoas retiraram-se do Nordeste nesse período. Os retirantes eram atraídos pela crescente oferta de empregos em virtude das políticas governamentais direcionadas para o processo de modernização do país.

No governo de JK, com ênfase direcionada para o processo de industrialização do Sudeste e a construção de Brasília, não houve ações e investimentos concretos para o combate dos efeitos das secas. O DNOCS operava com poucos recursos. O certo é que, em 1958, mais uma seca chegou e abalou o tão angustiado espírito do sertanejo que não tinha preparo suficiente para resistir às conseqüências de mais um histórico flagelo. E como antes, a esperança para milhares de flagelados foi a migração para São Paulo. Os efeitos mais desgastantes das secas no Nordeste

³Vapores eram navios arremessados por máquina de vapor.

foram sem dúvida nas fontes primárias da economia Nordeste: agricultura e a pecuária. Sem as chuvas necessárias, o desgaste na agricultura e na pecuária foi inevitável, o que, de certa forma, acarretou o desgaste econômico do Nordeste.

Além disso, pode-se mencionar que os poucos recursos contra as secas eram administrados em favor dos interesses políticos e econômicos da elite nordestina. Esse poder político que controlava os recursos de combate aos efeitos das secas pelas oligarquias nordestinas se popularizou com a expressão de “industriais da seca”. Esse é o quadro sócio-político opositivo no que se refere ao uso dos recursos públicos que, pelo direito democrático, seriam destinados aos afetados pelas secas.

Em 1970, o país está sob o controle do militarismo. O Nordeste enfrenta mais uma seca. Os serviços de meteorologia antecipavam o fato. Entretanto, quando anunciada a possível realização dessa ocorrência, as autoridades militares não deram importância ao fato, e outra vez o sertanejo teve que sofrer as causas dos desequilíbrios provocados pela seca. O panorama no sertão foi trágico nesse momento. Rios, açudes secaram e milhões de pessoas no polígono passaram fome. Em algumas regiões do Nordeste, foi decretado estado de calamidade pública. Para as autoridades que ficaram apenas sentadas no conforto de seus escritórios, não havia seca. Para elas, havia apenas algumas situações anormais em alguns locais isolados no interior da região. O certo é que, naquele ano, a lavoura se perdeu por completo. Sem terem o que comerem, os flagelados da seca saqueavam o comércio nas mais importantes cidades do sertão. E devido à baixa condição imunológica resultada da precária alimentação, alastrou-se uma epidemia de doenças como tifo, sarampo, gripe, disenteria, vitimando, principalmente em crianças que morreram desidratadas por falta de assistência social.

Registrou-se, nesta época, um elevado aumento do índice de mortalidade infantil. Ocorreu, além disso, o surgimento de um surto de ratos e formigas relacionado com o desequilíbrio ambiental provocado pela seca. Os roedores, por sua vez, eram mortos e servidos como alimento. No campo, a situação foi mais alarmante. A

pastagem secou pelo efeito da estiagem e o gado morreu por falta dela. E as autoridades da união continuamente ignoraram o noticiário da grande imprensa e de autoridades regionais e não houve de imediato liberação de recursos emergenciais para o socorro de vítimas da seca.

Villa destaca que, com a incessante demanda de mão-de-obra na região Sudeste e Centro-Oeste, muitos nordestinos de novo migraram incessantemente. As passagens de ônibus esgotavam-se com dois meses de antecedência. Em São Paulo, chegavam em média 700 pessoas por dia, conforme divulgação da imprensa. Devido a esse grande fluxo migratório, resultaram no surgimento de manifestações de discriminações contra os nordestinos nos estados do Sudeste. Situação que segue até o momento atual.

Com a forte pressão da imprensa e das autoridades políticas locais, o governo federal liberou recursos emergenciais para frentes de trabalho na construção de estradas e açudes. É importante salientar que o valor recebido pelos sertanejos por um dia de trabalho árduo era suficiente para comprar apenas 1 quilo de feijão. E muitas vezes recebiam com longos períodos de atraso. Sabe-se que novamente foi uma medida paliativa que não aliviou em nada o sofrimento dos sertanejos vitimados pelos efeitos da seca.

O governo federal apostou num projeto de integração nacional por meio do qual objetivava aproximar as diversas e diferentes regiões brasileiras. Em princípio, esse projeto surgiu com a de construção da Rodovia Transamazônica como solução para a integração e colonização da Amazônia pelos milhares de nordestinos desempregados em consequência da seca. A construção da rodovia iniciou-se em 1º de setembro de 1970 e permanece inacabada até o momento atual. Foram milhões em investimentos usados de forma inconveniente. O estado atual da rodovia é ligar nada a lugar nenhum. Das pessoas que para lá migraram, estima-se que apenas a metade vive às margens da rodovia. As demais retornaram frustradas aos seus locais de origem. Ao final desse período de seca, assistiu-se ainda um inchaço

urbano nas principais capitais do Nordeste e também do Sudeste do país com pessoas morando em locais de extrema situação de precariedade.

Após essa seca, os sertanejos que lá permaneceram ou que ao final da seca retornaram, voltaram a sua rotina habitual. E as políticas públicas do governo militar entre 1970 e 1979, foram precárias. Os investimentos econômicos do governo central no Nordeste só contribuíram de forma significativa para aprofundar o fosso entre o Nordeste e as regiões Sul e Sudeste. Estima-se que 70% dos empréstimos do BNDE foram direcionados ao desenvolvimento do Sudeste. São Paulo, por sua vez, recebeu a maior parcela. O certo é que em quase dez anos não houve nenhum crescimento econômico no Nordeste

Em 1979, tem-se início mais uma grande seca que se prolongou até 1984, a última ocorrida no século XX e até o momento atual. É importante mencionar que atualmente ainda não há investimentos suficientes no Nordeste como prevenção aos efeitos de futuras secas.

Villa menciona que, no percurso dessa seca, os recursos emergenciais liberados pelo governo federal foram insuficientes e, ao contrário de antes, os recursos foram liberados para os grandes proprietários de terra para benfeitoria em suas propriedades. E o sertanejo agregado, como sempre, passivo de barganhas foi vítima do meio ambiente e do meio social. No discurso oficial, a meta era liberar recursos aos proprietários de terra para que eles pudessem oferecer trabalho aos agricultores e com isso manter essa população em suas localidades, evitar, pois, o êxodo rural em massa. Meta que, entretanto, não ocorreu. Muitas pessoas deixaram suas casas. Os que não podiam pagar passagem de ônibus caminhavam léguas pelas estradas, pegavam caronas em caminhões em direção aos grandes centros urbanos do Nordeste e do Sudeste do país.

É importante destacar que nesse momento as políticas do atual presidente João Baptista Figueiredo, último governo militar, estavam centradas no desenvolvimento

industrial. Não havia, de certa forma, investimentos para o desenvolvimento de projetos agrícolas. Sabe-se que a seca afetou principalmente os pequenos agricultores que mantinham uma agricultura de subsistência. Na falta disso, a fome era uma ocorrência inevitável. Dessa forma, o projeto de desenvolvimento industrial e de exclusão de projetos agrícolas de Figueiredo recebeu fortes críticas do Banco Mundial. Nos períodos mais críticos desta seca, várias áreas rurais do Nordeste ficaram em condições desérticas. O gado morreu, a lavoura perdeu-se por completo. Os açudes e os riachos secaram e os recursos emergenciais foram poucos para amenizar a miséria do povo, que se encontrava em diferentes locais do sertão.

Com o percurso do tempo, ações políticas concretas eram apenas planos imaginários e discursivos dos órgãos governamentais, sobretudo, da SUDENE, que havia sido instituída com o objetivo de elaborar ações globais para o desenvolvimento do Nordeste e criar estruturas para o combate às secas. A destruição da lavoura e da pecuária causou a paralisação do comércio e da indústria regional. Enquanto a ajuda com os recursos dos planos emergenciais do governo federal não atendiam às necessidades humanas básicas dos sertanejos, a população, sobretudo crianças, morria de fome, e as autoridades mantiveram-se insensíveis diante de tanta penúria e calamidade.

O certo é que, segundo Villa, no final de 1983, com o fim da seca que durou cinco anos consecutivos, a economia brasileira apresentava uma acentuada crise. A agricultura, a indústria e o comércio tiveram queda. O PIB caiu e a inflação atingiu níveis exorbitantes, chegando a atingir um índice de 211% ao ano. No Nordeste, em particular, não houve nenhum resultado econômico benéfico. Até o momento atual, não há políticas públicas eficazes para o desenvolvimento econômico do Nordeste. E os pequenos agricultores continuam subservientes aos latifundiários e sobrevivendo por si sós, enfrentando as limitações ambientais e sociais. E a mudança sócio-econômica no Nordeste espera-se até o momento presente. Em relação às perdas humanas, econômicas e ambientais, nesta seca, podemos sustentar que são incalculáveis. É possível assegurar que o número de perda humana deve ter sido

superior a 100 mil pessoas, mais que duas vezes o total de soldados americanos mortos na Guerra do Vietnã.

2.2 – A migração do homem nordestino: a evidência do desaparecimento de uma identidade histórico-social

Entende-se, de acordo com os apontamentos de Santos (1994:6), por migração o processo de movimento da população pelo espaço. Esse movimento é causado por alterações ambientais, econômicas, sociais e políticas que ocorrem em diferentes espaços geográficos delimitados. Na verdade, os seus significados e suas motivações variam, pois, tanto no tempo como no espaço.

Santos (op.cit.:6) esclarece que, na realidade, a migração não é um fenômeno atual. Ela é antiga. Desde os tempos primitivos, o homem se desloca pelo espaço. Sendo antigo, esse fenômeno é constantemente renovado por fatores diversos. Em cada momento histórico, as condições que levam o indivíduo a deixar um lugar por outro são diferentes, relacionadas ao desenvolvimento de cada sociedade. Diante disso, Santos reafirma que a migração é um fenômeno histórico e social.

É com base nesses preceitos de Santos que tratamos da intensidade do fluxo migratório do homem nordestino em princípio para os diversos pontos mais desenvolvidos do Nordeste e depois também para outras regiões do país. Apontaremos as principais causas desse constante fluxo e também as conseqüências nefastas que tal fenômeno acarretou para muitos nordestinos que se desprenderam de sua terra natal para aventurar em outras regiões, por um imaginário alimentado pela situação de vida melhor.

A partir disso, consideramos que as causas do fluxo migratório do homem nordestino são diversas. A concepção prevalente, em sua maioria, é de que a migração do homem nordestino, em particular, a do pequeno agricultor está relacionada ao desequilíbrio ambiental provocado por periódicas secas que, por um *efeito dominó*,

afeta as condições socioeconômicas do homem do sertão. Na falta de chuvas regulares, a terra torna-se improdutiva. Como solução imediata para suprir suas necessidades básicas, a migração apresenta-se como recurso rápido, como solução para a precisão orgânica e mental. O fluxo migratório do homem nordestino deu-se, pois, pela desigualdade econômica em nosso país.

A extração vegetal na Amazônia, a expansão industrial em São Paulo e o crescimento agrícola em São Paulo, Paraná e Planalto central foram as forças responsáveis pelo processo de configuração do perfil industrial e capitalista brasileiro. Com isso, buscaram-se forças humanas para atuação nesse sistema econômico em desenvolvimento. Com periódicas secas, falta de oferta de trabalho e salários condizentes, esses fatos apresentaram-se como os motivos mais indiscutíveis de repulsão dos sertanejos, nas zonas de emigração. O fato é que a mudança econômica no Brasil alterou o modo de vida do homem no espaço geográfico.

É importante salientarmos que esta migração, principalmente para o Sudeste, se intensificou quando o expansionismo industrial ganhou força e a agricultura que até então era o sustentáculo da vida nacional passou a ser marginalizada. Os recursos governamentais passaram a ser direcionados apenas para a expansão industrial. Desvalido pelo governo, o homem buscou na cidade outras formas de sobrevivência. No processo de redistribuição geográfica da população brasileira, a região Nordeste foi a região que a expulsão do trabalhador rural foi mais acentuada. Há estimativas de que 76% dos emigrantes nordestinos deslocaram-se, sobretudo para o Sudeste. São Paulo, por sua vez, recebeu a grande maioria. Esse processo ocorreu também devido ao fator de estagnação ou decadência da economia regional: a economia açucareira. A agricultura de subsistência não possuía capacidade de elevar a produtividade da terra para atender às necessidades produzidas pelo crescimento familiar. O excedente familiar teve como alternativas possíveis o trabalho em outros locais da mesma região ou a emigração para os centros urbanos para que os demais membros da família pudessem sobreviver com o produto da agricultura familiar. Isso

significa, portanto, o estabelecimento do equilíbrio interno da unidade da produção familiar.

Há quem afirme que a migração em si não é nenhum bem, nem um mal. Poderá ser uma ou outra coisa, dependendo do destino que se lhe dê e dos resultados econômicos, sociais e culturais e espirituais que dela derivem para o país e para os próprios migradores. Sousa (1956:15), por exemplo, testemunha que tem havido muitos clamores no Brasil contra o êxodo rural, o que, na opinião dele, não passa de uma feição de migração espacial em nosso meio. Deixar, porém, os locais empobrecidos, afetados por negativas condições de vida em busca de outras onde passam a usufruir uma condição de vida mais digna, humana e onde podem ser mais úteis a seu próprio país, isso constitui um valor benéfico e não maléfico, como proclamam muitas vozes da intelectualidade e da política brasileira.

Sousa (op.cit.:26) confirma que a seca é um episódio que acelerou o processo migratório, mas ela não é, no seu fundamento, a causa central do processo migratório do sertanejo. Ela apenas acelera, precipita, agrava o fenômeno migratório. Em outros momentos, mesmo havendo chuvas, havia uma média elevada de nordestinos direcionando-se para os centros econômicos mais desenvolvidos. Diante disso, conclui-se que o fato não é movido por uma causa ambiental, mas por uma força psíquica que conduz o migrante numa constante aspiração de riqueza, de conseguir fortuna, de maneira fácil.

Em certo sentido, a migração é uma realidade e que, até certo ponto, tem trazido conseqüências acidentais para o homem nordestino. Esse processo causou o grande crescimento populacional de várias áreas metropolitanas no Brasil. A maioria dos migrantes pertencia às camadas mais pobres da população, originários da zona rural onde eram pequenos proprietários, parceiros arrendatários. Sem preparo técnico-profissional para atuarem na indústria e comércio dos grandes centros, em particular, Rio de Janeiro e São Paulo para onde se direcionavam, eles atuavam em tarefas braçais na indústria, na construção civil e no setor informal da economia, atividades

estas que não fornecem subsídios para a realização de uma vida digna, passando a viver de forma marginal na urbanidade. É nesse momento que o imaginário impressiona-se com a verdadeira realidade social. Apresenta-se então o sentimento de frustração e o desejo de voltar aos seus locais de origem, o que, muitas vezes, torna-se impossível por diversos fatores: falta de recursos, constituição familiar e também pela nova adequação a partir do nada.

Como está representado em *Vidas Secas* (1938), o processo de desterritorialização e desenraizamento do indivíduo (Fabiano) do seu espaço onde se constituiu a sua identidade, enquanto um conjunto de características psicossociais comuns entre os indivíduos do mesmo espaço social, traz resultados danosos a esse homem, afetando-o social, cultural e emocionalmente. A migração ocasiona perdas referenciais no que se refere às possibilidades de constituição de uma cidadania plena. A não constituição de sua identidade como cidadão tira-lhe os direitos políticos no sentido de manifestação de voz ativa na qual se reporta ao processo de mudanças e constituição de novos valores socioculturais.

Situações que também podem ser observadas no percurso de Fabiano são as perdas referenciais que ocasionam uma extrema situação de frustração, marginalização e o migrante, muitas vezes, culpa-se pela situação em que se encontra. O que ele não sabe é que é presa de um sistema econômico opressor e injusto, onde uma minoria desfruta dos bens públicos de promoção sócio-cultural. Sem suportar essa extrema situação de marginalização social, o migrante em seu refúgio parte para o uso de drogas, alcoolismo, roubos como mecanismos aleatórios de superação da situação em que se encontra. Essa dramática situação o leva ainda a assumir atitudes de apatia social e de indiferença na observância dos princípios éticos e religiosos, o que ocorre com Fabiano em *Vidas Secas*:

(...) *Preguiçosos, ladrões, mofinos* (p. 117).

(Fabiano) *estava convencido de que todos os habitantes da cidade eram ruins* (p.117).

(Fabiano) *Bebeu ainda uma vez e empertigou-se, olhou as pessoas desafiando-as*
- *Apareça um homem! Berrou* (p.117).

Diante disso, observa-se que, no itinerário do migrante, o seu imaginário é movido pela *práxis* de libertação. Em vista disso, podemos avaliar que o ato migratório reflete, em princípio, o imenso desejo de tantos migrantes de alcançar, de superar as limitações ambientais, geográficas, sociais e alcançar a liberdade de serem aceitos, de poder viver em paz, sem perseguições. Com isso, o migrante busca a permanência num local onde possa ter a sua sustentabilidade por autodeterminação. É o objeto que Fabiano persegue em seu curso na narrativa.

CAPÍTULO III

AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE VIDAS SECAS

3.1 - O Modernismo literário no Brasil

Vários autores contemporâneos manifestaram-se sobre a produção literária do Modernismo literário. Neste capítulo, entre outros autores, enfatizamos as idéias de Passoni *et alii* (1998) e Oliveira (2002). A formação do pensamento intelectual brasileiro direcionou-se de forma bifurcada. Por um lado, os intelectuais manifestavam-se em oposição às influências culturais européias e, por outro, as rejeitavam por necessidade de promover a sua independência cultural. A dicotomia nacional *versus* estrangeiro perdurou em toda a História do Brasil e pode ser observada nas sátiras de Gregório de Matos, nas vozes poéticas de Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga, na prosa romântica de José de Alencar e com maior esforço no Romantismo, quando as vozes nacionalistas “parecem” apresentar um grito de maior sustentabilidade em defesa de valores e interesses nacionais em detrimentos de valores estrangeiros que nessa ocasião desfrutavam de grande prestígio social e elegância. *O chique era mesmo ignorar o Brasil e delirar por Paris* (Broca, 1960:95).

Pode-se mencionar que a mobilização modernista foi, antes de mais nada, resultada mais por efeitos econômicos do que artístico-literário. Essa mobilização foi direcionada por um carregado sentimento nacionalista. A configuração desse pensamento deu-se, ainda que de forma bifurcada, em virtude das ideologias histórico-culturais levantes, no auge de crise da economia agrícola e início do processo de configuração do papel industrial e capitalista brasileiro, que, para se concretizar de fato, teve de se prender ao setor estrangeiro. O dinamismo da relação entre o estrangeiro e o nacional constituiu-se nesse momento de crise quando o pacto do bloco dominante externo desestabilizou a organização interna, num confronto ideológico interessante: o setor nacional, ao se ver ameaçado pelo capital internacional, apelou para o nacionalismo e pediu a proteção do estado por meio da

expressão científica e artística para se salvar. Como justificção desse fato, afirmamos que a decadência da economia açucareira no Nordeste e cafeeira em São Paulo foi afetada pela economia externa. A produção de açúcar sofreu com a competição dos franceses e dos ingleses que também mantiveram essas atividades econômicas em suas colônias. E a produção cafeeira foi duramente atingida com a queda do preço do café afetada pela intensa crise econômica ocidental que levou a queda da Bolsa de Nova York em 1929. O que fez com que não houvesse investimentos necessários à política de valorização do café.

Assistiu-se, no início do século XX, a estas alterações, de ordem econômica, seguidas naturalmente de modificações sociais. Logo, uma sociedade de base agrícola - latifundiária foi sucedida por outra de caráter urbano social. Alterou-se então a problemática brasileira. Dificuldades, até este momento inexistentes, surgiram e iniciou-se o momento da maciça imigração europeia para o Brasil, o que obrigou o brasileiro a uma nova posição no sentido de igualar-se ao europeu que se fixou no Brasil e não se deixar suplantar. O sentimento de "brasilidade" nesse momento é sacudido e urgiu valorizar o que lhe pertencia, o nacional. São Paulo, o centro econômico e de progresso brasileiro, foi o palco de inúmeras transformações sociais e na qual situou-se, em princípio, o pensamento modernista brasileiro insurgido em defesa dos valores culturais brasileiros.

Nesse momento de crise interna, o capitalismo estrangeiro fazia-se cada vez mais presente no início do século XX. Fausto (2002) afirma que os serviços básicos das maiores cidades brasileiras estiveram em mãos de companhias estrangeiras. A partir disso, marcamos que o movimento modernista foi, antes de qualquer coisa, um movimento político cultivado por meio da expressão artística pela burguesia nacional economicamente em crise que clamava por um nacionalismo sustentado pela teoria lingüística, artística e social. Logo, "nacionalismo" tornou-se a unidade léxico-semântica de forma ideológica mais cultivada pelos escritores modernistas.

Desse modo, as manifestações do Modernismo podem ser estruturadas numa articulação de causas e conseqüências, muitas delas situadas fora do sistema literário. O Modernismo não foi um acontecimento aleatoriamente marcado pela Semana de Arte Moderna em São Paulo em virtude das comemorações dos cem anos de Independência do Brasil. Ele é resultado de um processo econômico e histórico não definido de forma clara pelos *burgueses afrancesados* da Semana de Arte Moderna.

A Semana de Arte Moderna realizou-se em São Paulo em 1922. No ideal de seus organizadores, apresentou uma autêntica teatralização da modernidade em reação ao cultivo de valores (ultra)passados. Como já afirmado, o movimento modernista não se limitou à semana paulistana. Na verdade, essa consciência nacionalista começou antes de 1922 e se prolongou pela década de 30. Tampouco se restringiu a São Paulo. Houve uma modernidade carioca, mineira e nordestina. O raio do movimento modernista foi mais amplo do que realmente é divulgado atualmente.

O que não é divulgado é que, assim como a Exposição Universal do Rio de Janeiro de 1922, a Semana de Arte Moderna fazia parte da agenda oficial comemorativa do centenário da Independência. O evento, entretanto, teve grande impacto na época por formalizar e discutir questões que já estavam sendo delineadas em relação aos hábitos e costumes nacionais. Em momentos experienciados por crises, buscava-se um fortalecimento cultural no sentido de redefinir a identidade brasileira que abrangesse todos os seguimentos sociais do país, alguns então marginalizados ou suficientemente marginalizados. A ênfase desse grupo foi direcionada mais aos aspectos emocionais e idealizados do corpo social brasileiro do que em suas dimensões econômicas, sociais e políticas. Explica-se, com isso, a tão acentuada prioridade dos modernistas em celebrar o uso lingüístico. A língua corporifica o papel que cada nação tem a desempenhar na história. Ela constitui uma força integradora e de fortalecimento de uma identidade de um estado estabelecido e fortificado por seus ideais de nacionalidade. Afinal, Um estado-nação é determinado pela língua e pela cultura.

A sustentação do pensamento modernista em São Paulo é de origem estruturalista importada da França por Oswald de Andrade. Constitui uma consciência estruturalista na medida em que rejeita a diacronia e prima pela sincronia, sobretudo, no uso lingüístico expresso no romance e na poesia na primeira fase do Modernismo brasileiro. É um movimento, em princípio, *de negação e destruição de cânones anteriores* (...) (Rezende 1993:8). É imemorial, ainda que de aparência, pois essa reação ao passado histórico aqui divulgada é apenas fruto de novas tendências européias de vanguarda, uma vez que, por ser modelo europeu, foram esteticamente admiradas, adotadas e poderiam ser integradas à sociedade brasileira por recomendação da gálica burguesia paulista. Essa foi a verdadeira identidade do tão reacionário Modernismo paulistano.

É inegável a influência francesa nos modernistas paulistanos. Nos anos 20, assistiu-se na capital francesa a uma atmosfera de descontraída aceitação e valorização de tudo: a arte do negro, os exotismos, os primitivismos. Esse fato proporcionou aos modernistas de São Paulo o direito de imitação desses padrões franceses. O que seria na Semana de Arte Moderna (1922) uma evocação para o despertar de um sentimento de brasilidade, não passava, na verdade, da inserção de mais um galicismo na cultura brasileira, manifestado por *caipiras* das rodas *chiques* de Paris naquilo que advogava ser uma expressão autenticamente brasileira.

Para Carvalho (1970:149) não há em literatura geração espontânea. Tal como a língua em que se expressa, ela não basta a si mesma. É fruto de influências diversas, de contatos permanentes, de múltiplas inspirações alheias que, caindo em terreno fértil, logram em florescer e alcançar originalidade própria e características individuais. Por esse caráter de influências, Carvalho menciona que a presença de valores franceses no Brasil constitui uma tradição. Histórica e culturalmente, estamos ligados à França desde a fomentação do Iluminismo no Brasil, por meio do qual inspiraram-se as idéias liberais da Inconfidência Mineira.

Alguns anos depois da Semana da Arte Moderna, em avaliação ao movimento, os modernistas paulistanos descobriram que não haviam feito, até então, mais do que perpetuar um hábito secular neste país: importar modas literárias e correntes de pensamento com as quais interpretavam a própria realidade. Não distante de dar um caráter nacional à nossa literatura, não se subtraíam ao “destino” de nação periférica, que vivia com a convicção atávica de que tudo o que chegasse dos centros mais avançados seria, de qualquer maneira, melhor, superior ou mais sofisticados do que a produção local. E por isso deveria ser imitado.

Oswald de Andrade (1928; apud Oliveira, 1990:65) avaliou o Modernismo:

ainda não proclamamos direito a nossa independência. Todas as nossas reformas, todas as nossas reações costumam ser de dentro do bonde da civilização importada. Precisamos saltar do bonde, precisamos queimar o bonde.

Podemos destacar com esta afirmação que o imaginário ingênuo dos Andrades de São Paulo estava centrado na busca da realização de um desejo compulsivo de constituir um Brasil incontaminado de influências culturais externas. Eles almejavam um Brasil estruturalista em si e para si. Sabemos, porém, conforme a afirmação de Carvalhal (1970), que este fato constitui uma atitude virtuosa, já que não há uma cultura homogênea, radicalizada e fechada às influências externas. O contato direto com valores externos é um feito inevitável em qualquer cultura, sobretudo, nas sociedades em desenvolvimento.

Mário de Andrade (1926; apud Oliveira, 1990:65) também afirmou:

Também creio que em parte a culpa foi minha em ignorar tanto minha gente, vivi tanto de minha vida na Europa!..

O incômodo de peso na consciência é um fato presente nesta afirmação de Mário de Andrade. A pretensão de consolidar um caráter nacional à cultura brasileira por meio de uma conscientização crítico-literária não passou de uma utopia, de um narcisismo paulistano. As inspirações andradinas foram buscadas na Europa. As produções dos grandes centros eram mais avançadas. Mário de Andrade em tempo algum saiu do Brasil, mas por convicções mantinha vínculos com a cultura francesa por meio da Literatura. Oswald de Andrade mais do que Mário descobriu o Brasil na Europa em suas utopias de burguês comportado nos ambientes sofisticados da França.

Foi nesse encontro—embate de valores sócio-econômicos e culturais que surgiu um sujeito social moderno capaz de radicalizar, ainda que em vão, a nossa independência cultural. Essa consciência paulistana de despertar um específico sentimento de solidariedade diante das influências externas foi sustentada pela língua e a cultura que, são elementos essencialmente determinativos na constituição de uma nação e que, na realidade, não se concretizou. O Brasil ainda não alcançou a tão sonhada independência econômica, cultural e lingüística.

3.2 – O manifesto regionalista: a defesa de valores nacionais e regionais.

A geração intelectual e artística que surgiu no Brasil ousadamente inovadora, na década de 20, teve, no Brasil, pelo menos dois grupos divergentes que os estudiosos estimam e põem em relevância para a cultura brasileira: trata-se do chamado Modernismo (Rio—São Paulo) e o regionalista-tradicionista-modernista (Recife). Em particular, buscamos entender as principais idéias do movimento regionalista, de 1926, de iniciativa de Gilberto Freyre e, por ele, tempos depois, denominado de Movimento regionalista, tradicionalista e a seu modo modernista. Esse movimento mostrou uma nova fase de nossas manifestações culturais, a de viés regionalista, fenômeno existente em praticamente todo o mundo, principalmente, em países de maior extensão territorial ou densidade populacional.

Em 1926, na efervescência das idéias modernistas no Brasil, depois de estudos nos Estados Unidos, Gilberto Freyre começou a sua atuação e a pôr em prática um conjunto de idéias, fundando o movimento regionalista do Recife. O manifesto celebrado por Gilberto Freyre em 1926 em Recife pode ser entendido como um convite-guia para a intelectualidade nordestina no sentido de direcioná-la, por meio de um ideal nacionalista, a valorizar os elementos regionais no cenário nacional, que, por meio da ciência, da literatura, da pintura, do desenho, da música, evidenciasse o ambiente e o espírito criativo do homem nordestino.

Nesse sentido, mencionamos que o Manifesto Regionalista é um documento histórico-lingüístico de manifesto que, ao contrário do movimento paulista, que enfatizou a atualização da cultura brasileira em relação à cultura européia e cultivando um antipassadismo, buscou preservar a tradição cultural brasileira, em particular do Nordeste em suas manifestações sociais, da culinária, moradia às práticas lingüísticas. O documento buscou principalmente a defesa dos valores regionais, enquanto valores nacionais. O esforço de reorganização interna da cultura brasileira foi decorrido pelo fato de o Brasil suportar desde que é nação as conseqüências deletérias de modelos estrangeiros que lhe são impostos sem levar em consideração suas particularidades e suas diversidades físicas e sociais.

Em proteção aos valores culturais, tradicionais do passado e do presente, o movimento do Recife, sem deixar de incluir também valiosos estímulos e sugestões importados da Europa e dos Estados Unidos, empenhou-se, desde o seu início, em pesquisar, reinterpretar, valorizar inspirações vindas de raízes telúricas tradicionais, orais populares, folclóricas, algumas como que antropologicamente intuitivas, da mesma cultura. Coisas cotidianas, espontâneas, rústicas desprezadas pelos que, em arte ou em culturas sensíveis, somente estimados valores ao requintado e ao erudito. Foi um movimento que procurou suscitar, estimular inteligências e sensibilidades para as quais abriu perspectivas porventura novas que cada um seguisse ao seu modo.

Como assinalou Gilberto Freyre (1976), o movimento foi de reabilitação de valores regionais e tradicionais do Nordeste, composto por *homens práticos* que conheciam de perto a realidade histórico-social da região, com seus problemas urbanos e rurais. Na verdade, buscou-se, no evento, reunir pessoas de diversas áreas do conhecimento para que, juntas, pudessem apresentar trabalhos focando o homem brasileiro, em particular, o nordestino em suas relações sociais e ambientais. Assim sendo, participaram do congresso políticos, de esquerda e direita, centristas, literatos, fotógrafos, historiadores, professores, homens do campo ou lavradores, homens de Pernambuco e de outros estados do Nordeste.

Há críticos que afirmam ter sido um movimento eminentemente político da classe dominante regional empenhado em afirmar o Nordeste contra o Sul desenvolvido. Embora Gilberto Freyre expresse que o objetivo do congresso não era *desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tinha valor*, ele mesmo expressa no mesmo texto que, *talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter* (Gilberto Freyre, 1976:57). Diante disso, podemos de fato salientar que se trata de um discurso eminentemente político, implicitamente marcado pelos valores ideológicos da Confederação do Equador, que, na década de 20, completava cem anos, e também pelos ideais confederativos americanos que cederam às suas províncias autonomia política e econômico-administrativa. A convicção de Gilberto Freyre foi movida por um ideal de descentralização, político-administrativa em favor de uma administração político-regional autônoma. *Regionalmente é que deve o Brasil ser administrado* (Gilberto Freyre, 1976:56).

Em vista disso, Gilberto Freyre em seu texto fez severas críticas à forma de divisão política do Brasil que teve essa ação política, como conseqüência, constantes conflitos e turbulências internas entre estados e destes com o governo central. Constituiu-se então no Brasil um poder central impotente, por um lado, e anárquico, de outro. Gilberto Freyre defendeu uma administração regional de forma autônoma.

Gilberto Freyre (1976:55) destacou ainda *ser perigoso falar-se precipitadamente de um novo 'sistema' quando o caminho indicado pelo bom senso para a reorganização nacional parece ser ou de dar-se, antes de tudo, atenção do corpo do Brasil (...)*, promovendo a cultura nacional, em detrimento a tão forte presença e valorização das culturas francesas e americanas pela burguesia nacional. Fausto (2001:96) destaca que o presidente da ainda província de Pernambuco, o general Abreu e Lima, contratou Louis Vauthier, arquiteto francês, para embelezar o Recife. Fausto menciona ainda que nesse período as terras concentravam-se nas mãos de uns poucos proprietários e o comércio era monopolizado por estrangeiros. Em vista disso, o movimento regionalista priorizou a configuração física e social do Brasil.

Para o pernambucano de Recife, o Brasil é uma combinação, uma mistura de valores que formam e constitui a identidade nacional. E pela defesa desse valor, em particular, da região Nordeste, Freyre chama a atenção para a divulgação e movimentação de estilos tradicionais da região que, aos poucos, estavam sendo desprezados e substituídos por um falso modernismo europeizado. Contra a afirmação disto, os valores regionais, nacionais deveriam ser defendidos e desenvolvidos. É o anúncio, o grito do nacionalismo sob o binômio de região-tradição manifestado por Freyre no Manifesto Regionalista. Além disso, ele tece críticas ao pensamento moderno ocidental por ver em tudo o que é antigo e oriental um arcaísmo a ser abandonado. Para ele, a tradição é um patrimônio cultural. Por isso, deve ser preservado como forma de constituição da identidade nacional; e nordestina em particular.

Freyre (1976) frisou no documento que o Nordeste é uma região que muito tem contribuído em oferecer à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade, por sua vez, de destaque no cenário mundial por suas belezas tropicais. Entre os valores regionais destacados por ele estão: *o açúcar, o Pau-Brasil, o sal, a faca de ponta de Olinda, a rede do Ceará, a goiabada de Pesqueira, o Catolicismo de Dom Vital, o algodão de Seridó, os abacaxis de Goiana, o Balão de Augusto Severo, as telas de Rosalvo Ribeiro, a diplomacia do Barão de Penedo, a*

relevante produção literária de Joaquim Nabuco, a culinária e o 'mucambo', que representa o valor do abrigo humano adaptado à natureza tropical. São valores regionais que, segundo Gilberto Freyre, tornaram-se nacionais e são, na verdade, fontes e tradições nas quais o Brasil, em particular, o Nordeste se orgulha como valores originalmente nacionais.

Podemos destacar que o Manifesto Regionalista apontou direções para um estudo psicológico e antropológico significativo para a compreensão do *ethos* nacional por meio do intimismo, do ecologismo e de uma atenção aos aspectos cotidianos, além de regionais de convivência. Buscou-se um estudo sociológico do cotidiano, o que vem de fato ocorrer na literatura expressa pela genialidade e brasilidade nordestina de José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado e Graciliano Ramos. Esses escritores foram cultivadores do Romance social nordestino tocados pela influência recifense iniciada em 1926 por Gilberto Freyre.

3.3 – O romance de 30: um documentário de reivindicação política para o desenvolvimento regional brasileiro

Neste estudo, compreendemos os aspectos históricos de manifestação político-social do romance de 30, no qual se insere o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Tratamos, por uma abordagem historiográfica, o romance como um documento histórico-lingüístico, pois ele comprova, na sua materialidade lingüística, dados e informações significativos de uma realidade histórico-social, econômica e lingüística de uma época. Nesse sentido, apresentamos a documentação desse período como uma produção sistemática na qual se incluem aspectos que ultrapassam os limites do texto e também numa referência que supera os limites do esteticismo literário. A partir disso, consideramos a documentação de 30, em particular, *Vidas Secas*, como uma verdadeira observação dos grandes problemas sociais desse período, uma aplicação social consciente na incumbência de revelar, em tom de depoimento, a realidade nacional.

Bueno (2006) atesta que a década de 30 do século XX se destaca pela época da documentação social de cunho neonaturalista preocupada em representar quase, sem intermediação, aspectos da sociedade brasileira na forma de narrativa que beiram a reportagem ou o estudo sociológico. Observa-se num grupo de escritores a busca de compreender e representar a realidade próxima, de valorização do homem comum, do negro, do caboclo, assim como a preocupação de registro do uso da linguagem coloquial desse homem simples do interior. Por isso, nesse período, põe-se em evidência o homem mal sucedido, um indivíduo desfigurado pelas atrocidades ecossistemáticas e se expõe, com isso, um sentimento antropofílico, insurgindo, portanto, uma concepção nacionalista.

A produção lingüística desse período trata de um manifesto de análise negativa da realidade, de forma que não houvesse nenhuma possibilidade de encontrar um terreno onde pudesse fundar qualquer projeto o quer que seja. Podemos denominá-la antiutópica. Nesse sentido, só é possível pensar em invenção depois de mergulhar nas misérias do presente. Reunir e mostrar de forma gradual as misérias do país foram a grandes propostas dessa documentação lingüística de 30. E isso não se reduz apenas no plano de problemas sociais, no qual se percebe o fenômeno com maior clareza. Há, de certa forma, uma mostragem de um conjunto de questões de ordens ambientais, políticas, econômicas e sociais. São fatores que, até certo ponto, afetam o homem em suas manifestações sociais.

Assim sendo, esses registros procuraram ainda a formação de uma consciência nacional de que o Brasil é um país subdesenvolvido. Produziram-se então romances/registros históricos que apontam, de certa forma, para o aspecto injusto da realidade brasileira ou no aprofundamento de uma realidade equivocada que contribuiria para esse efeito de decadência. O herói dessas narrativas, ao invés de formar ações para transformar essa realidade negativa, servia para incorporar os efeitos do atraso. Como exemplo disso, podem ser apontados os delírios de Fabiano, em *Vidas Secas*, que, diante do caos causado pelas secas, vê-se impotente e a evasão tornou-se o único recurso como garantia de manter-se vivo com a família.

Dacanal (1986:11), num estudo sobre a produção literária de 30, afirma que a arte é, por evidência, integrante e produto de estruturas históricas da comunidade em que surge. Com base nessa assertiva, embora a produção literária dessa década de 30 seja de fato uma produção artística, assinalamos que essa documentação apresenta os problemas sociais do homem brasileiro desse período. Assim sendo, a literatura, do ponto de vista da HL, reveste-se de grande importância histórico-lingüística, pois, além de ser uma expressão artística, é a expressão do ser humano e da vida e, além do mais, retrata épocas, idéias, costumes e valores. Posto isso, em concomitância com o valor artístico, reconhecemos a literatura como documento histórico-lingüístico.

Dacanal (op.cit.:11) expõe que a produção literária de 30 refere-se a um conjunto de obras escritas no Brasil a partir de 1928, quando José Américo de Almeida publica *A Bagaceira*. Fazem parte desse ciclo, além de José Américo de Almeida, escritores na qualidade de Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Érico Veríssimo, entre outros. Esses escritores produziram obras de temática agrária. Prevaleceu nessas produções o gênero romance, a arte burguesa que, a partir de então, rebelou-se contra os valores da burguesia, ou seja, em contraposição ao cenário urbano, os escritores desse período valorizaram o espaço agrário, retratando os problemas econômicos, histórico-sociais do homem brasileiro. As forças que permanecem no mundo narrado são as que, de certa forma, agem no mundo real.

As obras desse período, enquanto produção representativa da realidade econômica, política e econômico-social desse ciclo, possuem valor documental de testemunho histórico. Numa modulação de depoimento, a realidade que está composta, integrada e representada na literatura desse decênio reflete-se em situações, episódios, ambientes e criaturas. A produção escrita dessa época mantém de forma representativa um contato imediato com a vida. O universo humano é apontado, em quadro e imagem, problema e drama, linguagem e paisagem, de forma ficcional,

como retrato fiel do caráter nacional e da personalidade do povo à vista de um sistema social injusto e opressor.

O escritor dessa época é revelador de uma realidade sócio-cultural complexa. Em forma de testemunho, procurou conhecer na capacitação e no registro de expressão racial e humana a realidade brasileira. O ciclo nordestino, em particular, abrangeu os problemas da seca, do cangaço, do fanatismo religioso na sua evolução que iniciou com Franklin Távora, Domingos Olímpio, e Lindolfo Rocha para chegar à década de 30 a José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado (Adonias, 1964:14). A atuação desses escritores limitou-se ao exame de problemas do homem rural para que houvesse uma visão desses obstáculos existentes como fato de preocupação social. De certa forma, houve, portanto, uma preocupação com os problemas sociais do mundo brasileiro.

Graciliano Ramos, integrante do ciclo regionalista do Nordeste, referencia em torno de reações perante os cesaristas nordestinos e o ambiente cáustico das secas. Ele não expõe causas dessa complexa situação sócio-ambiental; ao contrário, debruça-se sobre as conseqüências advindas dessa intrincada forma de organização social. Em *Vidas Secas*, o escritor aponta a migração do homem nordestino, fato conseqüente da hostilidade social e do espaço árido nordestino, que, desde o processo de colonização, sofre os efeitos de severas secas. Dito isso, interpretando o homem no cenário árduo, Ramos expõe no seu texto um drama sócio-ambiental tão expressivo que o drama humano estende aos animais, às aves e à vegetação que também sofrem com os efeitos dessa catástrofe ecossistemática em *Vidas Secas*. O documentário ramiano estabeleceu-se mais propriamente no conjunto de *Vidas que secam*, num cenário seco geograficamente definido: o sertão nordestino.

3.4 - A língua portuguesa no Modernismo brasileiro

No Modernismo brasileiro, mais do que um movimento de expressão artística, assistiu-se a uma agitação político-ideológica em torno da tão sonhada língua

brasileira. Essa causa de cunho nacionalista surgiu no Romantismo, movimento de idéias que coincidiu com a realização da Independência do Brasil, em torno do escritor cearense José de Alencar. Nesse período, o agito de independência política realizou-se, de fato, mas a emancipação lingüística, assim podemos observar, defendida por Alencar, a partir de então, gerou polêmica entre liberais e conservantistas. A discussão ganhou espaço e até o presente momento não há de fato nenhum consenso entre as partes divergentes.

No início do século XX, na ocasião de comemoração da independência da jovem nação brasileira, mais uma vez, a polêmica de emancipação lingüística ressurgiu, em torno do Modernismo literário, movimento anarquista, *do anti*, de desconstrução do passado no presente, conduzido por Mário de Andrade e Oswald de Andrade em São Paulo.

Em referência a essa discussão, esclarecemos que a conjuntura não é tão simples como podemos imaginar. A cultura brasileira é resultada da hibridização das culturas lusitana, africana e indígenas e várias outras culturas que, ao longo da história do Brasil, contribuíram para o fortalecimento da identidade brasileira. O rompimento espontâneo com essa fecunda herança nos legada pelos lusitanos não é uma realidade científica sustentável, do ponto de vista historiográfico. O rompimento com o passado cultural tão gloriado pelos modernistas paulistas, incultos em matéria de língua, constituiu o grito de independência - que de fato não se realizou - dos modernistas principiantes da semana de 22.

No âmbito lingüístico, sabemos que esse grito de independência não passou de uma utopia. Apesar de haver controversas em torno desse fato, defendemos nesse texto a afirmação de que, no Brasil, se fala a língua portuguesa revestida de um estilo brasileiro resultado pela sincretização dos elementos de várias culturas que a ela se incorporaram no curso da história do Brasil. O sistema da língua é o mesmo em todas as comunidades lusófonas. Afirmamos que são diferentes apenas os elementos lingüísticos em função dos espaços geográficos e socioculturais. A língua

foi então sendo enriquecida no seu processo de expansão territorial ao longo do percurso histórico de domínio português.

Chaves de Melo (1971; apud Barbadinho, 1972: 5-9) assegurou que a morfologia, espinha dorsal do esquema (estema ou sistema) da língua é a mesma no Brasil e em Portugal se nos atermos à feição culta. Se considerarmos o uso popular, salta aos olhos que houve no Brasil uma sensível redução de flexões. Mas é, segundo o autor, inegável que tal simplificação constitui desvio e não evolução orgânica. Tanto que os falantes, pelos muitos fenômenos de ultracorreção, põem de manifesto essa consciência lingüística de afastamento da norma ideal.

Os modernistas de São Paulo, motivados pela teoria social do fenômeno do nacionalismo do século XIX, em confronto com o avanço do capitalismo e da globalização, insurgiram-se com o objetivo de preservação de valores e da identidade nacional. Eram intelectuais que manifestaram comportamento de intolerância aos estrangeirismos ainda que fossem xenófilos. Na presunção de guardiões da identidade brasileira, a língua falada no Brasil exerceu a função de escudo em defesa contra os padrões culturais externos. Os modernistas buscaram na língua, por meio da literatura, a realização, a coesão e a amostragem de traços referenciais da cultura nacional.

Nesse momento de mudanças políticas, econômicas e sociais, os modernistas objetivaram a autodeterminação e o fortalecimento da cultura brasileira no cenário mundial. E para isso a língua nacional exerceria um papel importante no sentido de autodefinição e independência de um estado-nação recém-constituído. Diante de tal fato, ao lado de um processo de fortalecimento de integração nacional, o sentimento de identidade nacional permaneceu sustentado pela independência lingüística. E foi com base nesses fatos de base político-ideológicos que ressurgiu a tão aclamada e intrigante idéia da língua brasileira em oposição ao ultrapassado imperialismo do colonizador europeu.

Em oposição à militância de uma língua brasileira, Barbadinho (1972) numa pesquisa sobre as *tendências e constância da língua do Modernismo* concluiu que não há de fato uma língua brasileira como foi tão idealizada pelos modernistas brasileiros, em particular, os da semana de 22. O sistema da língua do Brasil ainda é o mesmo de Portugal, sem embargos das leves diferenças de normas e da nítida existência de um estilo nacional americano e um estilo nacional português. Para justificar esse fato, Barbadinho serviu-se de um texto de Mário de Andrade (1962:49), uma das figuras-chave do Modernismo brasileiro, no qual ele declara que,

na verdade, apesar das aparências, e da brilha que faz agora certas santidades de ultima hora, nós estamos ainda atualmente tão escravos da gramática lusa como qualquer português. Não há duvida nenhuma que nós hoje sentimos e pensamos o 'quantum satis' brasileiromente.

Diante desse embate em torno da língua, observamos que, num momento de turbulências, os modernistas, por meio de protestos, manifestos e a literatura objetivaram despertar o senso nacional para o autocontrole e a firmação do estado brasileiro, que, ao longo da sua história, foi muito atingido por ações estrangeiras. E para esse despertar viram na linguagem oral os elementos de expressão de cultura brasileira.

De certa forma, podemos afirmar ainda que, na dicotomia *langue / parole* de Saussure e no par antinômico *clássico / atual*, os modernistas buscaram firmar seus propósitos de caracterização da identidade brasileira pelos segundos elementos, *a parole e o atual*, em oposição ao passado e a tradição européia tão presente em todas as manifestações culturais brasileiras. Embora tenham seguido por essa tendência, a marca característica de uma língua nacional tornou-se indefensável, pois uma ruptura de forma brusca e instantânea com o passado não se confirma cientificamente. Na verdade, são populistas as afirmações de que havia e de que há

uma língua brasileira manifesta de forma autônoma. A reafirmação da independência cultural brasileira foi um empreendimento que frustrou seus idealizadores logo em seguida. Foi um fato que ficou vulnerável a inúmeras críticas, de importantes estudiosos da língua. Na dicotomia *língua falada / língua escrita*, não há uma realização de forma homogênea entre as partes dessa bifurcação dicotômica. A língua falada é por natureza heterogênea. Ela apresenta variações em virtude de vários fatores de ordem sociocultural e geográfica. Assim sendo, a língua falada no território brasileiro não se constituiu e até o presente não se constitui como uma língua diferente da língua portuguesa em uso em Portugal e em outras comunidades lingüísticas de expressão lusófona.

Não podemos negar o fato de que haja no Brasil o português brasileiro com peculiaridades advindas da diversidade lingüística que a cultura nacional absorveu. Nessa confluência de diferenças, a língua de maior prestígio social, neste caso, o português europeu, com evidência, sobrepôs-se às demais línguas, ocorrendo, o fenômeno o qual os filólogos denominam de superstrato lingüístico. Em territórios conquistados, não é comum a manutenção do bilingüismo. A língua de maior influência cultural e política, no caso do Brasil, a língua portuguesa tendeu a se impor naturalmente sobre as línguas nativas existentes e sobre as demais que chegaram com os africanos escravizados. Essas línguas, por forças político-ideológicas, perderam os seus falantes que acabaram por assumir o idioma lusitano que, por sua vez, fluía com supremacia sociocultural. As línguas indígenas, por seu lado, tornaram-se restritas às regiões periféricas, rurais e fronteiriças do Brasil. Como conseqüência dessa situação, afirmamos que a língua falada no Brasil é a língua portuguesa que, como expressou Camões em *Os Lusíadas*, foi se *dilatando* e enriquecida no território brasileiro pelos substratos lingüísticos das línguas indígenas e africanas.

Podemos avaliar que os modernistas de São Paulo engajaram-se num trabalho de caráter político-ideológico no desejo de revelar a consciência e a expressão de legítimos valores nacionais. Nesse propósito autárquico de inovação, transformação,

equilíbrio e autodefinição como marca de distinção da tradição europeia tão presente no Brasil, os modernistas, inserindo-se em um processo de conhecimento, interpretação e divulgação da realidade nacional, romperam com a norma lingüística bacharelesca, artificial e idealizante que revelava os ideais de homogeneidade lingüística, norma ideal do colonizador europeu. Nesse sentido de renovação, os modernistas buscaram representar na norma literária do Modernismo o estilo brasileiro de expressão lingüística. Para isso, mantiveram o registro do oral na escrita.

Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, documentou a fala e os valores regionais característicos do homem nordestino do campo, em específico, do vaqueiro, que nesse documento busca sua autodefinição e superação da condição social em que está inserido. Ele dirige-se a um espaço geosocial imaginariamente idealizado, mais justo e modesto. A expressão lingüística desse homem típico apresenta-se em forma de frases curtas e com uso limitado do léxico da língua. A norma lingüística de Fabiano, resultada do monologismo do índio e do uso lingüístico do colonizador europeu, constitui-se, nesse sentido, de um sincretismo lingüístico, que, na sua realização, não se afasta do sistema da língua portuguesa. Graciliano apresentou uma norma de uso, entre tantas características do homem do campo do sertão nordestino. Ele empenhou-se em mostrar em seus diversos matizes, uma cultura preste a extinguir-se pela migração causada por periódicas secas que destroem o sertão nordestino.

Diante desses fatos controversos, o que se assistiu de fato no Modernismo literário foi um importante levante em favor de mostrar e valorizar a cultura brasileira, valendo-se para esse fim da língua no uso falado como marca característica de identidade nacional. Os escritores modernistas procuraram detectar as *tendências* e *constâncias* de uso nacional da língua portuguesa e recolheram os traços mais pertinentes para fins de caracterizar a expressão literária brasileira (Pimentel Pinto, 1988:13). Entretanto, como suporte de sustentação da tão decantada e discutida

língua brasileira, a literatura modernista não conseguiu consagrar finalmente essa realidade lingüística muito desejada.

IV – CAPÍTULO
A LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL E OS ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS
RESEPRESENTATIVOS DA REALIDADE E DA IDENTIDADE LINGÜÍSTICO-
SOCIAL DO HOMEM NORDESTINO EM VIDAS SECAS

4.1 - Apresentação de Vidas Secas enquanto documento histórico-lingüístico

Numa visão geral, buscamos fazer uma apresentação do documento *Vidas Secas* (1938), escrito por Graciliano Ramos, um escritor alagoano. O propósito é inseri-lo no contexto da época em que foi escrito, desvendando, neste importante documentário sobre o drama vivido pelo nordestino habitante do campo, a verdadeira e desmistificada realidade socioeconômica do homem brasileiro do interior.

Constatamos nesse sentido que a primeira edição publicada de *Vidas Secas* surgiu em 1938 pela livraria José Olympio, do Rio de Janeiro, onde Graciliano Ramos estabeleceu-se após ter sido posto em liberdade em 13 de Janeiro de 1937, depois de ter passado dez meses e dez dias na prisão, no período da ditadura Vargas. Em perseguição aos opositores políticos, principalmente aos comunistas, Vargas ordenou a prisão de muitos intelectuais brasileiros. Graciliano Ramos foi incluído entre os presos políticos sob a acusação de ser militante comunista. Com a sua soltura, recusou-se a voltar a morar em Alagoas, onde foi preso. Permaneceu no Rio de Janeiro, em princípio, com muitas dificuldades financeiras, escrevendo em vários jornais fluminenses. A partir de 1976, a Editora Record, localizada no eixo Rio-São Paulo assumiu os encargos de editar não somente *Vidas Secas*, mas toda a produção literária de Graciliano Ramos.

Em carta escrita ao jornalista e crítico literário João Condé em junho de 1944, Graciliano Ramos informa o percurso de escrita e publicação de *Vidas Secas* que ocorreu em forma de narrativas separadas na imprensa carioca. Graciliano compôs *Vidas Secas* num prazo curto de quatro meses: de Junho de 1937 a outubro de 1937, em pequenas histórias constituídas, isoladas e desmontáveis. A primeira

narrativa publicada foi a que referencia o sacrifício de Baleia. A partir dessa publicação, Graciliano deu continuidade ao seu intento literário, publicando os textos na imprensa. Em seguida, articulou-os publicando em forma de um romance o qual intitulou-se *Vidas Secas*. A idéia do título é atribuída a Daniel Pereira, responsável pela editoração e irmão de José Olympio (Moraes, 1993:165).

O documento *Vidas Secas* refere-se à quarta publicação de Graciliano Ramos ao lado de *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936). *Vidas Secas*, por sua vez, apresenta o comovente percurso histórico/narrativo de uma família de migrantes nordestinos num deslocamento pelo espaço nordestino em busca de melhores condições de sobrevivência numa área que sofre as ressacas de fortes secas. O protagonista da história, o vaqueiro Fabiano, juntamente com a esposa, Sinhá Vitória, os dois filhos, o papagaio e a cachorra Baleia são apresentados nesse trajeto em condições miseráveis, subumanas até “chegarem” a uma fazenda abandonada. Neste espaço, permanecem trabalhando para o proprietário da fazenda, em condições precárias, num período de uma idealizada e promissora prosperidade, que, de fato, não se realiza. Ao final de mais um infortúnio, já que a vida desta família não se alterou em absolutamente nada, o sertão, mais uma vez, é abatido por uma aterrorizante seca. Diante disso, esgotam-se as chances de manterem-se persistentes. O grupo com o imaginário alimentado pelo progresso do Sul direciona-se a este destino com uma duvidosa esperança de renovação e mudança de sua condição social, imaginariamente pretendida.

O contexto sociocultural de *Vidas Secas* está atrelado à dura realidade enfrentada pelo homem do sertão nordestino, realidade esta que Graciliano Ramos conhecia muito bem de perto. Nesse sentido, afirmamos que em *Vidas Secas* estão inseridas as impressões e as experiências biográficas vividas e presenciadas pelo escritor Graciliano Ramos. Ou quando não, refere-se ao registro de narrativas orais chegadas até Graciliano por meio de histórias do povo. *Vidas Secas* é resultado de um conjunto de impressões de Graciliano Ramos acerca do sertão estarrecedor, ácido em algumas condições e saboroso em outras. Graciliano Ramos conhecia os

problemas sociais no Nordeste de perto. Eram causados pela falta de assistência social e indisponibilidade de recursos públicos para que o homem pudesse manter-se, produzir bens e serviços capazes de suprir suas necessidades econômicas. *Vidas Secas* expressa o drama sócio-histórico vivido pelo homem sertanejo.

Essa obra expõe as forças que reduzem o homem a uma condição de vida mesquinha e miserável no interior da alienação do pequeno mundo individual. Com essa força redutiva, o homem impulsiona-se, rompe com a unidade, no sentido de descobrir um novo sentido para uma vida em comunidade, justa, fraterna, em superação ao individualismo. Sendo assim, observamos neste documento um conflito entre as forças de alienação e do humanismo, encarnadas nas classes sociais brasileiras no início do século XX.

Em *Vidas Secas*, Graciliano Ramos expressou o drama do sofrimento humano. Observa-se o infortúnio, o controle da terra pelos latifundiários, o sofrimento das pessoas em suas reações mais elementares à fome, ao cansaço, à dor, à fuga inútil, ao sofrimento humilde e sem remédio. Vê-se nas personagens um clima de insegurança e incerteza que perseguia o homem nordestino do campo em todo o percurso da história do Brasil. Sem políticas sociais, constata-se a frustração, a desagregação da estrutura social brasileira, vitimada pela ação da política burguesa. Entende-se que, no fundo, *Vidas Secas* expõe uma desgraça irremediável que aniquila seus personagens. Há vidas exteriores que arfam: a paisagem da seca, a paisagem social e humana que se apresentam de forma atormentada, fundida com características semelhantes, em estado de secura. Apresenta-se em páginas precisas de uma excelência e concentrada autenticidade lingüístico-literária. Em geral, tudo é indefinido, arrasado, comovente nas personagens que figuram no documento. Não há nenhuma referência ao amor como tema.

Entre as personagens formadas por Graciliano Ramos, Fabiano, em *Vidas Secas*, integra-se a um grupo de perturbados, movidos pelo insucesso, vítimas do desajuste social, o que faz com que sejam acometidos por desajustes anteriores. Com isso,

esses indivíduos, em sua figuração, apresentam-se numa exteriorização de ações duras e brutais causadas pela fragilidade desses sujeitos diante de suas pretensões que não se realizam, por causa de uma estrutura chocante que comprime esses indivíduos no seu espaço de coabitação. Destacamos que *Vidas Secas* apresenta os impasses da constituição histórico-político-social brasileira. Essas temáticas, ao longo da história do Brasil, agitaram e motivaram muitas produções escritas pela intelectualidade nacional. O documento mostra que, ainda no século XX, a sociedade brasileira apresentava-se frágil no que diz respeito ao seu envolvimento no processo de decisões na política nacional. Apresentava-se um estado de formação absolutista que insiste em avançar com as marcas da colonização opressora no inconsciente coletivo. *Vidas Secas* surge em rupturas com esses valores passadistas: a passividade do sujeito diante da escuridão causada pelo poder que limita e mantém o controle sobre ele.

4.2 – A metalinguagem literária

Neste trabalho, procuramos descrever a metalinguagem literária em seu aspecto original de criação enquanto documento lingüístico-literário e não no aspecto conceitual, resultado a partir da linguagem-objeto. A língua sob esse foco de uso constitui-se na metalinguagem levando em consideração o caráter de interferências históricas que se constituem por rupturas e permanências. Com isso, consideramos que, em contato com um texto/documento literário, estamos diante de uma metalinguagem, já que essa produção surge no processo de influências histórico-lingüísticas, num procedimento de esvaziamento semântico do signo lingüístico, na sua organização historicamente convencionada, ou seja, no seu uso freqüente na prática social. Essa base sígnica vazia assume novos valores referenciais atribuídos por uma relação de traços comuns entre dois objetos de âmbitos diferentes, os quais são atribuídos por uma equivalência de comportamento, forma ou função entre a referência do uso lingüístico convencional e o novo valor a ele atribuído por meio de uma configuração alegórica. Assim, no seu aspecto primário, a metalinguagem literária surge em ruptura com o uso lingüístico convencional, direcionando os

elementos lingüísticos expressos no documento para outras referências histórico-sociais, numa ocorrência de substituição semântica.

A metalinguagem literária, na sua constituição, apresenta a realização de conhecimento a respeito de algum referente social. Essa atividade de representação descritiva explica-se por meio de influências com outras referências histórico-lingüísticas. Nesse sentido, concordamos com Chalhub (2005) ao afirmar que a metalinguagem liga-se à idéia de leitura relacional, equação, referências recíprocas de um sistema de signos de linguagem. A leitura assume, dessa forma, um valor fundamental na constituição da metalinguagem literária.

Um documento literário ou não, assim podemos afirmar, é um fato metalingüístico que na sua forma atual manifesta o passado como resultado de um diálogo entre várias áreas do conhecimento. Com isso, a metalinguagem é uma operacionalização de elementos lingüísticos, num movimento de ir e vir, retornando sempre ao seu ponto de partida e chegando ao uso atual, investidos de novos valores por meio do ato de leitura e escrita, numa dinâmica de auto-reflexão e novas adequações representativas de novas referências de mundo.

A metalinguagem literária constitui-se numa função de representação e fator de consciência política de uma sociedade, já que desmistifica a realidade social de uma coletividade. Nesse sentido, a metalinguagem literária não é uma organização lingüística de passatempo, um produto anacrônico e virtual de uma sociedade enfraquecida. Ela expressa a alegria, as incertezas, os enigmas do homem na história. E desse modo permanecerão as futuras metalinguagens que vão variar de acordo com a sua contextualização, o que faz com que mudará o objetivo, o tempo e o espaço no qual esse objeto será representado, ou seja, os elementos lingüísticos serão investidos de novos traços histórico-semânticos.

Vale destacar, ainda, que a metalinguagem literária constitui um campo de expressão lingüística. Nela, reúne-se um agrupamento de fenômenos sociais que

são partes de época e sociedades diversas. Dito isto, a metalinguagem pode ser considerada estável na sua instituição formal e instável enquanto prática sociolinguística que, a partir do seu reconhecimento histórico-literário, estará em contínuo processo de elaboração de acordo com a configuração histórica. Isso faz com que o documento esteja aberto a um novo processo de semantização o que se realiza pela metalinguagem crítica.

A metalinguagem literária constitui-se como atividade de expressão escrita que se caracteriza por um “sinfonismo” particularizado pela apropriação espiritual de estilo, de módulo vital entre o homem de uma época e o de todas as épocas, dos próximos ou dispersos no tempo e no espaço (Moisés, 2004). A organização dos elementos sígnicos no documento literário é realizada de constituintes polissêmicos, o que nos faz assegurar que a metalinguagem literária expressa a realidade histórico-social por meio de elementos simbólicos carregados de metáforas representantes da realidade por desvios, com o uso de torneios semânticos que se elaboram nas possibilidades lingüístico-semântico-pragmáticas disponibilizados pela língua aos seus usuários.

4.3 – Compreensão dos principais aspectos de Vidas Secas

4.3.1 – O documento Vidas Secas e o Modernismo literário

Ao mantermos um diálogo com a afirmação de Candido (1980) de que as obras literárias representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos, examinamos Vidas Secas enquanto documento histórico-lingüístico do Modernismo brasileiro ao passo que o percurso narrativo dele e os personagens nele figurados apresentam uma realidade histórico-social de perversão e controle autocrático, a qual ocorre no Brasil na tirania do governo de Getúlio Vargas na década de 30. Vidas Secas manifesta um anseio de mudanças políticas, sociais e econômicas no Brasil. Assim sendo, podemos observar que o documento apresenta a problemática política de domínio e controle, a miséria na qual se apresenta o camponês e a questão latifundiária no Brasil.

Vidas Secas surge na tumultuada década de 30, quando o cenário político e cultural brasileiro é marcado por efervescências políticas, revoluções, contestações da estrutura social presente, expansão do capitalismo com o apoio do governo Vargas e temor ao comunismo soviético que contornava o mundo após a Revolução Russa (1917). Encontrava-se nesse período duas frentes políticas em conflitos: conservadores *versus* reformadores. Estes eram conduzidos pelos ideais do comunismo no sentido de abater a política de domínio no Brasil, modelo e referência política do colonialismo europeu. É um período influenciado historicamente pelo espírito nacionalista do século XIX, que em razão da comemoração do centenário de Independência do Brasil, ressurgiu com maior vigor e abrangência no meio intelectual, mas de forma, contrária do Romantismo. Enquanto o Nacionalismo romântico apresentou a sociedade com o arquétipo da perfeição, o nacionalismo moderno a expressou apresentando a verdadeira realidade social do homem brasileiro.

Nesse sentido, Vidas Secas pode ser vista como uma produção lingüístico-histórica de manifesto e desafio à realidade histórica de seu momento de surgimento. Esse documento se origina do ciclo literário nordestino constituído em torno da importante figura histórica de Gilberto Freyre que se manteve voltado para o estudo dos problemas sociais do homem brasileiro. Inserido nesse intuito, Vidas Secas tornou públicas as condições miseráveis do homem brasileiro do campo, o qual apresentava-se desapropriado da terra. Foi uma expressão que objetivou formar a “cortina de ferro do Modernismo” que se caracteriza no sentido de rompimento com o passado e com a realidade presente e formar, a partir de uma consciência lingüístico-literária, uma radical mudança política e social. É uma obra de caráter literário e anárquico, contra o domínio e a exploração capitalista que é a causa do surgimento de pobreza e atraso, na qual se constituem pessoas privadas dos benefícios naturais e sociais necessários à auto-sustentabilidade e garantia de participação social e política.

Uma das características importantes de *Vidas Secas* enquanto documento histórico/narrativo e anárquico é o seu caráter de narrativa aberta. O documentário constitui uma narrativa organizada numa sucessão de rápidas e diferentes impressões, ou seja, é uma composição fracionada, que está sempre aberta a novas perspectivas de leitura. É uma narrativa marcada pela estética da desestruturação, do desconcerto. Organiza-se em “flashes”, numa norma de inovação e fenda em relação à narrativa tradicional. Por isso, enquanto narrativa aberta, *Vidas Secas* manifesta a norma lingüístico-literária do Modernismo. Em sua estrutura, cada parte constitutiva da obra mantém uma organização lingüístico-semântica interna que pode ser organizada em isolamento, mas que mantém uma relação com as outras unidades constitutivas em vinculação ao objeto retratado, à referência espacial e temporal que mantém entre si uma unidade coesiva em inovação e ruptura com a estrutura tradicional de organização dos fatos no percurso histórico/narrativo.

Vidas Secas aponta também críticas ao esplendor urbano brasileiro que conseqüentemente levou ao êxodo rural em massa no início do século XX. A situação econômica nesse período presidida pelo governo getulista foi direcionada para uma intensa política de promoção da indústria nacional. Com isso, assistiu-se nesse período o desenvolvimento urbano e uma intranqüilidade no campo, pela falta de investimento financeiro para a produtividade agrícola. Isso acarretou graves problemas na história do país que ainda se mantém atualmente: refere-se ao êxodo rural e ao inchaço urbano o que ocasionou tanto problemas sociais como ambientais aos moradores citadinos. Esse documento apresentou com expressividade a migração, já que naquele período os problemas urbanos não se apresentavam numa dimensão tão preocupante como no momento atual. Esse fato ocasionou ainda a constituição da sociedade brasileira de forma dicotomizada: citadinos em oposição aos camponeses, sulistas em oposição aos nordestinos. Fatos estes ocorridos por razões de arbitrariedade político-ideológica.

Vidas Secas descreve a condição histórico-social brasileira na década de 30. Aponta uma época reconhecida como fase de equilíbrio do Modernismo brasileiro, quando

os escritores regionalistas, ao contrário dos modernistas paulistas que representaram uma realidade já representada, ou seja, apresentando o homem brasileiro nos seus aspectos e convicções urbanos ainda presos aos aspectos burgueses do Romantismo, buscaram compreender a problemática do homem brasileiro, sobretudo o homem rural nas suas angústias sociais e psicológicas. Nesse sentido, *Vidas Secas* mostra um retrato insuspeito da realidade vivida pelo homem nordestino, mostrando a condição humana, psicológica e social de Fabiano, de sua esposa, de seus filhos da hostilidade socioambiental.

Esse elemento de ameaça à existência humana caracteriza-se como uma força ideológica abstrata de poder e domínio que direciona e particulariza a identidade do homem nordestino a uma condição animal. Ele é desprovido de recursos naturais, econômicos e também lingüísticos, o que faz com que esse homem se apresente num estado de secura física e psicolingüística, já que ele não tem acesso ao principal elemento de sustentação e organização social: a fonte econômica, o salário e a educação. Fabiano apresenta-se numa relação de produção e trabalho que imprime um caráter semifeudal, uma vez que ele mantém uma relação com um amo, mas não é remunerado pelo seu trabalho. Ele recebe por partilha, relação de trabalho ainda muito freqüente no interior do Nordeste.

Observamos, ainda, que a língua em uso em *Vidas Secas* expressa a realidade brasileira de então, entendida como um conjunto de dados brutos ou imediatos, característico do espaço físico, humano e de outros víveres, vegetal e mineral. Na verdade, essa realidade física externa do indivíduo influencia diretamente a constituição psíquica dele, a qual se exterioriza por meio da fala e das ações do sujeito. Com isso, o sujeito (indivíduo) e o meio (objeto) fundem-se numa relação de mútua e contínua constituição entre ambos de forma que o homem apresenta-se como revelação do meio e vice-versa, numa constante atividade de interação e mutação.

(...) fazia horas que pisavam a margem do rio, a lama secca e rachada que escaldava os pés (p. 9).

Os calcanhares (de Fabiano), duros como cascos, gretavam-se e sangravam (p. 11).

Em *Vidas Secas*, essa relação entre sujeito e objeto é percebida na constituição de suas personagens. Em *Fabiano*, por exemplo, essa marca apresenta-se bastante caracterizada, uma vez que os *calcanhares* dele mantêm uma dureza semelhante aos *cascos* dos animais. São *rachados* semelhantes aos rachados apresentados pela terra seca pela ausência de água e efeitos sol abrasador. Em verdade, da mesma forma que o solo greta e torna-se seco com o efeito das altas temperaturas, os pés de Fabiano também reagem da mesma forma. Os pés calejam, endurecem e gretam enquanto forma de reação e adaptação do organismo às agruras do meio. É por isso que a crítica literária tem considerado *Vidas Secas* como uma produção literária neonaturalista.

Em *Vidas Secas*, parece-nos que a crítica de Graciliano Ramos não está direcionada para a seca enquanto fenômeno natural, mas à seca como fato de negação, controle e domínio dos recursos públicos por grupos autocráticos e absolutistas: *quem é do chão não se trepa* (p.139). No percurso narrativo do documento, Fabiano já surge e se direciona, tendo como referência a margem do rio seco até chegar a uma fazenda abandonada. Estabelece-se com a família nesse espaço até a chegada da chuva, quando chega também o fazendeiro que o expulsa. Uma vez que tinha objetivos de lutar contra a seca, Fabiano faz-se de desentendido e oferece seus préstimos, os quais são aceitos pelo fazendeiro. Passa-se a bonança, que é o período de chuvas e prosperidade, e chega um outro período de estiagem. No final da bonança, o produto resultado do trabalho de Fabiano é insuficiente para liquidar a dívida contraída com o Patrão. O rompimento dele com o patrão se realiza pela fuga em direção ao Sul, já que não possui suporte financeiro para liquidar a dívida contraída.

O que se observa de fato com isso é que, em todo o percurso histórico/narrativo de Fabiano, embora haja um período de intensas chuvas, a sua condição de vida não muda. Essa condição permanece estável, o que nos faz destacar que não é desta seca enquanto falta de chuva a que Graciliano Ramos se refere. Ele fala da seca enquanto regime ditatorial centrado na autocracia, o domínio e a repressão aos indivíduos que não são assistidos pelos meios de assistência social. Esta é a verdadeira seca mostrada em *Vidas Secas*.

Na história de migração do homem nordestino, observa-se que o trajeto realizado historicamente pelos migrantes dá-se no eixo campo–cidade. Em *Vidas Secas*, o curso de Fabiano, embora na narrativa ele já apareça no espaço da seca, direciona-se de forma contrária ao percurso da história até atingir uma fazenda abandonada, onde nela permanece até a fuga, quando então se direciona no eixo campo–cidade.

(...) e o vaqueiro precisava chegar não sabia onde
(p. 8).

Revestido do ideal de mudança, de rompimento com uma unidade constituída, observa-se na voz do narrador que Fabiano demandava por *chegar*, fato que difere de partir, sair. O seu referencial de direcionamento era o juazeiro. Fabiano surge, portanto e se move num percurso inverso ao do ocorrido na história da migração no Brasil: migração (campo-cidade). Ele age de encontro ao direcionamento do percurso histórico no Brasil, que foi o tão almejado projeto político–cultural do Modernismo. Buscou-se um redirecionamento para a história do Brasil.

Em *Vidas Secas* figuram-se, além de Fabiano, que será mostrada a sua constituição histórica/narrativa numa outra temática, os seguintes personagens: O papagaio, Sinhá Vitória, o menino mais velho e o menino mais novo, a cachorra Baleia e seu Thomaz da bolandeira. Esses, entre outros existentes, são os mais importantes para que possamos compreender *Vidas Secas* na sua associação com o Modernismo literário.

Vidas Secas apresenta a realidade cultural brasileira do início do século XX. Aponta-se, pela figura de Fabiano, uma população inserida numa sociedade arcaica, atrasada, colonizada e submissa aos padrões socioculturais europeus. É uma sociedade que não possui um aspecto enquanto marca característica de identidade e autonomia. Pode-se entender que, em sua marcha, Fabiano busca redirecionamento, um renascimento da fazenda-Brasil, rompendo com um passado seco, sem cultura, determinado pela ignorância, interesse da colonização.

Sinha Victoria (...) pensava em acontecimentos antigos que não se relacionavam: festas de casamento, vaquejadas, novenas, tudo numa confusão. Despertara-a (Sinha Vitória) um grito áspero, vira de perto a realidade e o papagaio andava furioso, com os pés apalhetados numa atitude ridícula. Resolveram de supetão aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma que ele era mudo e inútil. Não podia deixar de ser mudo. Ordinariamente a família falava pouco. E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas. O louro aboiava (...) e latia arremedando a cachorra (p.10 -11).

Observa-se que, no percurso narrativo, ocorre uma mudança de determinação em Sinhá Vitória. Essa alteração constata-se no uso do verbo *despertara*. Compreende-se que, antes, ela se mantinha distante da realidade concreta. Estava inserida num universo imaginário: *festas de casamento, vaquejadas, novenas*, manifestações culturais características do sertão nordestino. Com o desperto, Vitória desloca-se da realidade do fluxo da consciência, do imaginário para a dura realidade externa, motivada por um grito áspero, uma súplica. Ela descortina a realidade *na qual estão* inseridos: fome, miséria, desraigados, sem fontes de sobrevivência que lhes garantam *sustento das faculdades físicas e mentais*, esgotadas pela seca.

Sem alimentos, reses na caatinga ou até mesmo raízes de plantas silvestres à volta dos retirantes como solução imediata de combate à fome, Vitória vale-se do papagaio, membro do grupo, e justifica-se, como causa da ação *fratricida*, com a afirmação de que o louro era mudo e inútil. Entretanto, na voz do narrador, enquanto o grupo mantém-se introvertido, o louro abóia e conduz um rebanho inexistente, além de representar, com constância, o latido da cachorra.

O papagaio caracteriza-se como personagem que já não mantém uma coesão com o grupo. Ele manifesta comportamento de indiferença diante do real: *andava furioso, os pés apalhetados, atitude ridícula*, situações que manifestam estado de resistência, zombaria, desvio e insensibilidade à situação do grupo. Por não manifestar as convenções do grupo, é anulado e servido como alimento.

Constata-se também que os membros do grupo permanecem introvertidos, raramente se comunicam com o uso de palavras curtas. São movidos pelo silêncio, privações de fala, sobretudo após *aquele desastre* que o narrador não o define de forma clara, mas que pode ser compreendido pelo uso do pronome demonstrativo *aquele* que se refere a algo além da realidade habitual dos retirantes que os impossibilita de se expressarem. O desastre, por sua vez, pode ser entendido como o fracasso, o mau êxito, o sofrimento, os prejuízos físicos, materiais e psíquicos ocasionados pela seca como agente natural de destruição e extermínio de Vidas. Pode-se entender também o desastre como a frustração diante da situação social de domínio e controle dos meios de produção pelo absolutismo histórico-político pelo qual passava o Brasil na década de 30, momento de surgimento de Vidas Secas, documento histórico-lingüístico que apresenta indivíduos impotentes lingüístico e socialmente, vitimados por um sistema de organização político-social excludente, injusto, retratado no documento. Nesse sentido, tem-se vidas que, para continuarem no percurso da existência, retiram-se do espaço da seca.

Além disso, o papagaio é uma ave da flora brasileira. Ele apresenta as cores da Bandeira Nacional. Graciliano Ramos, numa atitude iconoclasta, em visita ao Colégio São Bento como inspetor do MEC, no Rio de Janeiro, afirmou:

- *Mas que bandeira feia a nossa! Parece um papagaio* (Graciliano Ramos; Apud Moraes, 1993: 232).

A Bandeira Nacional é o símbolo característico de identidade de uma nação, de uma cultura. A manifestação irônica de Graciliano Ramos de comparar a Bandeira Nacional com o papagaio parece-nos uma expressão de que o Brasil / o povo brasileiro não possui uma identidade, já que o papagaio apenas repete os modelos culturais europeus, não possui um direcionamento próprio e não atribui sentido ao que diz, apenas reproduz o que os outros falam. Por isso, *Vidas Secas*, enquanto documento do Modernismo, movimento de rupturas estéticas radicais e de transformações sociais, apresenta o papagaio como figura que já não se sustenta em união com os retirantes. Nesse sentido, ele pode ser entendido como ave-símbolo do Brasil que expressa as qualidades do homem brasileiro. É *ousado e fescenino* e apresenta-se em clausura comprimido numa gaiola pequena, sem equilíbrio. Com suas cores alegres e carnavalescas, ele encerra as múltiplas faces do sincretismo brasileiro que expressa uma identidade amorfa, quer dizer, a cultura brasileira não possui uma característica definida, apresenta-se sem energia própria. O Brasil é conduzido por interferências histórico-culturais externas, embora afirme que:

*Nasceu livre o papagaio,
Um tirano o escravizou
Mas no 7 de Setembro
A bico os ferros quebrou*
(Anais da Imprensa da Bahia, 1911: 64).

Na Literatura brasileira, a figura do papagaio parece ser usada para apresentar crítica ao padrão cultural e lingüístico brasileiro. Em Macunaíma, Mário de Andrade o representou como conservador no silêncio dos feitos heróicos de Macunaíma. Entende-se, com isso, que as línguas indígenas, suprimidas pelo domínio da língua do colonizador europeu, apresentam-se apenas como substratos lingüísticos no português brasileiro.

E só o papagaio preservava do esquecimento os casos e a fala desaparecida. Só o papagaio conservava no silêncio as frases e feitos do herói
(Macunaíma, 1999: 162)

Nesse sentido, podemos compreender que a *avefagia*⁴ em Vidas Secas pode manter uma relação intertextual com o Manifesto Antropofágico (1928) de Oswald de Andrade. Essa fagomania, entendida como o desejo insaciável de eliminar a seca, refere-se a uma ação de interromper com o anacronismo sem valor lingüístico-funcional e direcionar o Brasil no sentido de construir sua própria identidade, valorizar o espaço e o homem brasileiro, já que a glória no passado é marcada pela seca, a espremedura e o esvaziamento da força humana e dos recursos naturais brasileiros.

Figura-se, também, como personagem em Vidas Secas a esposa de Fabiano, Sinhá Vitória. Ela pode ser compreendida como força, impulsos e anseios de conquistas e mudanças. Vitória representa a manifestação psíquica do êxito e sucesso, já que conduz e está sempre à frente de Fabiano. Realiza contas, planeja o futuro e cultiva o anseio de possuir uma cama igual a do Sr. Thomaz da bolandeira.

⁴ Entende-se por avefagia um neologismo que nomeia o ato de usar ave como alimento.

Dormiam naquillo, tinham se acostumado, mas seria mais agradável dormirem numa cama de lastro de couro, como outras pessoas (p.57)

Sinha Vitória desejava uma cama real, de couro e sucupira igual á do seu Thomaz da bolandeira (p.65).

Sinhá Vitória não aceita a condição humana e social de seca que enfrentam, embora estejam condicionados física e psiquicamente a esse a esse tipo de existência. Ela os imagina fora dessa existência, dormindo em posição de repouso. O que se observa é que Vitória mantém-se em disjunção com a situação em que estão dispostos e sustenta uma psíquica conjunção com outra realidade socioeconômica. Ela direciona para a mudança esperada, no sentido de serem, após a mudança social desejada, outras pessoas. Ao contrário do que se tem afirmado de que Sinha Vitória em *Vidas Secas* manifesta-se como pessoa egoísta e ambiciosa, observamos nela desejos de mudanças de condições de vida. O anseio dela pela cama realiza-se pelo princípio da isonomia. Vitória não quer desfrutar de uma cama *melhor* e nem *inferior* a de seu Thomaz da bolandeira. Ela deseja uma cama *igual* à de seu Thomaz. Na consciência dela, há uma disposição para que todos estejam nas mesmas condições sociais e econômicas.

Nesse sentido, a cama pode ser vista nesse documento como elemento de uma vida renovada. Na qualidade de espaço que oferece conforto, apoio, segurança ao corpo e na qual realizamos os nossos sonhos, a cama pode ser vista enquanto figura alegórica de uma almejada e justa condição social, sem privação dos meios de sobrevivência. Vitória constitui-se como figura representativa que conduz para a libertação do sofrimento, significando, nessa configuração, a sabedoria perfeita, a vitória, a superação de condição sóciopolítica.

Destaca-se também entre os personagens de *Vidas Secas* a cachorra Baleia. Ela representa uma das figuras mais enigmáticas da literatura brasileira. Baleia, ao contrário do que se pode imaginar enquanto uma pobre e frágil cachorra de vaqueiro,

registra uma carga simbólica, semântica e histórica determinante para a compreensão de *Vidas Secas* como produção lingüístico-literária do Modernismo. Numa interferência histórica, pode-se estabelecer uma aproximação entre Baleia e a loba capitolina, a loba romana, que, segundo Chevalier et alli (2001: 179), juntamente aos inúmeros outros canídeos, representa o herói colonizador / dominador, sempre ligado à instauração do ciclo agrário. Nesse sentido, Baleia pode ser compreendida como demonstração alegórica e zoomórfica do modelo político tirânico e opressor do colonizador europeu, implantado no estado brasileiro. As ações e atitudes de Baleia podem ser entendidas como os procedimentos de dirigentes políticos que representam esse modelo político que (a)condiciona os cidadãos à seca, mantém-nos sob intensa pressão, domínio e exploração.

É importante destacar que o substantivo cachorra é determinado pelo substantivo Baleia que, por derivação imprópria, exerce a função de adjetivo. Tem-se então um animal morfologicamente pequeno designado por uma referência animal de grande dimensão. É válido observar que, no campo semântico da política, o substantivo *baleia* é usado para denominar os países que apresentam grandes extensões territoriais, um mercado interno de consumo ascendente, um enorme contingente populacional de poder aquisitivo crescente. Assim, o Brasil é considerado um país baleia. E por essas características era, no início do século XX, um espaço sócio-político, visado pelo capitalismo mundial em situação de expansão. Nesse sentido, temos em *Vidas Secas* sintagma nominal: *cachorra Baleia*, no qual *cachorra* simbolicamente representa a figura do estado brasileiro enquanto organização sócio-política e *Baleia* pelo fato de o Brasil representar uma grande extensão territorial. O fato de Baleia no percurso histórico/narrativo pensar e agir como gente é justificado por ser uma figura simbólico-representativa do estado enquanto organização política, pois um estado se constitui necessariamente pela opinião pública, que representa como unidade política constituída. A cachorra Baleia mantém-se à frente do grupo de migrantes, na condição de guardiã.

Ausente do companheiro (o menino mais velho) a cachorra Baleia tomou a frente do grupo (p. 9)

lam-se amodorrando e foram despertados por Baleia que trazia nos dentes um preá (p. 14)

Aquilo era caça bem mesquinha, mas adiaría a morte do grupo. E Fabiano queria viver (p. 14)

Baleia, ouvido atento, o trazeiro em repouso e as pernas da frente erguidas, vigiava, aguardando a parte que lhe iria tocar, provavelmente os ossos do bicho e talvez o couro. (p.14-15)

Observa-se que, quando os indivíduos chegam ao juazeiro, a cachorra Baleia caça e traz aprisionado aos dentes um preá para saciar a fome de quatro indivíduos. O ato de caçar de Baleia que pode ser entendido como o ato de direcionamento de recursos, que se encontram no morro, símbolo de um espaço que está fora do cotidiano de Fabiano, de onde Baleia assiste e mantém o seu domínio. O preá pode representar os recursos de contribuição do espaço brasileiro. O ato de Baleia trazer aprisionado aos dentes o preá - que é uma referência alegórica do homem brasileiro, enquanto contribuinte – aos retirantes expressa a forma miserável de como o povo é assistido na seca. Constitui uma ação proposital de Baleia para que, de certa forma, mantenha sob seu domínio o grupo. É uma ação sovina no sentido postergar o sofrimento do grupo. Fabiano, por meio da fala do narrador, ainda que ache a caça insuficiente, aceita-a com reserva, pois o que ele persegue é a existência, a sustentação dele e sua família.

Observa-se que o comportamento de Baleia pode ser comparado às ações de políticos brasileiros. Após assistir miseravelmente Fabiano, observa-se a majestosa postura dela: *O trazeiro tranqüilo, estado de cautela absoluta e audição atinada*, no aguardo à parte que iria mantê-la no trajeto, ou seja, no domínio do grupo. Quando a voz do narrador expressa o que toca a Baleia *provavelmente os ossos do bicho ou talvez o couro*, ele afirma que a ocupação da Baleia é manter a *guarda de restos*

mortais para consumi-los continuamente. Diante disso, compreende-se que a determinação de Baleia de assistir miseravelmente Fabiano com apenas um preá para alimentar quatro pessoas consiste numa decisão propositada, a fim de mantê-los na seca, aparentemente só o *couro* e os *ossos*. Com os indivíduos nessa condição, Baleia mantém-se na sua condição de guardiã e domínio sobre eles.

No percurso histórico/narrativo, a cachorra Baleia adoece. Para Fabiano, manifesta um princípio de hidrofobia: horror aos líquidos e resolve matá-la.

A cachorra Baleia estava para morrer. Tinha emagrecido, o pêlo cahira-lhe em vários pontos, as costellas avultavam num fundo róseo, onde manchas escuras suppuravam e sangravam, cobertas de moscas. As chagas da boca e a inchação dos beiços dificultavam-lhe a comida e a bebida. Por isso Fabiano imaginara que ela estivesse com um princípio de hydrophobia e amarrara-lhe no pescoço um rosário de sabugos de milho queimados (p. 127).

Compreende-se que neste percurso narrativo numa leitura atenta que a cachorra Baleia acha-se num estado de compensação material; situação que afetou a sua constituição orgânica. Baleia apresenta-se com perda de ânimo e doentia. O fato de emagrecer, o pêlo cair, as costelas avultarem num fundo róseo, manchas escuras, cobertas de moscas são referências que indicam a exploração, o esgotamento e os desvios de rendimentos. As moscas que representam os capitalistas, ou o *pseudo-homem de ação, ágil, febril, inútil e reivindicador que reclama seu salário sem nada ter feito além de imitar os trabalhadores* (Chevalier et alli, 2001: 623) são os aproveitadores que debilitaram Baleia. Os prejuízos à boca dela, enquanto local de oportunidade de ganho e sustentação, e a inchação dos beiços, enquanto aumento de oportunidade e local de acesso à sustentação de Baleia, apresentam-se desgastados. Baleia mantinha-se em dificuldade de ganhos para a sua sustentação orgânica. Ao ser impossibilitada disso, tornou-se debilitada, doentia, o que fez com

que Fabiano imaginasse que ela estivesse com hidrofobia. Na verdade, Baleia encontrava-se vitimada por parasitas e exploradores que dificultavam suas condições de auto-sustentação.

Com isso, ao imaginá-la com hidrofobia, em expressão irônica, o narrador menciona que Fabiano colocou no pescoço de Baleia um rosário de sabugo de milho queimado para que, de acordo com a crença popular, curasse as sarnas surgidas em Baleia. A colocação do rosário no pescoço, além de representar um ato de coragem e enfrentamento ao animal, manifesta o desejo de Fabiano de corrigir as impertinências em Baleia. Como isso não ocorreu, Fabiano resolveu matá-la, fato que, na narrativa, apesar do embate, não se realiza. Assiste-se, portanto, nesse percurso histórico/narrativo, a posição de Baleia numa situação oposta à de Fabiano. Fabiano manifesta-se *hidrófilo*, Baleia, por sua vez, na visão de Fabiano, manifesta-se *hidrofóbica*. Figura-se então uma situação de divergência, o que fez com que Fabiano sacrificasse Baleia, que metaforicamente significa o combate e o desaparecimento do estado de seca enquanto organização que age de maneira hostil e aliena os indivíduos. Além disso, representa o ato de querer o fim da arbitrariedade e do controle sócio-político que se manifesta na seqüência narrativa de Vidas Secas.

*Olhou-se de novo, afflicta. Que lhe estaria acontecendo?
O nevoeiro engrossava e aproximava-se (p.132)
Sentiu um cheiro bom dos preás que desciam do morro,
mas o cheiro vinha fraco e havia nelle partículas de outros
videntes. Parecia que o morro havia se distanciado muito.
Arregaçou o focinho, aspirou o ar lentamente com vontade
de subir a ladeira e perseguir os preás, que pulavam e
corriam em liberdade (p. 133).*

Compreende-se que Baleia se deparou com uma situação não esperada. Confrontava-se a ela um nevoeiro que se expandia. Como marca representativa de

obscuridade, presença de gotículas de água, o nevoeiro indica ser a causa de aflição e incerteza de Baleia diante da situação conflituosa na qual esbarra. Ainda assim, o animal pressentia pelo olfato o cheiro lucrativo dos preás, que, pela ausência do domínio dela, desciam e circulavam em liberdade. A cachorra, ainda que em estado de agonia, manifestou anseio de perseguir os animais libertos de sua tirania. A presença de outros viventes que entendemos como manifestadores de conscientização para que o morro, enquanto situação externa que foge ao cotidiano do círculo de Fabiano e sua família, libertasse-se de Baleia. Nesse sentido, a liberdade dos preás representa a liberdade do Brasil, uma vez que historicamente o Brasil constituiu-se e direcionou-se num modelo de política tirânico-colonizador. Por isso, a anseio pela morte de Baleia representa o fim da seca, o fim da política tirânica em que vivia o Brasil na década de 30; e também representa a realização do propósito do redirecionamento da situação sócio-política e cultural idealizada pelo Modernismo enquanto movimento histórico de renovação cultural.

Além da significativa atuação da cachorra Baleia para compreensão de Vidas Secas enquanto realização literária no Modernismo, participam também desse processo constitutivo de Vidas Secas duas figuras curiosas: o menino mais velho e o menino mais novo. Eles são apresentados sem qualquer referência de nomeação e identidade humana em estado de inserção e participação social, já que não apresentam uma denominação própria. Eles são nomeados por substantivos comuns, caracterizados pelo adjetivo novo e velho intensificado pelo uso do advérbio de intensidade “mais”. Essas marcas de categorização e distinção entre os dois meninos: “mais velho” e “mais novo”, mantêm-se no documento uma relação de simetria, por serem irmãos e participar do mesmo contexto social, e assimetria em virtude de referência histórico-temporal de formação de cada um deles.

Em referência ao menino mais velho, o narrador expressa que:

Todos o abandonavam, a cadelinha era o único vivente que lhe mostrava sympathia (p.85).

Agora tinha tido a idéia de aprender uma palavra (inferno), com certeza importante porque figurava na conversa de Sinhá Terta. Ia decorá-la e transmiti-la ao irmão e a cachorra. Baleia permaneceria indiferente, mas o irmão se admiraria, invejoso. (p.87)

Em referência ao menino mais novo, o narrador revela que:

(...) Não era propriamente idéia: era o desejo vago de realizar qualquer acção notável que espantasse o irmão e a cachorra Baleia (p.69)

Naquele momento Fabiano lhe causava grande admiração. Mettido nos couros de perneira, gibão e guarda peito, era a criatura mais importante do mundo.(p.69)

Compreende-se que esses personagens são marcados por uma relação paradoxal. Enquanto o menino mais velho *tinha tido a idéia*, o menino mais novo, na voz do narrador, afirma que *não era propriamente idéia*. O anseio do menino mais novo era realizar uma ação, uma atividade importante que afugentasse o irmão e a cachorra Baleia. Na circunstância manifesta, a pessoa exclusiva para ele e que lhe despertava grande admiração era Fabiano, membro e condutor do grupo. Isto quer dizer que o menino mais novo mantém uma relação coesiva com o grupo de Fabiano.

Em relação ao menino mais velho, que Sinhá Vitória caracterizou de *insolente*, atrevido, percebe-se em sua constituição uma atitude de rompente com o grupo. A referência de constituição histórico-discursiva dele é vinda de Sinhá Terta, personagem externa ao grupo. Há, dessa forma, entre os dois meninos, direcionamentos opostos: o mais velho realiza-se na esfera do ideal, enquanto que o mais novo tende a se satisfazer em situações pragmáticas, concretas e reais, fator determinante do Modernismo, enquanto movimento de renovação e ruptura com

valores culturais sem valor funcional. Percebe-se também que o menino mais velho encontra-se atrelado ao ideal, ao romântico, em distanciamento da realidade efetiva, ou seja, ele vaga em sua imaginação na tentativa de compreender realidades abstratas. Observa-se que, no percurso histórico/narrativo, o menino mais velho é rejeitado pelos integrantes do grupo. Apenas Baleia mantinha com ele um contato efetivo. Esse fato pode ser explicado pelo fato de Baleia manter-se em hostilidade e vigilância ao grupo. Ele manifesta resistência e desafio ao percurso do grupo que visa a superar a condição humana, perseguida por Fabiano, já que *A seca aparecia-lhe (menino mais velho) como um facto necessário – e a obstinação da criança irritava-o (Fabiano)* (p. 8)

É importante destacar ainda que, pelo comportamento do menino mais velho, o saber é uma forma de domínio sobre o outro. A credibilidade de uma ação lingüística depende da posição social ocupada pelo enunciador de onde mantém interferências histórico-lingüísticas no enunciatário. O reconhecimento da importância da palavra *inferno*, que, por figurar na fala de Sinhá Terta que *era pessoa de muito saber naquelas beiradas*, apresenta valor de influência e prestígio. Com o domínio da palavra *inferno*, Baleia manter-se-ia indiferente, mas no irmão despertaria um comportamento de inveja. Compreende-se que há entre os meninos o desejo de domínio de um sobre o outro numa relação dialógica de rupturas que figura na constituição de cada um deles na narrativa. Com isso, compreende-se que o processo de constituição da ordem social representada em *Vidas Secas* apresenta sujeitos que atualizam a sua memória histórica, ou seja, a sua identidade nos pronunciamentos com os convivem.

Em análise aos capítulos: *O menino mais novo* e *O menino mais velho*, Bosi (2003) afirma que esses capítulos narram a frustração da criança perante o universo do adulto nas condições precisas da vida sertaneja. O menino mais novo frustrou-se ao imitar Fabiano nas artes da montaria, ao saltar no lombo de um bode que o arremessou violentamente ao chão. A referência dele era ser tal como Fabiano, um herói no sertão. E acalenta imagens que nascem do seu enlevo pelo pai.

Já o menino mais velho, ao contrário, move-se no rumo de outro horizonte. Ele supera os limites do adulto, ao querer ir além das limitações de verdade do adulto e da realidade concreta. A indagação do menino à mãe, no sentido de compreender o que seria o inferno, é respondida com violência, interação humana movida pela agressão física, numa relação de forças que se rompem e resistem numa relação de poder: forte e fraco no universo sertanejo. O único elo amistoso forma-se entre ele e a cachorra Baleia. Nas demais situações, depara-se com o rigor dos outros. Diante disso, o inferno no seu imaginário se reconstitui como um lugar possível: *o inferno são os outros* (Bosi, 2003: 29-32).

Já em referência a seu Thomaz da bolandeira que também é afetado de forma cruel pela seca, destaca-se na narrativa como protótipo de pessoa letrada e referência de precisão e respeito às outras pessoas.

Ele, Fabiano, muitas vezes dissera: “Seu Thomaz, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Thomaz se estrepa, igualzinho aos outros.” Pois viera a secca e o pobre do velho tão bom e tão lido, perdera tudo, andava por ahi, molle (p.28).

A figura de Thomaz em sua apresentação nos possibilita vê-la como indivíduo do sertão que Fabiano admira pelos referenciais de conhecimento das palavras, cordialidade, cortesia e ações direcionadas em atender aos anseios de seus empregados. Constitui-se como um indivíduo paternalista que possui resistências pela sua intelectualidade. Entretanto, mesmo com seu mundo de papel, seu Thomaz não resistiu à penúria da seca. Perdeu tudo por causa dela e morreu por causa do estômago doente e das pernas fracas.

Almeida (2002) analisa essa passagem que Graciliano Ramos se refere a seu Thomaz mostrando sua descrença no conhecimento como forma de solução dos

problemas sociais e melhoria do homem, o que, muitas vezes, levaria os indivíduos a desprezarem a formação intelectual em detrimento da força física (a violência), como forma de resistência às forças ameaçadoras. Por isso, seu Thomaz pode ser entendido como o estereótipo da fragilidade diante de algo maior e poderoso: a seca. Para combatê-la, *precisavam ser duros, virar tatus. Se não callejassem, teriam o fim de seu Thomaz* (p. 32), quer dizer, a resistência física, ao contrário da força intelectual, apresenta-se como a maneira de resistirem e se manterem vivos diante dos obstáculos causados pela seca.

Ao entendermos o documento *Vidas Secas* enquanto produção histórico-lingüístico-literária que levanta uma problemática social grave no Brasil no início do século XX, apresentamos situações capazes de comprovar, pelas personagens representadas no documento que se apresentam indefesas na tirania do estado e do latifúndio capitalista, o desejo de mudança do homem moderno. *Vidas Secas* mostra um homem (a)condicionado a um espaço miserável e sem perspectivas de afastamento deste estado. Com isso, afirmamos que as personagens do documento estão ainda em vias de se estruturar nos aspectos sociais, políticos, econômicos e lingüísticos. Romper com as estruturas sociais de domínio que caracteriza o percurso da política brasileira é, na verdade, um dos temas centrais que integra *Vidas Secas* na norma lingüístico-literária do Modernismo brasileiro.

4.3.2 - Seleção lexical

Ao procurarmos entender a manifestação lingüística em *Vidas Secas* como até então já legitimado enquanto documento histórico-lingüístico do Modernismo literário brasileiro, consideramos a língua em sua função de interação social como processo e produto de atividade histórico e cultural do homem brasileiro e como sistema de representação que contém um inventário da história, da realidade regional e geográfica, ou seja, a língua como sistema no qual está fixada uma catalogação do mundo por meio de elementos lexicais.

O Modernismo brasileiro em sua constituição planejou consubstanciar uma descontinuidade com o projecto histórico brasileiro em confronto à persistência de valores ultrapassados, anacrônicos, resultados pela ação da colonização europeia. Buscou-se, então, nesse momento histórico, a consolidação deste tão idealizado projeto cultural voltado para um redirecionamento da realidade histórica brasileira. Nesse sentido, procurou-se realizar uma produção cultural voltada para a apresentação, a descrição e a reflexão acerca da nossa realidade. Pretendeu-se constituir uma nova cultura, a autêntica identidade nacional, com suas características particularizantes.

Vidas Secas, nesse sentido, procurou mostrar o isolamento no qual até então se mantinha de forma marginalizada social e economicamente o homem brasileiro do interior no início do século XX. Em oposição a esta realidade, há nesse documento o registro, em forma de documentário, da manifestação de denúncia, compromisso social e político contra a exclusão, o impedimento de participação nas decisões políticas e o furto do direito deste homem de ter acesso aos recursos naturais que foram monopolizados pelos latifundiários e aos meios de integração à produção cultural, como, por exemplo, a escola, que, ao longo da história do Brasil, tornou-se privilégio de uma minoria e que também era mantida com exclusividade para a formação da classe dominante. E o *homem-animal*, o homem nordestino habitante do sertão, sem identidade histórica constituída, que figura no texto, é um produto histórico resultado de um processo de rejeição e uso do homem pelo sistema político–econômico de colonização que tende a manter sob seu domínio a terra e o homem. Este se constituiu historicamente como uma presa, comprimida numa caverna primitiva, uma vez que esse homem não tinha acesso à escrita, como no caso de Fabiano, orientado por Sinhá Vitória que realiza as contas fazendo o uso de *sementes de várias espécies* (p.140). Com o intuito de explorar e ter acesso aos bens de produção para fins comerciais, os exploradores mantiveram o homem em condição de animal, domesticado para aproveitamento, uso e enriquecimento dos latifundiários e senhores de engenho.

Além disso, examinamos a relação existente entre a língua em uso em *Vidas Secas* e a realidade brasileira do Nordeste, onde se compõe o espaço narrativo. Em princípio, observamos que os elementos lexicais manifestos são dados lingüísticos de uso cotidiano, o que nos leva a indicar que Graciliano Ramos atribuiu expressividade, estilo literário e história à fala de pessoas simples, documentando e universalizando-a por meio da literatura. *Vidas Secas* é um documento que apresenta a identidade do homem brasileiro do Nordeste até então desconhecida. O documento expressa de forma coerente a relação língua-realidade cultural em seus aspectos morfosintáticos e semânticos.

Diante disso, arrolamos os elementos lexicais do documento referentes ao espaço, à vegetação, ao homem, à condição socioeconômica e animais figurados no documento, no sentido de mostrar *Vidas Secas* como documento histórico-lingüístico do Modernismo que expressa a realidade física e as condições socioeconômicas e lingüísticas do homem brasileiro no início do século XX. A literatura da primeira fase do Modernismo caracteriza-se como uma literatura burguesa de gabinete, idealista, expressa do *conforto de escritórios luxuosos*, sem o conhecimento da realidade concreta, efetiva. Como exemplo disso, citamos *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade que expressa um índio em aventuras míticas que, na sua caracterização, não expressa o fenótipo do homem brasileiro. Tem-se então uma literatura presa aos cânones do Romantismo. *Vidas Secas*, ao contrário disso, rompe com a estrutura burguesa e apresenta os conflitos do vaqueiro Fabiano, o legítimo homem brasileiro, que, pela sua coragem, desbravou e povoou o sertão e muito contribuiu para a formação econômica e sociocultural do Nordeste brasileiro.

O espaço de ação narrativa de *Vidas Secas* caracteriza-se como fazenda, aonde chegam os retirantes; apresenta-se um espaço sem existência, com desestímulos e sem incentivos para o desenvolvimento e o avanço moderno. Na fazenda, encontram-se *o rio secco, a lagoa secca, lama secca, o chão gretado e a areia é fofa*. Mesmo com a fazenda em completa desatenção, o sertanejo sustenta o imaginário de mudança, construindo um ideal de que, num futuro próximo, a *seca*

findaria e a fazenda renasceria, haveria uma ressurreição e todos eram felizes (Vidas Secas, p. 17).

Em referência à vegetação apresentada no documento, encontra-se um espaço descaracterizado de flora doméstica, particularizado pela apresentação de uma flora silvestre típica do sertão nordestino. Destacam-se no documento: *o alastrado, o alecrim, o angico, a aroeira, a barahuna, a catinga, o chique-chique, o imbu, a imburana, o jatobá, o joazeiro, a macambira, o mandacaru, a mucunã, o mulungu, a palma, a quixabeira, a sucupira, o taquari e o turco*. Essa vegetação predominante em Vidas Secas é caracterizada por plantas que agem, ou melhor, comportam-se de acordo com os elementos climáticos e seus efeitos. Na realidade, essa vegetação aponta para as características regionais do sertão nordestino. Outra característica significativa dessa vegetação observada em Vidas Secas é que não é comestível pela espécie humana. Serve, na sua maioria, de alimento para o gado em período de seca.

A referência do homem em Vidas Secas figurada na imagem de Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos apresenta-se de forma descaracterizada em todos os aspectos apresentados. É um homem movido e perturbado por causa da carência de recursos econômicos. Ele é identificado como: *bicho, bruto, cabra, cançados, defunctos, faminto, fugitivo, infeliz, indefeso, sertanejo, fraco, vaqueiro, não escolarizado e com um vocabulário pequeno e monossilábico, porém com bons costumes*. Comunica-se na maior parte do tempo por meio de *gestos, sons gutturais, grunidos, rosos, resmungos, murmúrios, berros, rugidos e palavras curtas, onomatopéias, interjeições e exclamações*. Figura-se um homem na morfologia humana e com comportamento, atitudes e ações de animais. A alimentação é bastante precária e de baixo valor nutritivo, restringindo-se: *o azeite, a carne, a farinha, o feijão, a raiz de imbu, semente de mucunã e toicinho*.

O vestuário também é escasso, limitando-se no espaço de domicílio ao uso de *alpercatas, camisa encardida e rasgada, farrapos, molambos, saia de chita e vestido*.

Vestiam-se mal. Já a vestimenta para o uso na festa de Natal da cidade foi costurada por Sinhá Terta. Por falta de tecido, as roupas saíram *curtas, estreitas e cheias de emendas* (p.108). Fabiano apresentou-se apertado na *roupa de brim branco, chapéu de baeta, collarinho, gravata, botinas de vaqueta e elástico*, também apertados. Sinhá Vitória apresentou-se num *vestido vermelho de ramagens e sapatos de salto enorme* nos quais se *equilibrava mal*. E os meninos estream *calça e paletot*. Observa-se que Fabiano encontra-se apertado na *roupa de brim e na botina de baeta*. Essa compressão sobre o corpo de Fabiano expressa o estado de um indivíduo em dificuldades, angustiado pelo meio físico, social e econômico. Em relação a Sinhá Victória, observa-se a falta de equilíbrio dela nos sapatos, o que nos dirige a julgar esse episódio como uma desarmonia com a realidade que o sapato expressa. Sinhá Vitória não reconhece a realidade na qual está estabelecida, mas também não está habilitada para se destacar numa realidade de *glamour*, uma vez que o meio não lhe proporciona esta configuração de elegância e estética. Por isso, ela apresenta-se em transtornos sobre os sapatos e se desloca aos tombos.

Em relação ao ambiente socioeconômico, podemos compreender o drama vivenciado pelas personagens no percurso narrativo. A moradia revela-se como *baixa e escura com copiar na frente e coberta de telhas pretas; as paredes são de taipa e rachadas; as janelas apresentam-se com gretados fortes e baixas*; identifica-se também bastante *teia de aranha*. A aparência externa é de *tapera*. Além disso, encontram-se os seguintes objetos e utensílios de uso doméstico e de trabalho: *abano, aiol, bahu de folhas, banco de madeira, binga, cabaça, cachimbo, cama de vara, candeeiro, caneco, correia, creolina, cuia, cumbucos, espingarda de perdeneira, faca de ponta, facão, fuzil, panela, picuá, pilão, pote erguido numa forquilha de três ganchos, quenga de coco e rede*. Os objetos expressam uma realidade bastante rudimentar e original que denuncia a dependência ao meio e a incapacidade de aquisição de bens que lhes proporcionem conforto, segurança e higiene. Em referência ao domicílio, constatamos que o fato de ser baixo apresenta uma circunstância desfavorável, um estado de desânimo, esfacelamento e asfixia; por ser escuro, faz-nos compreender um ambiente que causa inquietação e

repelência pelo estado de penúria que apresenta. Assim como ocorre com o solo que racha pela ausência das chuvas, as paredes e janelas da casa também são gretadas. A condição externa dela é de tapera. Uma condição domiciliar imprópria para a residência humana. No Nordeste, a tapera caracteriza-se por ser uma habitação em ruínas e abandonada que serve para o gado se proteger do sol e da chuva.

Observamos, ainda, os animais que fazem parte do espaço narrativo do documento. Destacam-se *a arribação, a cabra, a cachorra Baleia, o caetetu, o carrapato, o cavalo, o cupim, a égua, as cobras jararaca e sussuarana, o macaco, o papagaio, o preá, o rato, o tatu, o urubu e a vaca*. São todos animais pertencentes à fauna brasileira.

Observa-se que, em *Vidas Secas*, de acordo com a escolha lexical inventariada, há a expressão de uma problemática sociológica trágica do homem brasileiro do sertão nordestino. O documento apresenta um homem na tentativa do ser e do manter-se vivo. Afirmamos ainda que *Vidas Secas* (1938) é um documento que expressa em seus elementos lingüístico-lexicais os conflitos e angústias existenciais do homem brasileiro sem instituições culturais, assistenciais e, em vista disso, sem uma identidade social constituída. Apresenta-se também no documento a prática social de um homem que, no início do século XX, se revela num estágio de vida primitivo. A realidade socioeconômica é caracterizada pela ausência. O espaço é seco, o que contribui para a existência de precariedade na habitação, na alimentação, no vestuário e nas ações afetivas. Como os indivíduos mantêm uma convivência imediata e mais intensa com os animais, eles absorveram e carregam consigo, como modelo de representação de comportamento, as atitudes e ações de animais, inclusive na expressão lingüística. *Vidas Secas* nos proporciona uma compreensão do homem nordestino por meio de suas fortes e radicais expressões simbólicas que exteriorizam a sua condição psíquica animalizada e que se encontram registradas lingüisticamente na voz de um narrador onisciente.

Entre os elementos lingüístico-lexicais caracterizadores do espaço geográfico no qual estão inseridos os retirantes, destaca-se uma unidade lexical que denomina uma espécie vegetal típica do sertão nordestino e de importante valor lingüístico-simbólico para a constituição do percurso narrativo do documento. Trata-se da figura do juazeiro. Entre todas as designações de árvores elencadas do léxico de Vidas Secas, o juazeiro é a árvore mais tipicamente sertaneja. Ele é a árvore-símbolo do Nordeste e a mais comum da caatinga. Em vidas Secas, o juazeiro constitui o símbolo de referência e orientação de Fabiano. Apresenta um investimento simbólico-semântico muito marcante por ser uma árvore que apresenta vida longa, resistente à estiagem, mantém-se verde em períodos de seca, fornece sombra e alimento ao gado e não perde a folhagem . Nesse sentido, analisamos o espaço do juazeiro de referencia almejada por Fabiano, um espaço *nordeste-joazeiro* no qual o gado, elemento lingüístico-lexical simbólico representativo de rebanho que no documento pode expressar a organização do homem nordestino, compartilha de forma comum e coletiva, sem referência à classe, uma vez que o juazeiro fornece sombra e alimento ao gado, independente de ser bovino, caprino, eqüino, suíno e ovelhuns.

A representação do *juazeiro* nos leva a analisar o percurso de Fabiano em direção ao juazeiro com o objetivo de restabelecer a fazenda, tornando-a uma organização produtiva na qual possa ter acesso aos recursos naturais e de produção que lhe garantam sobrevivência. Essa relação está metaforizada no juazeiro, uma árvore–Fabiano resistente à seca e típica da flora brasileira. Nesse sentido, assiste-se em Vidas Secas uma expressão lingüístico-literária típica do Modernismo que se caracteriza pelo ideal de ruptura e reparos aos danos histórico-sociais causados pela colonização européia. Nessa tendência, observa-se no percurso narrativo uma ação de ruptura com o deslocamento de Fabiano com propósito de mudanças de organização socioeconômica, política e cultural que malogra devido à forte resistência apresentada pelo sistema econômico e social orientado pelo Capitalismo. Assim sendo, Vidas Secas apresenta a realidade social do homem nordestino que necessita de mudança, assistência social, política e econômica.

4.3.3 – A constituição lingüística de Fabiano

A figura de Fabiano como personagem central de *Vidas Secas* está representada na figura histórico-lendária do vaqueiro nordestino. Vaqueiro, Fabiano encarna em *Vidas Secas* um dos símbolos mais expressivos da cultura brasileira. Ele está representado na narrativa como figura tipicamente brasileira, já que historicamente o vaqueiro se caracteriza como um fenótipo humano miscigenado resultado de uma mistura continuada entre o colonizador europeu com os grupos indígenas dos sertões (Ribeiro, 1995:343).

Fabiano encerra em sua figuração de vaqueiro o símbolo maior da cultura sertaneja. Ele representa a garra, a coragem, marca representativa de resistência humana na caatinga nordestina. Em *Vidas Secas*, é investido da coragem, força e dignidade do homem que se empenha no combate às irregularidades ambientais e sociais que faz com que o Nordeste se apresente no cenário nacional como uma região econômica frágil, subdesenvolvida com tipos humanos raquíticos, secos e famintos.

As ações de Fabiano no documento caracterizam-se por ser um vaqueiro que zela e conduz a sua família e o rebanho de gado. Apesar de representar-se como um tipo grosseiro, ignorante, duro e angustiado, Fabiano atua pela voz do narrador como um indivíduo que direciona os outros, por meio de suas ações, ao manifesto de rupturas e quebra de barreiras contra as estruturas opressivas. Nesse sentido, observa-se que Fabiano apresenta características de um herói revolucionário, já que nele se manifesta uma persuasão no sentido de libertação do homem das arbitrariedades dominantes.

A fama de Fabiano, vaqueiro que conduz e trata do gado em *Vidas Secas*, pode ser remetida à figura do pastor que conduz um rebanho. Na configuração de um pastor, Fabiano, metaforicamente no percurso narrativo, manifesta-se como um instrutor espiritual que influencia um rebanho no sentido de superá-lo das limitações

existenciais causadas pelo espaço físico e social. Nesse sentido, observamos em Fabiano um investimento de valores e ações sociais que privilegiam o coletivo. Dessa forma, podemos considerá-lo como um herói revolucionário.

Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.(p.23)

Compreende-se que há, em Fabiano, um afastamento ou ocultamento de sua verdadeira identidade em virtude de sua condição sociocultural. Constitui-se como um indivíduo que não se realiza enquanto sujeito social, já que se encontra em disjunção com o objeto. Na verdade, socialmente, Fabiano mantém-se numa posição de objeto, já que ele está afastado da terra. No espaço, tudo lhe é negado e exposto ao outro, o branco, que, por sua vez, exerce a condição de sujeito social, o qual mantém o domínio sobre Fabiano que é apresentado como um indivíduo preso, alienado pela sua situação enquanto indivíduo-objeto que não possui o instrumento de produção: a terra, ainda que mantenha uma relação com ela.

Fiorin (2001) afirma que o narrador pretende mostrar que Fabiano é um ser degradado, colocado num nível infra-humano. O narrador reitera isso por uma série de intersecções. Fabiano possui as cores primárias da paisagem seca no amarelado da barba e dos cabelos, no vermelho da pele e no azul dos olhos. Há, na visão de Fiorin, uma fusão homem e mundo natural. Fabiano manifesta uma capacidade física capaz de vencer a luta selvagem pela sobrevivência por efeito de uma adaptação ao ambiente rude e hostil em que vivia.

Compreende-se na voz do narrador que Fabiano é um homem como qualquer semelhante. As diferenças apontadas são determinadas por fatores econômicos. A identidade de *cabra* lhe é atribuída em virtude de sua classe socioeconômica, já que *vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios*. Por esse fato, *julgava-se cabra*. O

valor e a classe do indivíduo na sociedade representada são determinados pelo capital que possui, ou seja, pela sua relação com o instrumento de produção, neste caso, a terra.

Tudo secco em redor. E o patrão era secco também, arreliado, exigente e ladrão espinhoso como um pé de mandacaru.

Indispensável os meninos entrarem no bom caminho, saberem cortar mandacaru para o gado, concertar cercas, amansar brabos. Precisavam ser duros, virar tatus. Se não callejassem teria o mesmo fim de seu Thomaz da bolandeira. Coitado. Para que lhe servira tanto livro, tanto jornal? Morrera por causa do estomago doente e das pernas fracas.(p. 32)

Observa-se que, com uso do quantificador universal *tudo*, Fabiano encerra-se numa totalidade de coisas e/ou animais e/ou pessoas que se caracterizam pela hostilidade da seca. O patrão, o representante do capitalismo agrário, inclui-se nesta totalidade austera e áspera, pois, além de ser desonesto, rigoroso, se apresenta em semelhança ao mandacaru, cacto que apresenta obstáculo de aproximação por causa de seus espinhos. Além disso, o mandacaru, assim como o patrão, é um cacto que se mantém verde e vigoroso na seca. Nesse sentido, Fabiano, na voz do narrador e num ensinamento de vida que direciona para uma organização social justa, expressa que os meninos, marca figurativa das possibilidades, devem saber *cortar mandacaru para o gado*. Nessa passagem, o narrador, em comparação metafórica do mandacaru com o patrão, o proprietário de terras, expressa que os meninos devem acabar com o capitalista agrário, disponibilizando a terra para o sustento do gado, o homem sertanejo. E para combater as securas do meio, devem apresentar resistência física, pois seu Thomaz da bolandeira que expressava força espiritual pelo domínio da palavra, nem por isso escapou da seca. Acabou-se por causa de sua fragilidade física.

Fabiano constitui-se pela marca de resistência e reação a uma organização conservadora, contrário às idéias que envolvem importantes transformações político-sociais.

Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tirava d'ali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. Olhou os quipás os mandacarus e os chiques-chiques. Era mais forte que tudo isso, era como as catingueiras e as barahunas. Ele, Sinha Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados na terra (p. 24).

Fabiano apresenta-se na condição de zelador de um rebanho, era vaqueiro. Embora seja um homem que tenha se apresentado numa condição animalasca, ele possui uma identidade social, já que o fato ter criado raízes e estar plantado na terra refere-se a sua característica enquanto indivíduo que está associado a um determinado meio sociocultural e ambiental em referência neste caso ao Nordeste com sua histórica tradição sócio-cultural que muito contribuiu para o fortalecimento da identidade social brasileira. Nesse sentido, mantém-se apegado às suas referências e experiências coletivas enquanto rede de relação e identificação, o seu lugar de origem, o sertão nordestino.

No aspecto de resistência de Fabiano em comparação com *os quipás, os mandacarus e os chiques-chiques* - vegetação cactácea e espinhosa que representa a figura do patrão e as obstinações do meio em favor da seca –, Fabiano apresenta-se numa identidade metafórica às *catíngueiras* e às *barahunas*, vegetação que se caracteriza pela rigidez, vigor e resistência. A *catínga*, na estiagem, seca, mas não morre. É uma vegetação xerófila genuinamente brasileira. Em nenhuma outra parte do planeta ela pode ser encontrada. É um tipo de vegetação característica do Nordeste brasileiro. E em relação às *barahunas* caracteriza-se como vegetação do

sertão nordestino que se particulariza por apresentar uma madeira extremamente dura que é utilizada como dormentes, peças de madeira nas quais se assentam e se fixam os trilhos das estradas de ferro, que, por sua vez, pode ser entendida como figura representativa de progresso econômico e social. Assim sendo, Fabiano enquanto *barahuna* constitui-se como trabalhador por meio do qual o capitalismo se sustenta. Apesar disso, ele resiste para extingui-lo, já que se caracteriza como um sistema econômico e social injusto em *Vidas Secas*. Fabiano, ao mesmo tempo em que se constitui na narrativa como força dura que age contra o desgaste do organismo, apresenta-se com uma estrutura física que aponta as conseqüências da agressão e ameaças do meio.

Chapchap. As alpercatas batiam no chão rachado. O corpo do vaqueiro derreava-se, as pernas faziam dois arcos, os braços moviam-se desengonçados. Parecia um macaco (p.24)

Entende-se que Fabiano se compara com o solo seco e rachado. As rupturas do solo manifestam-se também no corpo dele. A gravidade que atua sobre ele demonstra-se firme e compacta, pois o seu corpo e as pernas apresentam-se dobrados e os braços desconjuntados. O enrolamento é causado pela intranqüilidade. É uma manifestação de comportamento do organismo em resistência às ameaças externas.

Fabiano apresenta-se fisicamente desarticulado, em aparência de um macaco, figura representativa que indica que Fabiano se manifesta rebaixado a uma condição animal. Entende-se também que a relação metafórica dele com o macaco, apesar de se encontrar com uma estrutura corporal desajustada, refere-se a um indivíduo feio numa situação primitiva, porém astuto, muito experiente, com habilidade de equilíbrio e que não cai em enganos.

Em seu percurso, Fabiano ao reconhecer-se enquanto indivíduo que se encontra preso à terra, porém sem a posse dela afirma na voz do narrador:

Entristeceu. Considera-se plantado em terra alheia! Engano. A sina delle era correr mundo, andar para cima e para baixo, á toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela secca (p.24)

Observa-se que Fabiano, além de ser um herói revolucionário, apresenta características do herói trágico, uma vez que ele luta contra o destino de aparente condenação ao nomadismo. Em interferência à lenda do Judeu errante, o narrador estabelece uma comparação metafórica entre Fabiano e o homem judeu que também sofre em terra alheia. Na tradição cristã, reza-se que os judeus pediram a Pilatos a morte de Jesus Cristo. Como consequência disso, os judeus foram, desde então, castigados à eterna dispersão. Os judeus, povo com uma identidade social, vivem dispersos pelo mundo, conservam no meio de outros povos a sua nacionalidade, o seu caráter, as suas tradições e a sua religião. Eles formam uma nação sem estado. Encontra-se nesse mesmo fado Fabiano enquanto homem do sertão nordestino. Ele parece reconhecer uma destinação prenunciada de manter-se em peregrinação em terras alheias. Fabiano sente-se numa condição de excomungado do seu espaço social direcionado a manter os seus costumes em contato com grupos ou pessoas diferentes. Apresenta-se um indivíduo que busca uma resposta para os seus conflitos. Como isso não ocorre, autodenomina-se como indivíduo tocado pela seca, enquanto má sorte e perpétua desgraça existencial.

Fabiano curou no rasto a bicheira da novilha raposa. Levava no aiol um frasco de creolina, e se houvesse achado o animal, teria feito o curativo ordinário. Não o encontrou, mas suppoz distinguir as pisadas delle na areia, baixou-se, cruzou dois gravetos no chão e rezou. Se o bicho não estivesse morto, voltaria para o curral, que a oração era forte. (p.23)

Entendemos que nesse percurso narrativo, a figura da novilha raposa não representa vaca nova. A figura da *novo-ilha* expressa um valor semântico de um coletivo novo confesso, designado como astuto, esperto, configurado na imagem da raposa. Em referência a isso, o que o narrador expressa é que a novilha raposa encontra-se metamorfoseada, não manifesta entre os outros animais. Vale destacar ainda que a figura da raposa e do cão, que são animais que biologicamente manifestam uma oposição violenta, ainda que pertençam a mesma espécie dos canídeos, no documento, é compreendida na imagem da novilha raposa e da cachorra Baleia. A cura da bicheira da novilha representa o restabelecimento, a manifestação do animal ao curral, local de congregação dos animais. E o fato desta cura realizar-se pelo rastro expressa o fato de restabelecer essa novilha pelas marcas históricas deixadas por ela. O fato de Fabiano rezar uma oração, cruzando dois gravetos, marca representativa dos dedos polegar e indicador na ação de escrita, pode ser entendido como tentativa de convencer o animal a manifestar-se pela interferência e pela força da expressão lingüística, já que *a oração era forte*.

Essa situação expressa um fato metalingüístico, já que pela situação histórica do documento foi a primeira publicação de Graciliano Ramos depois de sair da prisão. Esse período caracterizou-se pelo rechaço aos comunistas na ditadura de Getúlio Vargas. Os rebeldes não só nesse período, como também no século XIX no Brasil, eram apelidados de raposas pelos legalistas. Nesse sentido, a busca da novilha raposa no sentido de restabelecê-la ao curral pelo rastro, pode significar em Vidas Secas uma manifestação, um convite à resistência; portanto um esforço de mudança na organização sócio-político-econômico-cultural no Brasil.

Fabiano apresenta-se, apesar de sua caracterização de resistência, como um herói que fraqueja diante das circunstâncias opositivas confrontadas por ele. A fuga do espaço tornou-se o único recurso de tentativa no sentido de manter-se vivo. O espaço manifestou-se não propício à ânsia do ser. Na verdade, a fuga refere-se a um ato de resistência à morte, que o persegue, associada à imagem da seca.

(...) os mandacarus e os alastrados vestiam a campina, espinho, só espinho. E Baleia aperreava-o precisava fugir daquela vegetação inimiga. (p.185)

(...) encarquelhou as pálpebras contudo as lagrimas, uma saudade grande espremeu-lhe o coração, mas um instante depois vieram-lhe ao espírito figuras insupportaveis: o patrão, o soldado amarelo, a cachorra Baleia inteiriçada junto ás pedras do fim do páteo (p.188)

(...) Chegaram a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nella. E o sertão continuava a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinha Vitória e os dois meninos.(p.197)

Entende-se que o espaço afigura-se infértil para a sobrevivência. Os latifundiários metaforizados nas figuras do mandacaru e dos alastrados mantinham a ocupação da terra e sobre ela agiam como escudeiros em guerra para sustentar a sua autoridade e com isso a exploração do homem. Fabiano sentiu-se prostrado, impotente diante das forças que agiam contra ele. Configurava-se um poder constituído, centrado na figura de Baleia, do patrão e do soldado amarelo. Baleia, ao contrário do que se pode interpretar, no percurso narrativo, não desvanece. Na voz do narrador, Fabiano afirma que ela continuou inteiriçada e o aperreava, ou seja, o perseguia constantemente. Baleia manteve-se inflexível diante das ações de Fabiano. O patrão roubava-lhe e o soldado amarelo o reprimiu com seu autoritarismo, colocando-o na cadeia. Por tudo isso, Fabiano manifesta-se em *Vidas Secas* sem capacidade de desenvolver e sustentar os seus desejos. Sem capacidade de lutar, de mudar o percurso histórico constituído, ele arrasta-se em busca da cidade onde idealiza manter contato com pessoas civilizadas, uma vez que no sertão não se encontram meios que possam garantir a sua sobrevivência e a educação dos meninos. Fabiano segue o seu percurso de alienação. E na figura dele, seguem inúmeros Fabianos, homens de coragem; e por essa condição são explorados em seus destinos, na

ilusão e no sonho do *poder ser* cidadão de consciência, liberdade e superação de barreiras e limites geo–econômico–político–culturais.

4.3.4 – A expressividade lingüística de Fabiano

Buscamos retratar, de acordo com os estudos de Lapa (1998) e Martins (2000), nesta temática, as características estilísticas do vocabulário de Fabiano na tentativa de compreendê-lo por meio de sua fala. Neste sentido, vale observar antes que, no percurso narrativo de *Vidas Secas*, as personagens são realizadas numa situação quase de mudez. Apresenta-se um enredo que materializa o pensamento sem realizá-lo por meio da fala. Expressa-se um imaginário reprimido por circunstâncias histórico-político-sociais que se rompe de forma silenciosa e encoberta por meio da expressão alegórica da literatura. Entre as personagens, realizam-se poucos diálogos. Quando ocorrem, observa-se, sobretudo em Fabiano, como figura central do grupo, uma fala dura, expressa num tom alto e barulhento, o que revela o seu estado de aflição psicológica.

A expressão lingüística que Fabiano usa para se comunicar com Sinhá Vitória e os meninos realiza-se na mesma tonalidade que é dirigida aos animais. Caracteriza-se por ser bastante arbitrário. No mesmo padrão lingüístico enérgico usado para conduzir o gado, Fabiano manifesta nas relações familiares. É uma relação social meio brutal, o que é muito freqüente no interior do Nordeste; onde os pais discutem, convivem e educam os filhos como se estivessem cuidando de animais.

Por isso, buscamos compreender Fabiano, também, por meio de sua fala, investigando a sua caracterização, a sua condição de sujeito social a partir de suas ações lingüísticas que são diminutamente vivas.

(1) – *Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai* (p.8)

(2) – *Anda, excommungado* (p.8)

(3) – *Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta* (p. 22)

(4) – *Você é um bicho, Fabiano* (p.23)

(5) – *Um bicho, Fabiano* (p.23)

(6) – *Você é um bicho, Baleia* (p.25)

Embora o documento expresse uma realidade psicológica interior caracterizada pelo silêncio, observa-se a pouca realização de fala dos personagens de *Vidas Secas*. Enquanto sujeito social, sob os efeitos da seca, Fabiano manifesta por meio de sua fala um indivíduo bastante perturbado e aflito. Esse fato é resultado da preocupação dele com a sua condição social de carência e ausência de subsídios socioeconômicos que lhe garantam uma sobrevivência digna de um cidadão em gozo de seus direitos políticos.

Nas falas (1) e (2), observamos, numa análise suprasegmental, um indivíduo que apresenta um estado emocional de desequilíbrios que se externalizam no momento em que Fabiano age verbalmente à insatisfação do menino mais velho em se manter no percurso, o que, para Fabiano, se torna uma resistência à realização da trajetória de mudança. Vê-se que Fabiano transfere ao menino as suas angústias, por vê-lo como causador de obstáculos aos propósitos de transformação da realidade de seca em que se encontram.

No plano da realização fonética, constatamos uma cadência de velocidade enunciativa associada à marcha de pressa do vaqueiro, além de manifestar um impulso de agressão e violência. Essa realização é observada na manifestação do fonema vocálico [a] em *anda, condenado, diabo, excommungado*. O som do [a] realiza-se forte no enunciado, o que indica uma tonalidade alta, agressiva, autoritária e rápida na fala de Fabiano, na sua relação com o menino.

No campo léxico-semântico, percebemos o uso do verbo andar no imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular. Estilisticamente, o verbo, quando usado na terceira pessoa, expressa um tom alto, duro. O uso desse verbo expressa a vontade de prosseguir o seu percurso em oposição a resignação do menino que

oferece resistência à marcha. Por isso, ele age numa atitude enérgica em relação à atitude opositiva do menino.

Além disso, manifesta-se o uso dos substantivos *excommungado* e *condemnado*, atribuídos ao menino mais velho. O substantivo *condemnado* apresenta-se designado pelo sintagma preposicional *do diabo*, o que expressa um indivíduo possuído por forças opositoras. *Condemnado* e *excommungado* referem-se a indivíduos acometidos por erros. São termos determinantes de indivíduos que praticam ações causadoras de danos materiais e psíquicos aos outros. Em relação ao menino, Fabiano atribui-lhe as causas das secas, uma vez que afirma que *a secca aparecia-lhe como um facto necessário* (p.8). Por isso, Fabiano agiu de forma enérgica e brutal no sentido de aniquilar as forças da seca que agiam sobre o menino.

Situações opostas às falas (1) e (2) de Fabiano, encontram-se nas falas (3), (4), (5) e (6). Enquanto nas falas (1) e (2), o tom duro e pavoroso, em (3), (4), (5) e (6), tem-se um tom mais compassivo, carregado de um ritmo de fala de valor mais emotivo. Mas a dureza transparece na sua relação de fala. Fabiano é *uma novilha raposa* metamorfoseada. Em diálogo consigo, confirma com reserva a sua identidade de homem enquanto indivíduo social que apresenta virtudes e fraquezas. Ao afirmar isso, Fabiano achou-se imprudente. O seu orgulho era ser considerado, diante dos outros, *bicho*. Mas em seu íntimo, quando (Fabiano) *pisou com firmeza no chão gretado, puxou a faca de ponta, esgaravatou as unhas sujas exclamou* em monólogo: - *Fabiano, você é um homem* (p 22). Fabiano tinha a convicção de que era um homem, um herói que apresentava virtudes capazes de transformar uma realidade sócio-histórica estante. E a sua identidade enquanto *um bicho, capaz de vencer dificuldades* (p.23), caracteriza-o como indivíduo corajoso, valente e enérgico. Ele é movido pela braveza e a resistência física, ainda que apresente atribuições físicas e psíquicas em consequência dos fatos da seca.

Enquanto as falas (1) e (2) caracterizam-se pelo uso do pronome pessoal *tu* que não está manifesto, as demais falas caracterizam-se pelo uso do pronome *você*. O uso do pronome *tu* e *você* no Brasil, principalmente no interior do Nordeste, representa situações expressivas diferentes. Enquanto o uso do *você* indica uma atitude mais cordial, o *tu* representa um tom postiço e de ênfase na fala do sujeito enunciatório em relação ao efeito pretendido no enunciatório. Essa variação lingüística tonal em Fabiano indica que, por um lado, ele é superior diante de algumas circunstâncias sociais e, por outro, figura-se como inferior, o que faz com que ele transfira aos outros o seu estado de repressão e angústia como mecanismo de autodefesa.

Nas falas (3), (4), (5) e (6), apresenta-se o verbo *ser* conjugado na terceira pessoa do singular. O uso deste verbo nesta conjugação marca estilisticamente um tom baixo. O verbo *ser*, neste caso, indica, além do valor emocional do enunciado, a posição de identidade de Fabiano que oscila na condição de homem no enunciado (3) e na condição de bicho no enunciado (4) e (5), situação que não pode ser interpretada no documento como uma representação negativa de Fabiano, já que esta atribuição expressa o seu estado de ânimo e coragem de resistir às agruras da seca.

Fabiano, à frente de Baleia, entenece, ou seja, manifesta-se sensível e atribui a ela a condição de bicho. Com isso, afirmamos que Fabiano e Baleia encontram-se na mesma condição de valentia e coragem, mas em posição ideológica diferente. Como já afirmamos, Baleia não figura no documento como um simples animal doméstico. Enquanto Fabiano busca o restabelecimento da novilha raposa, Baleia sai à procura dela *num vôo entre as macambiras* (p.27),

Por tudo isso, em avaliação a expressividade lingüística de Fabiano, podemos analisá-la enquanto expressão de um sujeito dotado de uma força moral, autoritária e também emocional. Observa-se uma fala com palavras que se repetem, períodos curtos e truncados, o que demonstra uma competência lingüística não desenvolvida. Seu vocabulário é parco. Por isso, essa ausência de repertório lingüístico o sufoca.

Assim sendo, Fabiano pode ser considerado um indivíduo que representa o homem brasileiro vitimado por um sistema social histórico-marginalizador, que mantém os indivíduos presos às forças primitivas, negando-lhes até mesmo o acesso à linguagem enquanto objeto de representação plena e decisão própria das práticas políticas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação teve como tema o estudo da língua portuguesa do Modernismo literário no Brasil e os elementos histórico-lingüísticos representativos da identidade e da condição do homem nordestino em *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. No decorrer do trabalho, procuramos examinar no documento os elementos lingüísticos enquanto unidades que representam o uso lingüístico da época de origem do documento e os fatos históricos caracterizadores da realidade sociolingüística, política e econômica do Brasil, no momento de surgimento do texto. Para a explicação desses fatos, levamos em consideração o recurso científico da metalinguagem, na *Historiografia Lingüística*, o que nos permitiu compreender a relação entre a língua e a realidade sociocultural expressa no documento.

Buscando consubstanciar os objetivos elaborados para a realização da análise, observamos o documento *Vidas Secas* numa perspectiva específica, examinando a sua realização num contexto histórico-social determinado de produção, que comprova esse texto como um documento histórico lingüístico que variou formal e semanticamente no decorrer dos anos até chegar à forma atualmente conhecida. No processo de análise, pudemos perceber que os fatos políticos, sociais e culturais são revelados no interior do texto por meio de marcas histórico-lingüísticas, a partir dos elementos lexicais do texto, que são uma categoria lingüística que mantém uma relação direta com os elementos extratextuais, ou seja, com os elementos do mundo natural e cultural. Nesse sentido, compreendemos que a relação entre os aspectos externos, contextuais e as dimensões internas, lingüísticas, nos possibilitou entender os aspectos socioculturais representados em *Vidas Secas* de Graciliano Ramos.

Em *Vidas Secas*, a língua apresenta-se enquanto processo histórico-social que expressa a visão de mundo de um sujeito social num lugar e tempo determinados. Dito isto, *Vidas Secas* surge como um documento que mostra o homem nordestino numa determinada época. Por meio dele, percebemos inclusive as transformações histórico-lingüísticas, principalmente as políticas sociais brasileiras que ocorriam no

contexto em que surgiu a obra em relação às que ocorrem atualmente no Brasil. Com isso, tem-se em *Vidas Secas* o registro da língua portuguesa em uso no Brasil na década de 30, em pleno Modernismo, quando se buscou mostrar a realidade sócio-histórica do homem brasileiro do Nordeste (a)condicionado a uma vida de animal. Buscou-se mostrar também o homem brasileiro em ruptura com o modelo político do colonialismo europeu, ainda persistente na cultura nacional. Em vista disso, por estar coerentemente relacionado com a realidade social da época em que foi escrito, destacamos o momento histórico como revelador dos fatos concomitantes presentes na materialidade lingüística do documento.

A opção pela Historiografia Lingüística explica-se pelo fato de a língua ser objeto de realização histórica. Além disso, reconhecemos ser esse paradigma, entre outros existentes na Lingüística, a teoria que forneceria um suporte para justificar a realidade histórico-social e lingüística presente no documento. Da relação da Lingüística com a História, a HL parece-nos a teoria mais completa para descrever e explicar os fatos histórico-lingüísticos mostrados em *Vidas Secas*. Nesse sentido, observamos que as interferências históricas de produção do texto nos permitiram compreender que *Vidas Secas* é instituído, em sua maioria, a partir de fatos do cotidiano rural. O propósito disso é mostrar a situação histórico-social e política do Brasil no início do século XX, principalmente a visão ramiana dos efeitos desse modelo de política na existência humana, no interior do Nordeste.

As marcas lingüístico-lexicais foram verificadas na amostra com o intuito de compreender os aspectos sócio-históricos do período de surgimento do documento. Dito isto, *Vidas Secas* apresenta um uso lingüístico do português brasileiro numa norma coloquial, com um requinte literário. Esse apuro estilístico é complexo. Entretanto, Graciliano Ramos, um mestre de uso da palavra, aplicou com maestria e talento essa unificação em *Vidas Secas*. Tem-se como resultado disso documento que apresenta uma espontaneidade lingüística que o torna, para um leitor atento, uma leitura de fácil compreensão. Nesse sentido, o romancista ultrapassa a transitoriedade dos fatos cotidianos e alcança a universalidade da literatura. Com

isso, *Vidas Secas* atinge um *status* de arte, centrado na norma de uso do Modernismo literário brasileiro.

Compreendemos que *Vidas Secas*, com o registro do cotidiano de um vaqueiro, é marcado por aspectos histórico-culturais que nos forneceram elementos para uma leitura da época de sua produção, já que encontramos em sua materialidade lingüística um passado sociocultural da realidade brasileira. Observamos inclusive que, na constituição do texto, há a confluência de várias esferas teóricas, ou seja, diferentes visões de mundo, várias interferências históricas, que nos permitiu essa visão numa perspectiva interdisciplinar fundamentada pela HL.

Manteve-se como de fundamental importância em nosso trabalho a forma de arranjo de *Vidas Secas*, em função do tempo, do lugar e dos aspectos socioeconômicos da época em que surgiu. Por ser o Modernismo um movimento de desestruturação do passado em busca de novo direcionamento histórico, *Vidas Secas* envolveu esses aspectos na sua estruturação e também no seu percurso narrativo. A narrativa é constituída numa condição fracionada em ruptura com a narrativa tradicional. O homem é apresentado como um produto histórico, desarticulado, que absorve os aspectos do meio, ou seja, reflete, em seus vários aspectos, as atrocidades do meio físico e do sistema sócio-político brasileiro. Tem-se um homem que busca superar a condição social de alienado. Assim sendo, as marcas lingüísticas empregadas no documento sustentam a concepção de memória histórico-social de fatos políticos ocorrentes no Brasil no início do século XX, principalmente na década de 30.

Essa Dissertação buscou, por fim, destacar que *Vidas Secas* é um documento histórico-lingüístico que apresenta marcas histórico-sociais da condição do homem brasileiro do Nordeste no início do século XX, ainda primitivo na modernidade. Tal condição pôde ser analisada pela língua em uso em *Vidas Secas*, no qual a língua se apresenta numa função social, política e histórica, por expressar o homem em seus anseios e frustrações, em suas práticas sociais.

Ao tratarmos da língua portuguesa do Brasil em uso no Modernismo literário, percebemos que ela, em *Vidas Secas*, apresenta os valores sociais e ideológicos reivindicados neste período: a mudança na organização social e política da sociedade brasileira. Com isso, afirmamos que a língua representa, por conseguinte, a sociedade que faz uso dela para as suas necessidades expressivas, políticas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*; tradução de Alfredo Bosi. 4^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, Marly de S. *Metalinguagem e identidade lingüística brasileira na sátira de Oswald de Andrade*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa na PUC/SP. São Paulo: PUC/SP, 2003.
- ALMEIDA FILHO, Leonardo. *Opressores e oprimidos: uma leitura de Vidas Secas*. Artigo. Brasília, DF: Usina de Letras, 2002.
- ALMEIDA, Miguél Eugenio. *A interdisciplinaridade na Historiografia Lingüística*. Artigo. São Paulo: PUC/SP, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7^a. ed. . São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Luis da Câmara Cascudo*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991.
- _____. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Klick Editora, 1999 (Coleção vestibular)
- ANDRADE, Oswald. *Um homem sem profissão: sob as ordens da mamãe*. São Paulo: Globo, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolingüística*. 14^a. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *A norma oculta – língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BARBOSA, Alaor. *O romance regionalista brasileiro*. Brasília: LGE, 2006.
- BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. 2^a. ed. São Paulo. EDUSP, 2005.
- BORGES NETO, José. *O empreendimento gerativo*. In: Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos. V. 3 / Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (orgs). São Paulo: Cortez, 2004.
- BORGES, Vavy P. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- BOSI, Alfredo. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideologia*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. 37^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BRAIT, Beth. *A personagem*. 8^a. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Série Princípios)
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- BUENO, Luis. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.
- CABRAL, Álvaro et NICK, Eva. *Dicionário técnico de Psicologia*. 13^a. Ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- CADEMARTORI, Lígia. *Períodos literários*. 9^a. ed. São Paulo: Ática, 2000. (Série Princípios).
- CAMARA Jr., Joaquim Matoso. *Dicionário de Lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 13^a. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- CANDIDO, Antônio. *Graciliano Ramos: trechos escolhidos*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966. (Coleção Nossos Clássicos).
- _____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1980.
- CANDIDO, Antônio et CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. 12^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978.
- CARVALHAL, Tânia Franco. *Presença da literatura francesa no Modernismo brasileiro*. In: Aspectos do Modernismo brasileiro / Flávio Loureiro Chaves et el. Porto Alegre: UFRS, 1970.
- CARVALHO, Alfredo de et TORRES, João N. *Anais da imprensa da Bahia*. Salvador: Tip. Baiana de Cincinato Melquíades, 1911.
- CASIMIRO, Arival Dias. *Um mestre da língua portuguesa: um estudo da produção gramatical de Eduardo Carlos Pereira*. 1^a. ed. Santa Bárbara do Oeste, SP: SOEEP Editora, 2005.
- CASTRO, Dácio Antônio de. *Roteiro de leitura: vidas Secas de Graciliano Ramos*. 2^a. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- Centro de estudos migratórios de São Paulo. *Migrantes: êxodo forçado*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

- CHALHUB, Samira. *A metalinguagem*. 4^a. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios)
- CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. 2^a. ed. Porto Alegre: UFRS, 1991. (Série Síntese Universitária)
- CHAVES, Flávio Loureiro et al. *Aspectos do Modernismo brasileiro*. Porto Alegre: UFRS, 1970.
- CHEVALIER, Jean et GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números; tradução de Vera da Costa et al.* 16^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16^a. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios).
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. São Paulo: Presença, 1979.
- COUTINHO, Afrânio. *Graciliano Ramos; coletânea organizada por Sônia Brayner*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL. 1977.
- DACANAL, José Hidelbrando. *O romance de 30*. 2^a. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- DORÉ, Gustave et DUPONT, Pierre. *A lenda do judeu errante; tradução de David Jardim Junior*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Villa Rica, s/d.
- FARACO, Carlos Alberto. *Estudos pré-saussurianos*. In: Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos, v.3. / Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (orgs). São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 1^a. ed. São Paulo: Edusp, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- _____. *História do Brasil*. 12^a. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERRARINI, Sebastião Antônio. *Transertanismo: sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FILHO, Adonias. *O romance brasileiro de 30*. Rio de Janeiro: Edições Bloch. s/d.
- FILHO, Michel Z. *O fim do Nordeste e outros mitos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8^a. ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios)
- FIORIN, José Luiz et SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2001.
- FLORES, Moacir. *Dicionário de história do Brasil*. 3^a. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. 2^a. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. 6^a. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 19^a. ed. São Paulo: Nacional, 1984.
- GABAS Jr, Nilson. *Lingüística histórica*. In: Introdução à lingüística: domínios e fronteiras, v. 1 / Fernanda Mussalin, Anna Christina Bentes (orgs). 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 7^a. ed. São Paulo: Ática, 2000. (Série Princípios)
- GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste brasileiro*. 7^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos)
- GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*; tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GONDIM, Joaquim Guedes C. *Reflexões sobre as secas*. Recife: DNOCS, 1984.
- GUERRA, Felipe. *Ainda o Nordeste*. Natal: A República, 1927.
- GUERRA, Joaquim P. *O vaqueiro do Nordeste*. Recife: Livraria Universal, 1924.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*; tradução de Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

- KOERNER, Konrad. *O problema da metalinguagem em Historiografia Lingüística*. DELTA. Vol. 12, nº 1, p. 95-124. Trad. Cristina Altman, 1996.
- HELENA, Lucia. *Modernismo brasileiro e vanguarda*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1996. (Série Princípios)
- HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UNIBRADE – Centro de cultura, 1985.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JUREMA, Aderbal. *Regionalismo e Modernismo*. Brasília: Senado Federal, 1981.
- KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*; tradução de Maria Margarida Barahana. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1969.
- LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. 12ª. ed. São Pulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos)
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LESSA, Luiz Carlos . *O Modernismo brasileiro e a língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LEXIKON, Herder. *Dicionário de símbolo*; tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Cultrix, 2002.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*; tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico)
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. 16ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos)
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*; tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. 3ª. ed. Curitiba: HD livros, 1996.
- MARTINS, Nilce S. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 3ª. ed. São Paulo: T. A, Queiroz, 2000.

- MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MEY, Jacob L. *Etnia, Identidade e língua*; tradução de Maria da Glória de Moraes. In: *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado* / Inês Signorini (org.). Campinas, SP : Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2002. (Letramento, Educação e Sociedade)
- MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 11^a. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MORAES, Denis de. *O velho graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. 2 ed. Lisboa: Europa-América. 1996.
- MUSSALIN, Fernanda et BENTES, Anna C. (orgs). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, v. 1. 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- NASCIMENTO, Jarbas V. *Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia lingüística*. In: *A Historiografia lingüística: rumos possíveis* / Jarbas Vargas Nascimento (org.). São Paulo: Edições Pulsar; Terras do Sonhar, 2005.
- NAVARRO, Fred. *Dicionário do Nordeste: 5000 palavras e expressões*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- NETO, José Borges. *O empreendimento gerativo*. In: *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, v. 3 / Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (orgs). São Paulo: Cortez, 2004.
- NETO, Raimundo Barbadinho. *Sobre a norma literária do Modernismo: subsídios para uma revisão da gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- _____. *Tendências e constâncias da língua do Modernismo*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.
- _____. *Textos clássicos do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2^a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

- OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Poesia, mito e história no Modernismo brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP; Blumenau, SC: TURB, 2002.
- ORWELL, George. *Dentro da baleia e outros ensaios*; tradução de José Antonio Arantes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PASSONI, Célia A.N. (org). *Modernismo no Brasil: 1922 a 1930*. 1ª. ed. São Paulo: Núcleo, 1998.
- PAULILLO, Maria Célia R. de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume; Fapesp; UNIFIEO, 2002.
- PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento*. In: *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado / Inês Signorini (org.)*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2002.
- PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa VI; Século XX*. São Paulo: Ática, 1998.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- REZENDE, Neide. *A semana de arte moderna*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEMBOIM, Jacques. *Nordeste independente*. Recife: Edições Bagaço, 2002.
- ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*; tradução de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. (Coleção Lingüística e Filologia)
- ROSA, P. G. *Marxismo, Comunismo e Cristianismo: diálogo ou desafio ?*; Tradução de Atílio Cancian. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1985.
- ROUSSEAU, René-Lucien. *A linguagem das cores*. Tradução de J. Constantino e K. Riemma. 16ª. ed. São Paulo: Editora Pensamento, 1980.
- SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *História do romance Vidas Secas*. Recife: SUDENE, 1999.

- SANTOS, Regina Bega. *Migração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1994. (Coleção Ponto de Apoio)
- SCHÜLER, Donald. *Teoria do romance*. São Paulo: Ática:1989.
- SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2002.
- SILVA, Marcos Antonio de Oliveira. *A língua portuguesa literária do Modernismo brasileiro e a constituição do malandro no discurso poético de Noel Rosa*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1999.
- SILVA, Maurício. *Reflexões acerca do sentido da História na Historiografia Lingüística*. Artigo. São Paulo: PUC/SP, 2007.
- SOUSA, Eloi de. *O calvário das secas*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL; Natal: Fundação José Augusto, 1983.
- SOUSA, João Gonçalves de. *Migrações internas*. In: Migrações internas: imigração-colonização. São Paulo: SESI, 1956.
- Teresa: revista de literatura brasileira. Departamento de letras clássicas e vernáculas. FFLCH: Universidade de São Paulo, nº 2 (2001). São Paulo: Editora 34, 2001.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: UNESP, 2007.
- VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. 1ª. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*; tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- SOUZA, Sérgio Barbosa de. *Marcas temporais e histórico-lingüísticas em crônicas de Nelson Rodrigues produzidas na década de 60*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. PUC/SP, 2003.

ANEXO: O MANIFESTO REGIONALISTA